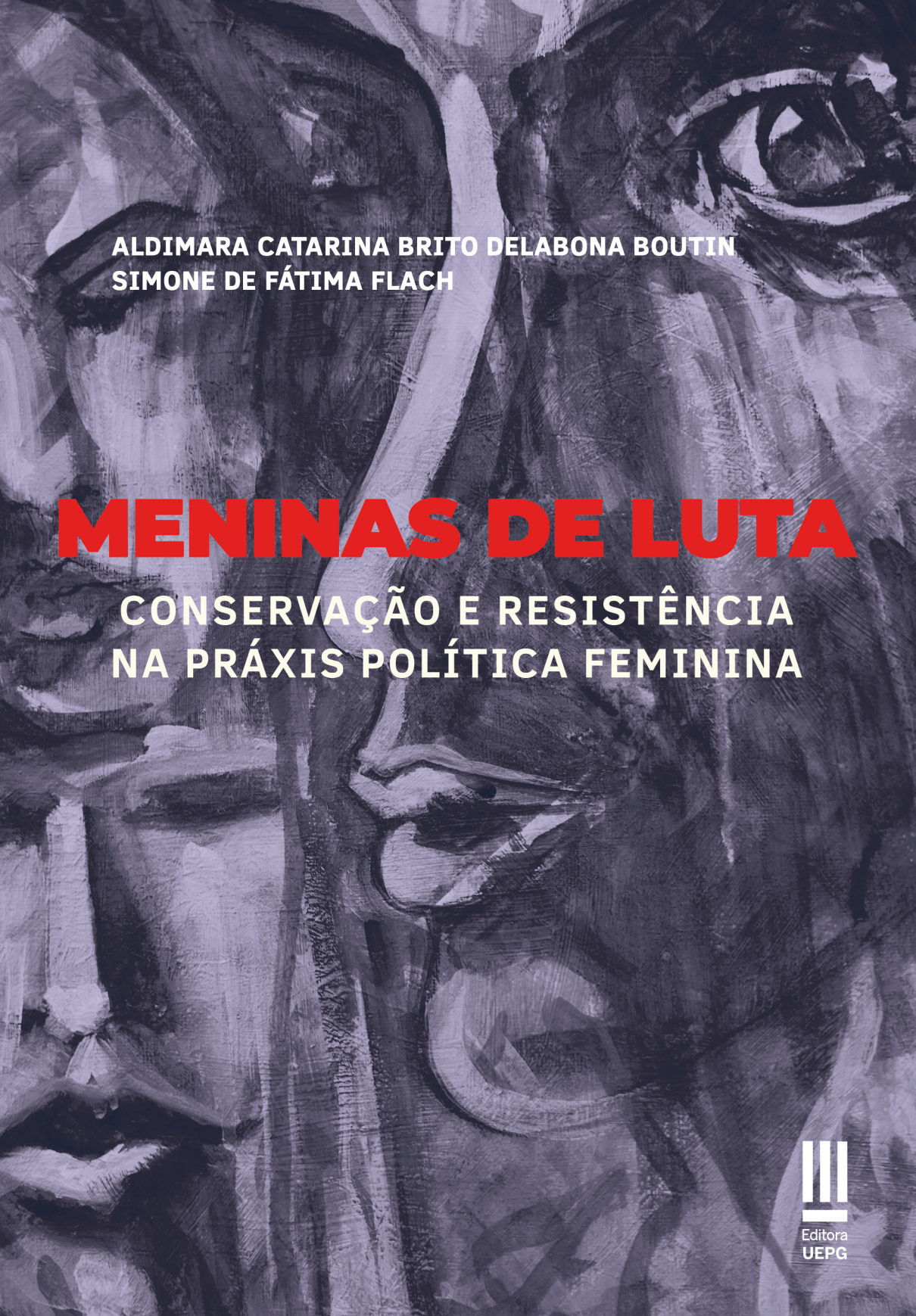


The background of the cover is a complex, abstract painting in shades of gray and black. It features several faces, some of which are clearly defined with eyes, noses, and mouths, while others are more blurred and integrated into the overall texture. The style is reminiscent of expressionist or cubist art, with heavy brushstrokes and a sense of movement and depth.

ALDIMARA CATARINA BRITO DELABONA BOUTIN
SIMONE DE FÁTIMA FLACH

MENINAS DE LUTA

CONSERVAÇÃO E RESISTÊNCIA
NA PRÁXIS POLÍTICA FEMININA



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Reitor

- Miguel Sanches Neto

Vice-Reitor

- Ivo Mottin Demiate

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais

- Beatriz Gomes Nadal

Editora UEPG

- Jeverson Machado do Nascimento

Conselho Editorial

- Jeverson Machado do Nascimento
- Beatriz Gomes Nadal
- Carolina Paioli Tavares
- Luiz Gustavo Lacerda
- Jane Kelly de Oliveira
- Jocimar Donizeti do Prado
- Giovanna Paola Primor Ribas
- Antonio Liccardo
- Lislei Terezinha Preuss

ALDIMARA CATARINA BRITO DELABONA BOUTIN
SIMONE DE FÁTIMA FLACH

MENINAS DE LUTA

CONSERVAÇÃO E RESISTÊNCIA
NA PRÁXIS POLÍTICA FEMININA



| Copyright ©

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin, Simone de Fátima Flach
& Editora UEPG

| Equipe Editorial

Coordenação editorial

Jeverson Machado do Nascimento

Revisão de língua portuguesa

Jorgelina Rivera

Projeto gráfico e diagramação

Daniel Maia

Capa

Marco Aurélio Martins Wrobel

B779

Boutin, Aldimara Catarina Brito Delabona
Meninas de luta: conservação e resistência na práxis
política feminina [recurso eletrônico] / Aldimara Catarina
Brito Delabona Boutin, Simone de Fátima Flach. Ponta
Grossa: Ed. UEPG, 2025.
160p.; PDF.

ISBN: 978-65-86234-91-6

1. Movimentos sociais. 2. Feminismo - mulheres. 3. Práxis
política. 4. Direitos das mulheres. I. Boutin, Aldimara
Catarina Brito Delabona. II. Flach, Simone de Fátima. III. T.

CDD: 305.4

Elaborado por Rodrigo Pallú Martins – CRB 9/2034/O

| Editora UEPG

Praça Marechal Floriano Peixoto, n. 129, Cep: 84010-680

Ponta Grossa – Paraná

Fone: (42) 3220-3306

E-mail: vendas.editora@uepg.br

Site: www.editora.uepg.br

Prefácio

Com muita alegria apresento este livro de Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin e Simone Flach, primeiro, por causa da relação de amizade e pesquisa desenvolvida com elas nos últimos anos. Segundo, pela qualidade deste trabalho.

Quando Adriana Alves Costa, outra querida amiga, me chamou para organizar uma coletânea sobre as ocupações secundaristas – no que viria a ser o livro “O movimento de ocupações estudantis no Brasil” – convidamos, para participar do livro, pesquisadoras e pesquisadores que haviam publicado artigos naqueles dias sobre o movimento. Entre as pessoas convidadas, e que prontamente aceitaram, estava Simone Flach, professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bolsista em Produtividade do CNPq. Então, Simone apresentou um belo capítulo sobre as ocupações no Paraná, ao lado de Anita Helena Schlesener. Originou-se deste livro a equipe que realizou a pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: formação e auto-formação das/dos ocupas”, tendo a ativa participação de Simone Flach, contribuindo com a investigação no Paraná.

Por meio de Simone, conheci Aldimara Boutin, quando participei da sua formação como pesquisadora em educação, compondo a banca de sua qualificação de doutorado e da própria defesa de sua tese de doutorado. Em seu doutorado, Aldimara desenvolveu uma análise das disputas entre as entidades representantes de estudantes – em especial, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) – e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a respeito das políticas nacionais para o Ensino Médio. Focava um momento bastante sensível, cujos impactos vêm sendo sentido fortemente nas comunidades escolares nos anos recentes: a decretação, por meio de Medida Provisória, da Reforma do Ensino Médio, em 2016 – a MP 746, tornada mais tarde lei. A MP 746 foi o estopim da segunda onda das ocupações estudantis, no segundo semestre de 2016, desde o estado do Paraná, onde o movimento foi mais forte então.

É justamente o movimento das ocupações estudantis no Paraná, mais propriamente a atuação das mulheres secundaristas em Ponta Grossa, o principal tema desta obra. Em “Meninas de luta: conservação e resistência na

práxis política feminina”, chamam a atenção, primeiro, a busca de localizar este movimento no conjunto das lutas históricas dos ciclos de lutas feministas, e, segundo, o empenho teórico das autoras em abordar o feminismo das ocupações em diálogo com o marxismo.

A obra destaca as lutas das mulheres, por meio dos feminismos, contra a ideologia patriarcal. Em específico, durante as ocupações, o rechaço aos retrocessos nos direitos educacionais promovidos pelas políticas educacionais neoliberais, expressas mais diretamente na MP 746, mas também nos efeitos para o financiamento da educação pública que se previram com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional n. 55 de 2016 – que estabeleceu um teto de gastos de recursos públicos em relação aos direitos sociais, como saúde, educação e previdência social.

Elas, após apresentar os diversos ciclos dos feminismos, nos levam às ocupações secundaristas em Ponta Grossa em 2016, quando 26 das 49 escolas públicas estaduais foram ocupadas, em geral sob a liderança das estudantes. As autoras entrevistaram 15 dessas estudantes, então adolescentes, hoje jovens mulheres.

Ponta Grossa, cidade tão conservadora, antes e depois de 2016, se surpreende com a força e tamanho das ocupações estudantis. O movimento secundarista não deixaria de sofrer represálias, e até mesmo no interior das ocupações foi necessário enfrentar o machismo, sorrateiro invasor do cotidiano da luta.

A ideologia patriarcal é descrita em suas diversas expressões, como a imposição da família heteropatriarcal monogâmica, o controle da subjetividade e do corpo da mulher, a divisão sexual do trabalho e os dados a respeito da violência de gênero, incluindo alarmantes números no Brasil atual. As autoras defendem a necessidade de unificar essas lutas feministas e o combate à ideologia do patriarcado, ao lado de outras tantas lutas sociais, em um empenho comum de enfrentamento da sociedade capitalista – podendo, assim, extinguir todas as formas de opressão. Desta forma, as autoras posicionam-se dentro do um intenso debate no campo teórico e político a respeito das estratégias de combate às opressões.

Em especial dentro dos movimentos chamados de identitários, como o próprio feminismo, ao lado do movimento negro e do movimento LGBTQIA+, entre outros, o marxismo em sua acepção mais clássica tem sido criticada pela centralidade que dá às lutas de classe e à exploração econômica do proletariado. As autoras buscam enfrentar a questão defendendo a

unidade das opressões no corpo do capitalismo, sistema a ser combatido e superado. Independente da nossa concordância ou não com a resposta delas, é certo que o livro apresenta argumentos, dados e interpretações de grande relevância, os quais é preciso conhecer e refletir.

Entre as conclusões, há de se destacar ainda a importância da educação emancipadora vivida, durante as ocupações, dentro da escola, mas em um movimento social. As práticas educativas criadas ou reinventadas no movimento mostraram, entre tantos aprendizados, a importância de ampliar o espaço de atuação das mulheres nas instituições políticas e nas próprias organizações que representam as lutas estudantis. As entrevistas demonstram o quanto aquelas meninas que ocuparam as escolas aprenderam a ocupar outros espaços institucionais, atuando nas entidades estudantis, em outros movimentos sociais, coletivos e partidos.

Convido à leitura deste importante livro. Certamente, a leitora e o leitor encontrarão instigantes debates neste encontro entre feminismos, ocupações secundaristas e marxismo.

Alfenas/MG, 24 de setembro de 2024

Luís Antonio Groppo

Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

*A todas as mulheres que
empreendem luta cotidiana
por melhores condições de
vida e resistem diante dos
obstáculos impostos.*

Sumário

Apresentação	10
Introdução	12
Cap. 1 Das mulheres sem história à história das mulheres	20
O movimento feminista em ondas ou ciclo de lutas	25
Primeira onda ou ciclo de luta feminista	26
Segunda onda ou ciclo de luta feminista	30
Terceira onda ou ciclo de luta feminista	34
Quarta onda ou ciclo de luta feminista	37
A leitura marxista do feminismo	39
Cap. 2 A participação feminina no movimento estudantil e na política brasileira	47
Movimento estudantil e feminismo: uma relação possível e necessária	50
A estratégia feminista da UNE	62
Feminismo e ocupações secundaristas	66
Cap. 3 Práxis política feminina nas ocupações de 2016 em Ponta Grossa - PR	75
As ocupações em Ponta Grossa	78
A participação política feminina nas ocupações ponta-grossenses	89
Perfil das ocupas entrevistadas	90
Análise do grupo 1	91
Análise do grupo 2	100
Embates relacionados a gênero nas ocupações secundaristas	107
Embates relacionados a gênero nas ocupações da UEPG	117
Conservação e resistência	123
Considerações finais	133
Referências	139
Sobre as autoras	158

Apresentação



A mais importante questão ético-civil ligada à questão sexual é a da formação de uma nova personalidade feminina: enquanto a mulher não tiver alcançado não apenas uma real independência em face do homem, mas também um novo modo de conceber a si mesma e a seu papel nas relações sexuais, a questão sexual continuará repleta de aspectos morbosos. (Gramsci, 2007, p. 251)

A nova subjetividade da mulher e sua participação política desde a juventude é o grande desafio enfrentado na presente obra, pois, tal qual indicado na epígrafe que inicia essa apresentação, a independência feminina requer uma nova concepção sobre a atuação da mulher na sociedade e, para isso, ainda precisamos trilhar caminhos.

Em sociedades marcadas pelo patriarcalismo e por pensamentos conservadores a atuação política feminina é extremamente difícil, visto que o espaço destinado às mulheres é restrito e controlado por homens que detêm o poder sobre corpos e mentes de meninas e mulheres.

A emancipação política, embora distante da emancipação humana, é um caminho possível na atual forma de sociabilidade e o usufruto dessa possibilidade pelas mulheres é resultado de lutas empreendidas na materialidade da vida. Nesse contexto, a participação feminina em movimentos que possibilitem mostrarem toda a sua força para enfrentar o *status quo* indica que a marca dada à atuação da mulher na sociedade pode ser transformada, de forma a contribuir para uma sociedade livre, justa e igual.

O processo investigativo que culminou com a exposição nessa obra é fruto de uma trajetória de muitos anos dedicados à pesquisa sobre a participação de estudantes em movimentos sociais. O foco na participação feminina no movimento de ocupações secundaristas é resultado do acompanhamento do movimento estudantil no processo em que estudantes demonstraram como podem fazer resistência à propostas que usurpam direitos da classe trabalhadora e instauram controle no processo formativo de estudantes.

A participação feminina em espaços sociais e políticos é recente indicando que há um longo caminho a ser percorrido para que mulheres e homens sejam considerados em situação de igualdade na família, na sociedade, no trabalho, na política. A superação da desigualdade de gênero é possível quando mulheres, jovens e adultas, mostram sua força para o enfrentamento do conservadorismo e resistem às formas de opressão impostas pelo pensamento patriarcal que comanda a sociedade.

A presente obra mostra que meninas também estão preparadas para a luta e podem resistir e contribuir para construção de outro modo de vida. Esse foi nosso intuito ao transformar pesquisa realizada durante estágio pós-doutoral em registro vivo da participação feminina no movimento estudantil e no processo de práxis política.

Esperamos que a leitura da obra contribua para que homens e mulheres possam vislumbrar que a luta é coletiva!

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin e Simone de Fátima Flach Autoras

Introdução

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.

Acreditar nos valores humanos
e ser otimista.
Creio na força imanente
que vai gerando a família humana,
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.

Creio na solidariedade humana,
na superação dos erros
e angústias do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher tudo fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

(Cora Coralina, 1997, p. 178)

Propor uma discussão a respeito da mulher na atual forma de sociabilidade em contextos conservadores é um grande desafio, visto que a ação feminina está intrinsecamente ligada à cultura, a qual é também permeada pelo modo de produção que rege a sociedade. A discussão proposta nesse texto está ligada a essas questões e pretende colaborar para o debate acerca das mulheres estudantes que participaram de ações de enfrentamento político em relação às políticas educacionais neoliberais em curso no Brasil e, em especial, no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná.

Nesse contexto iniciamos a discussão com reflexões acerca da desvalorização da mulher no capitalismo, desvalorização essa marcada pela ideologia patriarcal, pelo preconceito de gênero e por todas as formas de opressão possíveis.

A ideologia patriarcal está intrinsecamente ligada ao processo de desvalorização da força de trabalho feminina no capitalismo, sustentando-se em uma “estrutura de poder que situa as mulheres e/ou grupos que se identificam semelhantemente muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana” (Nascimento; Silva, 2015, p. 04), contribuindo para a reprodução de um ciclo de exclusão, segregação, violência e preconceito de gênero.

Nas reflexões aqui desenvolvidas, o patriarcado é compreendido como “um sistema masculino de opressão das mulheres, caracterizado por uma economia domesticamente organizada que o sustenta”, na qual as mulheres “são objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, reprodutoras de trabalho e de novas reprodutoras” (Osterne, 2008, p. 134). Para fundamentar essa percepção, é importante retomar os elementos que fundamentam a ideologia patriarcal, na qual a cultura situa-se como uma base de sustentação do poder e hegemonia das ideias que reafirmam a dominação do masculino sobre o feminino.

Cisne e Santos (2018) pensam na relação entre a cultura patriarcal e a base econômica, visto que o patriarcado “não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica”. Para as autoras, “as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas”, dentre as quais, as “as relações sociais de sexo/sexualidade”; se relacionam com a ideia de “constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos — como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher”, da “divisão sexual e racial do trabalho” e da “violência contra a mulher e a população LGBT (Cisne; Santos, 2018, p. 45).

A cultura patriarcal se perpetua historicamente na crença de que o poder e a autoridade devem ser exercidos por pessoas do sexo masculino, já que o sexo feminino é guiado por sentimentos e emoções. Diante disso, o destino das mulheres seria a esfera doméstica, ou seja, o cuidado com os afazeres domésticos, enquanto ao homem caberia a tomada de decisões “racionais”, seja no contexto profissional ou na vida política. Esse modo de pensar a atribuição de papéis sociais, está entranhado na sociedade civil e política brasileira.

Em um artigo para o jornal “O Globo traz à tona o preconceito de gênero sofrido por parlamentares do sexo feminino no Congresso brasileiro” Izal (2021) elencou um conjunto de frases machistas proferidas por políticos do sexo masculino durante a CPI da Covid-19, com o intuito de opor-se à bancada feminina na comissão. O jornal explicou que a bancada feminina reivindicou a participação de duas senadoras nas sessões, em razão de que não foram indicadas mulheres pelos partidos para ocupar as 18 vagas da CPI. No entanto, a entrada dessas mulheres evidenciou o machismo presente no congresso, visto que algumas frases evidenciaram o preconceito de entre os políticos brasileiros, dentre as quais se destaca: “Se a bancada feminina quer assento nesta comissão, para agir como titular, pegue o bloco e forme um partido político e terão assento nesta comissão como membros titulares”, frase essa proferida pelo Senador Marcos Rogério - (DEM-RO) na tentativa de impedir que a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) questionasse o então ministro da Saúde, Nelson Teich, antes dos membros titulares.

Esse pensamento, além de alimentar o machismo, serve de combustível para impulsionar as estatísticas relativas ao preconceito de gênero, as quais evidenciam o quão desafiador é ser mulher em um país marcado por uma formação patriarcal, machista e conservadora. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–(IBGE) em 2019, no Brasil, 15,1% dos homens e 19,4% das mulheres possuíam ensino superior completo. Apesar de as mulheres representarem a maioria nas universidades, apenas 46,8% do corpo docente de instituições de ensino superior é composto por mulheres. Além disso, somente 37,4% das pessoas do sexo feminino ocupam cargos gerenciais, recebendo 77,7% do rendimento dos homens, equivalendo a um pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento masculino.

Essas diferenças se tornam mais acentuadas quando se trata da mulher subalternizada e negra. Conforme o IBGE (2019) “as mulheres que fazem parte dos 20% com os menores rendimentos trabalham em média 24,1 horas nas atividades de cuidados e afazeres domésticos, enquanto as que se encontram nos 20% com os maiores rendimentos trabalham 18,2 horas”, já

as “mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas”. O marcador de raça, ainda é um elemento importante para o debate sobre o acesso à educação de mulheres pretas ou pardas. O IBGE (2019) divulgou que essas mulheres, apresentam uma taxa de frequência líquida “ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%)”.

Os dados apresentados pelo IBGE indicam que o preconceito de gênero e raça formam um binômio que exclui as mulheres do acesso a direitos, criando um ambiente favorável para a restrição de oportunidades, a ampliação da marginalização, o aumento da violência e da desigualdade econômica, bem como a limitação do poder decisório e da participação das mulheres no âmbito da vida social.

A difusão da cultura patriarcal não reflete apenas na vivência de direitos sociais e políticos, mas ao reforçar a ideia de controle e domínio do homem sobre a mulher, cria um ambiente favorável para que a violência de gênero e o feminicídio estejam cada vez mais presentes nas estatísticas do país. Rubin e Marques (2016, p. 05) afirmam que a tese da “legítima defesa da honra”, na qual “a mulher que cometesse adultério deveria morrer, como forma do marido traído lavar a sua honra” (Rubin; Marques, 2016, p. 05) era uma estratégia jurídica, usada até bem pouco tempo atrás no Brasil. Essa tese consistia em uma argumentação legal para justificar, ou buscar a absolvição ou aplicação de penas brandas, para atos de violência ou assassinatos de pessoas do sexo feminino, cometidos por homens. No dia 1 de agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal, declarou inconstitucional, a tese da legítima defesa da honra e, com isso, seu uso se tornou proibido no Brasil.

Como consequência disso, criou-se um ambiente cultural que justifica a violência e o feminicídio no Brasil. Segundo o IBGE (2019), no Brasil, 30,4% dos homicídios de mulheres ocorrem no domicílio, o que expressa que esses crimes não estão desvinculados da construção social do sentimento de posse do homem sobre a mulher, amplamente presente em uma sociedade patriarcal e conservadora.

Por mais que a legislação tipifique os crimes contra a mulher como hediondos e que, entre as medidas protetivas, a Lei 11.340 de 11 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, determine a criação de serviços de atendimento às vítimas de violência, o IBGE (2019) alerta que somente 7,5% dos municípios brasileiros dispõem de delegacias especializadas para

atender mulheres, 2,7% dos municípios brasileiros possuem casa-abrigo de gestão municipal, 20,9% oferecem serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres e apenas 9,7% disponibilizam de serviços especializados de atendimento à violência sexual.

Esses números mostram que o machismo fere, mata e exclui as mulheres do acesso a oportunidades. Compreendemos que a situação de opressão vivenciada pelas mulheres, especialmente pelas mulheres da classe trabalhadora, é parte do mecanismo de funcionamento do sistema capitalista. Portanto, a luta feminista é também uma luta pela emancipação da sociedade de classes, pois “não terá do que reclamar a mulher operária, porque a sociedade comunista haverá acabado com o jugo doméstico da mulher para fazer sua vida mais alegre, mais rica, mais livre e mais completa” (Kollontai, 1920, p. 32).

Ao desafiar as normas e padrões sociais que legitimam a sociedade patriarcal, o feminismo se torna uma fonte de inspiração para as gerações futuras. Ele cria um legado de luta política, confrontando a desigualdade, a violência, o preconceito de gênero e a exclusão que permeiam nossa sociedade. Assim, a organização das mulheres, em suas diferentes frações de classe, em uma luta para desconstruir a cultura machista e avançar na conquista de direitos sociais e políticos, é fundamental.

Os movimentos sociais, em suas diversas demandas, devem incorporar a questão da mulher, buscando a unificação das lutas, pois a superação da sociedade capitalista implica na extinção de todas as formas de opressão que alimentam o sistema social hegemônico. Portanto, as demandas específicas dos movimentos sociais, como a questão da terra, da moradia, do acesso à educação pública e de qualidade, ou a preservação ambiental, estão intrinsecamente interligadas com as diferentes formas de exploração que se fazem presentes no capitalismo (Antunes, 2012; Bogo, 2010; Mészáros, 2002).

O movimento estudantil, enquanto movimento social que possui uma trajetória marcada pela demanda da educação pública e de qualidade, vem abrindo-se para o debate feminista, incentivando a representatividade política de mulheres, incorporando em sua agenda, questões que contribuem para fragilizar e desnaturalizar o machismo encrustado na sociedade e, em processo, pode auxiliar para a ampliação de direitos sociais e políticos para as mulheres.

As ocupações das escolas, ocorridas em 2016, situam-se nessa perspectiva, pois numa luta marcada pela demanda da educação pública e de

qualidade, foram adotadas iniciativas políticas que também contemplavam o debate sobre exclusão, preconceito e exploração, vivenciada cotidianamente por mulheres no país.

A presença feminina foi notória e marcante nas ocupações de 2016. A pesquisa nacional “Ocupações secundaristas no Brasil, em 2015 e 2016: formação e autoformação das/dos ocupas como sujeitos políticos”, coordenada pelo professor Luis Antonio Groppo da Universidade Federal de Alfenas, em parceria com 12 Instituições de Educação Superior no Brasil e equipes de dez estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará e Pará), visou evidenciar: perfil socioeconômico, religião, raça, gênero, orientação sexual, formação política, relação com partidos políticos, de 80 jovens que participaram das ocupações. Nessa pesquisa foi evidenciado que a maioria dos jovens que participaram das ocupações pertencem ao gênero feminino. De acordo com Groppo e Sallas (2022), além de as mulheres constituírem a maioria dos estudantes que participaram das ocupações, elas também, majoritariamente, ocuparam posições de liderança no movimento.

Para Silveira e Groppo (2019, p. 23) o movimento das ocupações de 2016 foi “marcadamente feminino, adolescente e popular, forte principalmente nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará”. As jovens do sexo feminino estiveram à frente da tomada de decisões quanto ao encaminhamento das ocupações, organização do movimento e das estratégias de lutas em diferentes escolas do país.

Ao investigarmos a realidade de Ponta Grossa, no Paraná, foi possível identificar que das 49 escolas que compõe a rede estadual de ensino, 26 foram ocupadas em 2016. A iniciativa política dos ocupas na cidade foi um elemento que confrontou a ideologia conservadora, amplamente presente no pensamento ponta-grossense. Essa ideologia, de acordo com Shimanski (2007) é formada a partir de uma elite local que concentra o poder econômico e político na cidade.

Para Shimanski (2007, p. 152) o conservadorismo latente “tem influenciado a política ponta-grossense”, marcando “um jogo de interesses envolvendo grupos detentores do poder econômico, os quais fazem das ações políticas uma expressão de seus interesses pessoais”. Conforme a autora, “os grupos ligados às oligarquias locais têm se perpetuado no poder e os cargos políticos foram, em geral, ocupados por representantes de grupos industriais, agropecuaristas e financeiros” (Shimanski, 2007, p. 153) para perpetuar um ciclo de ideias conservadoras.

Embora as ocupações na cidade, tenha de forma direta ou indireta, confrontado o conservadorismo ponta-grossense, é preciso considerar que a sociedade é permeada por relações de forças, e por isso, não se pode descartar a possibilidade de o machismo e das relações patriarcais estarem presentes nas ocupações. A partir dessas questões, as reflexões aqui expostas buscam desvelar como foi constituída a práxis política e o engajamento feminino nas ocupações escolares de 2016 na cidade de Ponta Grossa, PR.

A práxis política, esteve historicamente presente nas várias vertentes do movimento feminista. De acordo com Miguel e Birolli (2014, p. 12) é possível pensar o feminismo como um movimento político e intelectual que combina a luta pela igualdade de gênero “com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Pertence, portanto, à mesma linhagem do pensamento socialista, onde o ímpeto para mudar o mundo está sempre colado à necessidade de interpretá-lo” (Miguel; Birolli, 2014, p. 12).

Do ponto de vista da filosofia da práxis, a transformação da realidade não está descolada de uma luta política que ocorre a partir da aquisição da “[...] consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política)”, sendo essa, “a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam [...]” (Gramsci, 2004, p. 104). Por meio da práxis política de mulheres na luta feminista é possível desvelar os mecanismos de dominação masculina, socialmente impostos e, com isso, engendrar estratégias organizativas na busca pela igualdade de direitos sociais e políticos.

Desse modo, a categoria práxis, amplamente difundida nos escritos políticos e nos cadernos do cárcere do filósofo italiano Antonio Gramsci (Gramsci, 2004; 2014, 2001, 2016, 2015), auxilia na análise sobre a práxis política feminina nas ocupações de 2016 em Ponta Grossa, colaborando para o desvelamento do engajamento feminino em bases e lideranças, das possíveis relações de opressão ou preconceitos vivenciadas durante os protestos estudantis e como as ocupas ponta-grossenses se constituíram enquanto agentes políticos e ganharam espaço e voz neste movimento.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas com 15 jovens mulheres que participaram das ocupações em escolas estaduais de ensino fundamental e médio em Ponta Grossa e na Universidade Estadual de Ponta Grossa no ano de 2016.

A exposição das reflexões está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado de “Das mulheres sem história à história das mulheres” realiza uma contextualização do feminismo, destacando as quatro ondas que o compuseram e a luta das mulheres por direitos no âmbito da política, do trabalho, educação ou mesmo para romper estereótipos limitantes baseados no gênero, raça, etnia, cultura, entre outros. Além disso, tomando como referência à leitura marxista, há uma reflexão sobre o feminismo, pontuando como o capitalismo se beneficia da hierarquização dos sexos, explorando e oprimindo os corpos femininos para a extração da mais-valia.

No segundo capítulo “A participação feminina no movimento estudantil e na política brasileira” retoma a importância de ampliar a representatividade feminina em instâncias participativas da sociedade civil e política. Para tanto, apresenta dados referentes a ocupação feminina em cargos no âmbito de poder legislativo e executivo e nas cadeiras de presidência das principais organizações representativas do movimento estudantil no Brasil: a UNE e a UBES. Destaca-se que, embora majoritariamente os cargos políticos tenham sido ocupados por homens nessas entidades, a UNE incentiva a participação feminina no movimento estudantil e dispõe de um evento realizado periodicamente para debater questões relacionadas à mulher.

O terceiro capítulo, cujo título é “Práxis política feminina nas ocupações de 2016”, analisa a realidade de Ponta Grossa. Para tanto, há uma retomada do contexto das ocupações secundaristas e do ensino superior em Ponta Grossa.

Ao final indica-se que em Ponta Grossa, as mulheres exerceram papel de destaque, confrontando as políticas educacionais vigentes, organizando o movimento e colaborando para o processo de lutas em diferentes cidades do país. Nas escolas ocupadas e na UEPG, a pauta da educação foi articulada com o debate sobre as diferentes faces da violência e opressões de gênero sofridas, tanto socialmente como em ambientes escolares e da universidade. A práxis política feminina foi constituída de maneira democrática, pois as mulheres não apenas exerceram papéis de liderança nas ocupações, mas desafiaram as estruturas objetivas e subjetivas de poder, buscando criar um ambiente igualitário e inclusivo, no qual todos os/as estudantes tinham voz e poder de decisão, não prevalecendo relações patriarcais de mando ou submissão.

Capítulo 1

Das mulheres sem história à história das mulheres

Invisibilizadas, pela historiografia oficial tradicional, que privilegiava os feitos do homem branco, sobretudo do europeu, as mulheres foram relegadas ao desempenho de papéis, determinados pela sociedade, como ser boa mãe, esposa e dona de casa. As normas, ideias e valores que alimentam o patriarcado, são mantidos, internalizados e reproduzidos, inclusive, por pessoas do sexo feminino, já que o patriarcado só “pode funcionar com a cooperação das mulheres” (Lerner, 2019, p. 358). Essa cooperação, em muitos casos, não é consciente, já que desde a tenra idade as mulheres são educadas para seguir determinados comportamentos, normas sociais ou culturais que limitam a sua autonomia.

No entanto, apesar das estruturas sociais patriarcais, as mulheres historicamente desafiaram as normas vigentes, resistindo à opressão de gênero, tornando-se “sujeitos e agentes da história” (Lerner, 2019, p. 36). Na visão de Perrot (1988, p. 212) as mulheres “não são passivas nem submissas”, pois tanto no ambiente doméstico, como no ambiente do trabalho, elas colocaram e vem colocando em prática “formas concretas de resistência, à hierarquia, à disciplina, que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço”. Em suas diferentes formas de enfrentamento, as mulheres colocam em perspectiva “uma outra história” livre da opressão, das desigualdades e das diferenças de gênero, socialmente construídas e alimentadas pelo patriarcado (Perrot, 1998, p. 212).

Embora o feminismo, enquanto movimento social, tenha surgido na idade moderna, sob influência de ideais iluministas e das Revoluções burguesas, as mulheres historicamente, desafiaram as estruturas vigentes e as vozes opressivas, buscando a conquista de um espaço na educação, no trabalho, na política e em todas as instâncias da sociedade civil. Priore (1994, p. 13) pontua que “o território feminino na história não é um lugar sereno, onde a mulher se locomove sem riscos e, onde o confronto e o conflito não imprimem suas marcas”. Ao contrário, do patriarcado e das relações contraditórias de submissão, que marcam a sociedade em diferentes conjunturas sociais, políticas e econômicas, nasce o confronto e a resistência feminina. As marcas deixadas por esses confrontos compõem o legado histórico das lutas

femininas em diferentes conjunturas, ajudando a compreender o contexto social, político e econômico onde as mulheres se movimentaram.

Encarar o território feminino como um espaço de desafios e lutas tanto contribui para a compreender os esforços que as mulheres vêm realizando ao longo da história para serem reconhecidas como sujeitas de direitos, no âmbito do trabalho, da política e nas demais esferas da sociedade civil e política, como também pode inspirar novas e diversificadas formas de enfrentamento das novas gerações de mulheres organizadas em movimentos feministas.

A questão do gênero é moldada socialmente, mas também molda as “relações de poder”, por isso o “sexo é político” (Alves; Pitanguy, 1998, p. 08). De acordo com Alves e Pitanguy (1998, p. 08) superar a opressão de gênero envolve a organização coletiva no movimento feminista, rompendo os modelos políticos centrados nas bases sociais patriarcais, denunciando a existência de “um caráter subjetivo à opressão” de modo a “superar as formas de organização tradicionais permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo”.

Para Silva e Camurça (2013, p. 11) o feminismo “é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida”. Silva e Camurça (2013, p. 11) ainda explicam que enquanto linha de pensamento, o feminismo busca a explicação da “situação das mulheres e elabora continuamente a crítica e a denúncia da injustiça da sociedade patriarcal”, portanto “é uma teoria aberta e em permanente construção. Como atitude, “o feminismo é uma postura cotidiana assumida por cada mulher diante da sua própria vida”, quando não há a aceitação a padrões impostos pela sociedade e enquanto movimento social, “o feminismo é a movimentação das mulheres na sociedade para fazer a luta por direitos, por mudanças, por igualdade, por justiça” (Silva; Camurça, 2013, p. 13).

Por compor mulheres de diferentes classes sociais, perspectivas ideológicas, culturas ou projetos de sociedade, o feminismo incorpora uma pluralidade de vertentes ligadas, por exemplo, ao feminismo negro, lésbico, sindical, indígena; entre outros. Cada pauta é orientada por uma concepção de mundo ou filosófica que se alinha a conservação, reforma ou transformação da sociedade, ou seja, há vários projetos políticos no interior do movimento feminista (Silva; Camurça, 2013).

Ainda é importante frisar que o movimento feminista “não se organiza de uma forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas

as militantes”, mas “Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade” (Alves; Pitanguy, 1991, p. 09).

A vivência de relações de opressão, violência, subordinação e exploração no âmbito da vida privada e social por mulheres de diferentes raças, condições sociais e econômicas, evidencia que o patriarcado transcende fronteiras, podendo se revelar sobre várias formas e nuances. Frente a realidade exposta, Alves e Pitanguy (1991, p. 10) argumentam o feminismo constituiu-se como um movimento político que objetiva “repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade”. No feminismo as diferenças entre os sexos não são elementos determinantes para a imposição de relações de poder “que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política e na esfera familiar etc.” (Pitanguy; Alves, p. 10).

Nessa perspectiva, o feminismo confronta a hierarquização dos sexos e os valores tradicionalmente construídos, que imputaram à mulher o papel de submissão. Historicamente, a regulamentação da sexualidade e da reprodução foram usadas como mecanismos de exercer controle sobre as mulheres e seus corpos. Maneia (2017, p. 09) afirma que no “momento em que o homem começou a perceber sua participação no processo de reprodução” houve uma nova dimensão das práticas sociais e familiares. A partir dessa percepção, surgiu a necessidade de formalizar e regulamentar as relações entre homens e mulheres, de modo a assegurar a transmissão de bens aos descendentes. Desse modo, com a institucionalização do matrimônio, ao mesmo tempo que houve a segurança quanto à posse dos bens materiais e heranças para pessoas da mesma família, houve também o controle sobre a sexualidade feminina e a reprodução, tornando-se um instrumento que auxiliava no processo de manutenção do domínio e hierarquização dos gêneros (Maneia, 2017).

Desse modo, “partindo da lei do mais forte, e da instituição do casamento, a mulher passa a ser considerada propriedade do homem e seus frutos, os filhos, eram sinônimos de bens” (Maneia, 2017, p. 10). A partir “do fundamento baseado na força física e na superioridade masculina ocorreu o processo de construção de hierarquia de sexo”, com isso há um processo de afastamento das mulheres da esfera privada, pois se justificou que as

mulheres deveriam ser “reduzidas ao âmbito doméstico: cuidar dos filhos, da moradia e dos interesses do seu marido” (Maneia, 2017, p. 10).

Essa forma de compreender o papel social da mulher encontra fundamento nas ideias dos pensadores da antiguidade. Alves e Pitanguy (1991, p. 16), explicam que em Atenas, na Grécia antiga, a mulher ocupava posição social que equivalia ao escravo, ou seja, “ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo”. As autoras, afirmam que o pensamento de Platão refletia, pois de acordo com o filósofo, “se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a prioridade de fiar sozinho” (Alves; Pitanguy, 1991, p. 16), expressando, com isso, que a função social da mulher além da “reprodução da espécie e criação dos filhos” (Alves; Pitanguy, 1991, p. 16), era a execução de trabalhos domésticos e manuais, extremamente desvalorizados na sociedade grega.

Para Maneia (2017) os pensadores da antiguidade contribuíram para a difusão de ideias que depreciavam socialmente as mulheres, visto que características como “fragilidade, submissão e inferioridade” eram consideradas atributos femininos e desprezadas na sociedade grega. Nesse contexto, ao se tornar propriedade de um homem, esperava-se que a mulher entregasse sua vida a ele, exercendo o papel de “boa mãe, dona de casa e esposa” (Maneia, 2017, p. 12). O adultério era um ato aceitável, quando se tratava de pessoas do sexo masculino e extremamente proibido para pessoas do sexo feminino. Era admissível que o homem “tivesse outras parceiras sexuais, como exemplo, prostitutas, escravas, mulheres pobres, mulheres sem dotes na qual a objetificação de seus corpos era o último de seus recursos” (Maneia, 2017, p. 12) e, passível de punição com a morte, caso uma mulher mantivesse relações sexuais fora do casamento.

É importante destacar que embora a sociedade tenha se constituído sobre relações que excluía, segregavam da participação social e ao acesso a direitos, relegando pessoas do sexo feminino a posição de submissão, as mulheres, de forma velada ou explícita em seus cotidianos, confrontaram os papéis que lhes foram impostos pela família, pela cultura ou pela sociedade. Lerner (2019, p. 36) afirma que a marginalização feminina ao longo do processo histórico, foi determinante para a constituição de uma “força dinâmica” de luta “contra a própria condição”. O embate entre o que era socialmente instituído e a busca pela transformação dos ideais que legitimavam a opressão feminina, ocorreu quando “as mulheres adquirem consciência das contradições em sua relação com a sociedade” (Lerner, 2019, p. 36).

O feminismo, enquanto movimento social organizado, que ganhou adesão de mulheres ao nível mundial, unificando as demandas em torno de uma teoria, surgiu somente no final do século XIX e início do século XX. Embora inicialmente, a maior característica do movimento feminista tenha sido “a defesa dos interesses de gênero, a horizontalidade decisória, a sua autonomia e a crítica às construções sociais das suas atribuições” (Caetano, 2017, p. 04), para compreendermos o conteúdo das demandas do movimento feminista, é importante considerar a conjuntura social, política e econômica.

Na sociabilidade capitalista, há um entrelaçamento entre as normas de gênero e as relações de trabalho, visto que a exploração realizada no âmbito de trabalho, não está deslocada da atribuição de papéis sociais para homens e mulheres, legitimando as disparidades salariais, as condições desiguais de trabalho e o acesso a cargos, que embora exijam a mesma qualificação para homens e mulheres, priorizam a contratação de pessoas do sexo masculino, sendo que quando as mulheres são contratadas para realizar as mesmas funções, os salários pagos são inferiores aos pagos aos homens.

A busca incessante pela acumulação privada de capital e extração da mais-valia, explora, segmenta e aparta não somente as classes sociais, mas centrando-se em relações patriarcais potencializa a exploração do trabalho feminino, ampliando a divisão sexual do trabalho e definindo o gênero como um requisito para o usufruto de direitos trabalhistas, sociais e políticos.

Na dinâmica social que movimenta as engrenagens do modo de produção, o capitalismo se beneficia da divisão social do trabalho baseada em gênero, hierarquiza as tarefas produtivas, reduzindo “a função social da mulher na sua relação com os meios de produção e o trabalho produtivo trazendo a perda radical do poder das mulheres” (Esmeraldo, 2019, p. 54) e, com isso, fortalece as relações patriarcais na sociedade, tornando-as mais opressoras.

Esmeraldo (2019, p. 55) argumenta que isso ocorre, porque o sistema capitalista moldou as estruturas familiares desde as suas origens, construindo “a família nuclear em detrimento da família ampliada”. Ao fazer isso, esse modo de produção “individualiza as famílias e provoca a perda de laços afetivos, de relações familiares solidárias e de base comunitária”, destruindo as “formas de vida, de sociabilidade humana”, criando “sociedades vulneráveis, sujeitas e propícias à dominação” (Esmeraldo, 2019, p. 55).

Para Antunes (2009) a dinâmica que alimenta a hierarquização entre os sexos se reflete no mundo produtivo e reprodutivo, não está apartada do modo de produção capitalista, contribuindo, para “a efetivação de uma

construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho” (p. 109).

O ingresso no mercado de trabalho, também se faz desigualmente, pois o capitalismo, do mesmo modo que impõe a divisão de tarefas entre homens e mulheres, transmite, por meio de uma educação sexista, a ideia de que algumas tarefas são destinadas aos homens, outras às mulheres, justificando, com isso a desvalorização, precarização e a exploração da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

É importante destacar que a luta das mulheres no movimento feminista foi marcada por ciclos de lutas e demandas, influenciados pela conjuntura social, política e econômica ao longo da história. Por isso, as reflexões a seguir retomam a organização do movimento feminista, destacando a iniciativa política das mulheres, voltada não apenas para romper o sistema patriarcal, que imperou em diferentes conjunturas e ainda impera na atualidade, mas também para a conquista da sua emancipação política.

O movimento feminista em ondas ou ciclos de lutas

Para facilitar a compreensão do feminismo, enquanto movimento social, podemos dividi-lo em ondas, que se referem aos momentos cronológicos da participação política de mulheres ao nível mundial. Sistematizar a organização política feminista em ondas, ou ciclos de lutas é uma estratégia que contribui para a demarcar cronologicamente as especificidades e características das iniciativas políticas das mulheres organizadas em diferentes conjunturas.

As quatro ondas do movimento feminista, aqui abordadas, não estão descoladas da dominação de gênero, da exploração no campo do trabalho e da segmentação de direitos sociais e políticos, trazendo em seu bojo, portanto, uma diversidade de paradigmas, filosofias e concepções. As diferentes nuances da opressão vivenciadas por mulheres se situam no jogo da luta de classes que compõe a sociedade capitalista, pois, embora os grupos subalternizados que compõe a classe trabalhadora, organizem suas demandas em pautas diferenciadas, há um denominador comum entre eles, que é o domínio do sistema econômico que divide, explora e subalterniza as relações sociais (Losurdo, 2015).

De acordo com Losurdo (2015, p. 104) a divisão social não se limita a contextos específicos, por ocorrer tanto no “âmbito da fábrica ou da família”, como também no “plano político moral”. Nessa perspectiva, torna-se importante considerar que a divisão da sociedade em classes é um elemento complexo que influencia e é influenciado pela estrutura social econômica e pelas normas e valores que orientam a vida coletiva.

Assim, ao situar o movimento feminista em ondas, é importante problematizá-lo e não o separar do componente de classe, pois, conforme Zirbel (2023), a divisão do movimento feminista em ondas compõe um conjunto de narrativas que priorizam as iniciativas políticas das mulheres feministas brancas, vinculadas a estratos sociais dominantes ou da classe média americana, inglesa ou francesa. Por isso, torna-se importante pensar as ondas feministas para além das narrativas dominantes, já que essas tendem a ocultar a atuação política das mulheres negras, trabalhadoras fabris ou do campo, sem as quais “as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam” (Zirbel, 2023, p. 12).

Para debatermos sobre as ondas presentes nos movimentos feministas em diferentes conjunturas históricas, não podemos deixar de considerar as lutas das mulheres invisibilizadas pela historiografia oficial, como as mulheres negras, de orientação sexual não heteronormativa, das trabalhadoras, operárias, entre tantas outras, que mesmo sofrendo os efeitos da luta de classes, marcada pelas relações sociais patriarcais dominantes, se organizaram politicamente, confrontando as relações sociais políticas e culturais hegemônicas.

Primeira onda ou ciclo de luta feminista

No século XVIII a Revolução Industrial não apenas produziu o operariado fabril, mas também as mulheres proletárias. Com o crescimento das fábricas e com a mecanização da produção, criaram-se diversificadas formas de extração da mais-valia e o trabalho feminino desempenhou um importante papel na ampliação da lucratividade da burguesia inglesa, naquele momento histórico. Submetidas às condições desumanas de trabalho, com jornadas superiores a 12 horas diárias de trabalho, assédios sexuais e espancamentos, as mulheres foram empregadas nas fábricas de tecidos inglesas, juntamente com as crianças, representando, em 1838, 77% da mão de obra assalariada (Hobsbawm, 2000).

A alta demanda pela mão de obra feminina e infantil se explicava, porque as mulheres e crianças, recebiam os menores salários. Além do trabalho realizado nas fábricas inglesas, Marx (1989) pontua que as mulheres eram requisitadas para trabalhar nas minas de carvão, conforme indica o fragmento:



Depois de 1842, as operárias não são mais empregadas no subsolo, mas para carregar carvão, arrastar as cubas até os canais e os vagões ferroviários, selecionar o carvão etc. O emprego delas aumentou muito nos 3 a 4 anos. São na maioria mulheres, filhas e viúvas dos operários das minas, dos 12 até os 50 e 60 anos de idade (Marx, 1989, p. 570).

Méndez (2017, p. 63) afirma que a entrada da mulher no mundo produtivo foi determinante para “um crescente movimento de organização das trabalhadoras na luta por direitos iguais e pela ruptura com um sistema que as oprimia pela sua condição de mulher e de trabalhadora”.

Contudo, mesmo organizadas politicamente, as mulheres vivenciavam situações nas quais o preconceito de gênero se fazia presente no chão da luta. De acordo com Méndez (2017), nos sindicatos, as pautas trazidas pelas mulheres não eram debatidas ou absorvidas pelo conjunto do movimento, além disso, o próprio trabalho feminino era questionado pelo corpo de sindicalistas do sexo masculino. Em 1864, por exemplo, “a Associação Internacional dos Trabalhadores aprovou, como uma das principais reivindicações, o fim do trabalho feminino” (Méndez, 2017, p. 63), o que contribuiu para a redução da participação feminina nos sindicatos.

Reis Filho (2000) explicita que, embora na virada do século XIX para o século XX a Europa experimentasse um conjunto de mudanças no campo cultural e do trabalho, as transformações não atingiam a questão do papel social da mulher. A sociedade da época, experienciava um processo complexo permeado por mudanças e permanências, pois conservava valores patriarcais, ao mesmo tempo que a mulher lutava pela conquista de um espaço no âmbito do trabalho (Reis Filho, 2000).

Para fundamentar a permanência dos valores patriarcais na sociedade, Reis Filho (2000) apoia-se nas pesquisas do historiador francês Michelet, destacando a cultura como um elemento determinante. A cultura dominante na sociedade, não apenas considerava que o homem era por natureza

superior à mulher, mas que a natureza estava envolta por uma face benéfica e outra maléfica (Reis Filho, 2000, p. 201). Segundo esse entendimento, a face benéfica era a mãe de família e dona de casa e a face maléfica era a da “mulher que pretende tomar o lugar do homem” (Reis Filho, 2000, p. 201). Assim, caso, “predomine este último lado, desabrocham a violência, o gosto pelo sangue e a paixão noturna que nela habita” (Reis Filho, 2000, p. 201).

Martinho (2000, p. 202) alerta que essa visão era justificada, inclusive pela ciência, que ao adotar certos padrões explicava a existência de “duas espécies com características particulares. O homem, com cérebro, a inteligência, a razão e a capacidade de decisão; a mulher, com coração, a sensibilidade e os sentimentos”. Assim, “dada a natureza necessariamente racional da política, a mulher não poderia ocupar cargos públicos ou intrometer-se nesses assuntos. À mulher estaria reservado, e ainda assim, com limites, o espaço privado do lar (Perrot, 1987, p. 176 *apud* Martinho, 2000, p. 202)”.

A ideia de emancipação feminina, portanto, chocava-se com a conservação da supremacia masculina. Por isso, era necessário reafirmar a sociedade patriarcal e combater as iniciativas que questionavam a permanência da velha sociedade arcaica e machista. Essa forma de pensar a sociedade, no curso de processo histórico, trouxe em si a possibilidade de ser o seu contrário e, é nesse sentido, que as mulheres buscaram a sua emancipação política, organizando-se em pautas e lutas que, ao confrontarem os valores patriarcais, conquistaram lentamente um conjunto de direitos sociais e políticos.

Nessa primeira onda do movimento feminista, é importante não perder de vista, que se de um lado, no século XIX, as mulheres proletárias organizaram-se na luta pela igualdade de direitos e melhoria de suas condições de trabalho no interior das fábricas, de outro, as mulheres pertencentes a segmentos sociais vinculados à burguesia, se organizaram em um amplo movimento por direitos políticos, como no movimento sufragista.

As sufragistas, no início do século XX, expressaram na luta pelo direito ao voto a sua principal demanda. Por meio de campanhas de conscientização, petições, protestos e até táticas, como a desobediência civil, essas mulheres deram visibilidade para as questões referentes à ampliação de seus direitos políticos em diferentes partes do mundo. De acordo com Miguel (2017, p. 1225) é importante destacar que se tratava de um feminismo burguês, ainda “que muitas sufragistas manifestassem seu apoio à abolição da escravidão nos Estados Unidos, seu programa consistia, em primeiro lugar, na extensão às mulheres dos direitos que o liberalismo concedia aos homens” (Miguel, 2017, p. 1225). Desse modo, a “crítica aos limites do liberalismo, num

momento em que mesmo na letra da lei vários destes direitos eram negados aos trabalhadores de ambos os sexos, estava fora do alcance da maior parte do discurso sufragista” (Miguel, 2017, p. 1225).

O projeto sufragista era vinculado aos ideais burgueses, pois se deslocava das perspectivas de classe, não tocava em pontos centrais como a opressão e exploração vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras no âmbito das fábricas. Diante disso, Miguel (2017, p. 1225) joga luz para a militância política das mulheres anarquistas e socialistas, que além de denunciarem as diversas faces da exploração e violência sofridas pelas trabalhadoras no mundo do trabalho, criticavam o “sufragismo burguês”, argumentando que o “projeto sufragista seria apenas um meio de inserir as mulheres de uma nova forma na mesma ordem social opressora”.

Considerando o conjunto dessas reflexões, destacamos que a primeira onda do movimento feminista se tornou marcante por agregar um conjunto de pautas ligadas à emancipação das relações opressoras, englobando questões como a “autodeterminação sexual, ao acesso a algumas profissões e melhorias das condições de trabalho assalariado, ao acesso à educação formal” e “à reforma do direito matrimonial (que subjugava as esposas aos maridos, permitia a expropriação dos bens das mulheres pelos esposos e um tratamento desigual diante do adultério, impossibilitava o divórcio etc.)” (Zirbel, 2023, p. 10).

A luta pelo sufrágio, embora não tenha se organizado em torno de um grupo homogêneo de mulheres, ganhou adesão em diferentes partes do mundo, incluindo em alguns países, inclusive, as mulheres da classe trabalhadora. Zirbel (2023) pontua que essas mulheres deram visibilidade à luta sufragista e com a demanda pela emancipação política, lutaram contra as condições degradantes de trabalho que estavam submetidas nas fábricas. As mulheres operárias “partilhavam com as feministas de outras classes a esperança de que, uma vez obtido o direito de votar e o acesso aos lugares de decisão política, seria possível alterar as leis e instituições que as exploravam e oprimiam como mulheres e como trabalhadoras” (Zirbel, 2023).

Ao refletir sobre a realidade brasileira, Caetano (2017, p. 05) destaca que a primeira onda do movimento feminista teve como representantes as “mulheres operárias anarquistas, associadas à União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas e ao movimento reivindicatório pelo direito ao voto das mulheres”. Marques (2019) cita a militância das professoras na luta pelo sufrágio universal no início de 1920, na qual se destacou Leonilda de Figueiredo Daltro, que fundou o Partido Republicano Feminino, entidade

política, cujo propósito era a defesa do sufrágio feminino e a emancipação feminina. Outra mulher de destaque, na militância sufragista, foi a bióloga e cientista Berta Lutz, que em 1910 liderou a campanha pelo voto feminino no país, sendo uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – (FBPF), entidade organizativa sediada no Rio de Janeiro, visando defender os direitos políticos de mulheres no Brasil.

Pinto (2003, p. 10) considera que, nessa conjuntura, o feminismo no Brasil foi composto por múltiplas manifestações, pois as tendências predominantes eram aquelas que pairavam “acima das contradições”. Assim, tratava-se de um feminismo “bem-comportado”, que “se estruturava a partir da luta pelo voto”, encontrando “respaldo entre membros da elite” e, com isso, conseguindo “respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira” (Pinto, 2003, p. 10).

A primeira onda do feminismo durou até os anos de 1960. Embora as mulheres tenham conquistado um conjunto de direitos políticos, é importante destacar que a vivência desses direitos não é universalizada no modo de produção capitalista. Isso se deve ao fato de que as mulheres ainda são a minoria na política, recebem os menores salários e a exclusão, preconceito e feminicídio ainda estampam manchetes de revistas e jornais cotidianamente. De acordo com Birolli (2018, p. 171) essa situação torna-se ainda mais evidente quando adicionamos o componente de classe, raça e etnia. Sob essa perspectiva, as mulheres subalternizadas, negras e indígenas são as que mais sofrem com o descaso das políticas públicas em relação ao acesso a direitos sociais básicos como educação, trabalho, saúde, moradia etc.

Segunda onda ou ciclo de luta feminista

Se a primeira onda do movimento feminista foi marcada por pautas ligadas a emancipação política das mulheres, sendo compreendida por autores como Pinto (2003); Arruza; Battachary; Fraser (2019) e Gandhi (2019) como um feminismo burguês, que não questionava as relações sociais de produção, mas buscava no liberalismo um conjunto de direitos, que uma vez conquistados, tornava-se restritivo a um grupo seleto de mulheres, cuja origem social é a burguesia. Na segunda onda há um esforço para o rompimento com essa perspectiva.

Apesar de o feminismo “burguês” ter se tornado hegemônico no final do século XIX e início do século XX, novas formas de lutas e perspectivas

políticas emergiram. Isso ocorreu porque na sociedade do antagonismo entre as classes sociais, emerge uma disputa orientada por perspectivas político-ideológicas que visam a conservação ou a superação das relações culturais, políticas e econômicas, por isso, nada é definitivo, estático ou impossível de mudar.

Em que pese a segunda onda do feminismo, ocorrida entre os anos de 1960 e 1980, ter marcado a ascensão do chamado “feminismo radical”, é importante destacar que a ruptura com o feminismo liberal não ocorreu de forma plena e uniforme, pois a sociedade é permeada por uma relação de forças na qual as “concepções de mundo” (Gramsci, 2014), impostas ou estabelecidas em consenso, tornam-se instrumentos de manutenção ou transformação do *status quo*.

Silva (2000, p. 04) expõe que o “feminismo radical”, sob a luz da teoria marxista, denunciava que “a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher”. Para fundamentar essa reflexão Silva (2000) explique a teoria do Patriarcado “considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes (p. 04).

A manutenção do patriarcado, enquanto um sistema de poder, depende da propagação da ideia de que há uma diferença fundamental entre os gêneros. Para explicar como isso ocorre num contexto social mais amplo, é importante retomar as reflexões propostas por Engels (2009). Ao basear-se na obra do antropólogo Lewis H. Morgan e analisar a evolução histórica das sociedades humanas, refletindo sobre a origem da família e da propriedade privada, Engels (2009) afirma que o surgimento da propriedade privada, não está desvinculado de um processo histórico, no qual a mulher passou a ser inferiorizada em relação ao homem. Nesse sentido, o casamento monogâmico e a necessidade de transmitir a propriedade aos descendentes, foi essencial para a constituição do modelo de família tradicional.

Valendo-se da opressão histórica vivida pelas mulheres em diferentes conjunturas, o capitalismo “beneficia-se do trabalho gratuito das mulheres nos núcleos familiares e da diferença salarial entre os sexos para gerar e ampliar lucros” (Zirbel, 2023, p. 12). Nesse modo de produção, a “sociedade e os indivíduos dependem do trabalho doméstico e das variadas atividades de cuidado realizadas pelas mulheres, mas não lhes atribuem valor” (Zirbel, 2023, p. 12). Corroborando com essa ideia Matos e Ramalho (2010) afirmam que o

capitalismo usa a diferenciação entre os gêneros, estabelecida socialmente, “para seus próprios fins”, criando “amplas camadas de trabalhadores (sem acesso à propriedade dos meios de produção)”, separando “a classe em dois grupos” e permitindo “a sobre-exploração de um sobre o outro” e ainda explorando “mais o grupo feminino”, subordinando-o a partir do trabalho doméstico não remunerado.

Com isso, o capitalismo reforça a subordinação da mulher na sociedade, no plano econômico e ideológico, potencializando a extração da mais-valia da força de trabalho feminino e a desigualdade salarial entre os sexos, contribuindo para que essa subordinação se perpetue ante as gerações vindouras. Diante dessa situação, as feministas da segunda onda, de acordo com Silva (2000, p. 06) consideravam que não bastava “apenas, concentrar os esforços na busca por explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal, mas que as mulheres deveriam se unir na luta contra os homens” e “rejeitar o Estado e todas as instituições formais”, pois essas são “produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal”.

Silva (2000, p. 06) aponta que nas pautas feministas da segunda onda, destacaram-se as reivindicações que pretendiam transformar-se em políticas, alterando a legislação, como, por exemplo, a busca pela legalização do divórcio, o direito a “creches para os filhos das mulheres trabalhadoras”; o “controle sobre seu próprio corpo – que no momento era a questão da reprodução e descriminalização do aborto”; a “criminalização da violência contra as mulheres, este é um assunto que, embora, considere os avanços, ainda representa um dos principais pontos da pauta das feministas atuais”; juntamente com a busca “pela politização da esfera pública e pela implantação de casas de acolhimento às mulheres em condições de risco”.

Silva 2000 (p. 06) explica que “uma das principais realizações do feminismo radical foi a organização de grupos de autoconsciência e de autoconhecimento. Esses grupos buscavam conscientizar as mulheres sobre como o patriarcado interfere na sociedade e nas relações pessoais e familiares. Para dar visibilidade a essas questões, as feministas organizaram protestos e atos como “a queima pública de sutiãs, a sabotagem de comissões de peritos sobre o aborto, [...] fazendo com que “a voz do feminismo [...] entrasse em todos os lugares e não só” criando “espaços próprios de autoajuda e de estudo”, mas “motivando as mulheres a conhecerem seu próprio corpo” (Silva, 2000, p. 06).

As pautas feministas da segunda onda passaram a fazer parte de uma agenda de mobilizações, nas quais as questões relacionadas ao corpo, prazer,

reprodução, violência sexual se deslocaram do âmbito privado para o político. As pesquisas de Ribeiro; Nogueira e Magalhães (2017, p. 64) indicam que as feministas recorreram aos escritos da autora francesa Simone de Beauvoir, que na obra “O Segundo Sexo”, publicada em 1949, causou “inquietações com a célebre frase ‘não se nasce mulher, torna-se mulher’. Trazendo o corpo como elemento central nas formas de enfrentar o mundo das mulheres” e questionando a construção do gênero em “reflexões sobre os significados sociais de ser mulher” (Nogueira; Magalhaes, 2017, p. 04).

A popularização da pílula anticoncepcional na década de 1970, representou a oportunidade de as mulheres vivenciarem a sexualidade com maior liberdade. Méndez (2004, p. 04) destaca que como um elemento adicional a essa conjuntura, o “feminismo contestou os padrões morais da sociedade ocidental que destinavam a mulher a praticar sua sexualidade como uma obrigação conjugal e para fins reprodutivos”. Desse modo, “questionando a exigência social da virgindade, as feministas passaram a exigir o controle sobre o próprio corpo, o que significava manter relações sexuais livres das amarras matrimoniais e decidir se queriam ou não gerar filhos” (Méndez, 2004, p. 04).

Por colocar essas questões em debate, a segunda fase do feminismo é conhecida como a “fase mais contestadora do movimento” (Cavalcanti, 2005, p. 245). Mesmo assim, é importante pontuar que as pautas não excluíram questões relacionadas aos direitos civis, pois os “debates intelectuais ocorridos oscilavam entre as propostas liberais e as linhas mais ortodoxas do marxismo” (Cavalcanti, 2005, p. 245).

Em que pese o fato de o feminismo da segunda onda ter sido orientado por diferentes perspectivas, é importante destacar que foi a partir dessa fase que ele passou a ser objeto de estudo acadêmico, compondo um campo de investigação, orientado por uma teoria. A incorporação de sujeitos sociais, marginalizados pela historiografia oficial, como as mulheres, nas produções acadêmicas representou um avanço significativo, pois até meados do século XX, a história tradicional ocultava a contribuição das mulheres, tendo como foco os homens e os feitos da classe dominante.

A partir das décadas de 1960 e 1970, a história iniciou um movimento de questionamento das lacunas da historiografia tradicional positivista. As historiadoras que se identificavam com o movimento feminista passaram a investigar não apenas a participação política das mulheres na sociedade, mas também as origens da opressão, do domínio e a organização feminina das mulheres em movimentos de resistência, dando voz às mulheres

historicamente silenciadas, tanto na sociedade como nas produções historiográficas (Méndez, 2004).

As pesquisas acadêmicas, ao ampliarem as reflexões sobre as origens da opressão feminina, colocaram em debate as construções culturais que envolvem o “ser mulher” e os avanços e as lacunas do movimento feminista. No entanto, mesmo com tais avanços, é importante mencionar que o significado social do ser mulher é invisibilizado nas produções teóricas ou filosóficas, pois o debate, muitas vezes, gira em torno de questões sobre a aquisição de direitos sociais e políticos. A vivência desses direitos não ocorre igualmente, pois ser mulher branca, de situação financeira estável, moradora de áreas nobres da cidade, com emprego, remuneração justa, carteira assinada, direitos trabalhistas, uma carreira consolidada com diploma de ensino superior e acesso à saúde, segurança, moradia e usufruindo dos direitos sociais, políticos que a sua condição social lhe possibilita, difere da condição vivenciada pela grande maioria das mulheres no Brasil, onde ser mulher negra, moradora de periferias, desempregada ou subempregada em trabalhos informais, sem carteira assinada, remuneração justa, baixa escolaridade e sem direitos trabalhistas.

Desse modo, o binômio gênero e a condição de classe e raça são elementos que refletem não apenas nas pautas do movimento feminista ou a organização política das mulheres, mas também suas perspectivas políticas e visões de mundo, sendo fundamental para compreender a diversidade de experiências e as construções sociais que modelam as identidades, os comportamentos e as opressões vivenciadas nos diferentes espaços sociais. Certamente as mulheres negras, trabalhadoras, transexuais, indígenas, refugiadas, sentem com mais intensidade os efeitos da luta de classes e de uma sociedade que é desigual e essa desigualdade é potencializada quando se é mulher subalternizada.

Terceira onda ou ciclo de luta feminista

As “concepções de mundo” ganham força política nas ideologias que se fazem presentes “implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida, individuais ou coletivas” (Gramsci, 2014, p. 99), organizando, moldando e movimentando as classes sociais na luta coletiva pela manutenção ou superação das realidades vivenciadas em seus cotidianos.

A política não opera em um vácuo, mas é orientada por um sistema de ideias que reflete os interesses e visões específicas de pessoas, grupos ou organizações da sociedade civil. As ideologias que orientam a política se entrelaçam em torno de aspirações e demandas com influência na economia, na cultura e na organização da sociedade. Gramsci (2014) afirma que para compreender o lugar social ocupado pelas ideologias é importante considerar o contexto histórico sobre a qual elas se desenvolvem e a dialeticidade das relações sociais, tendo sempre em mente que as ideologias não constituem “verdades absolutas” e nem são “eternas”.

As ideologias não estão descoladas das dinâmicas sociais, sobre as quais elas se desenvolvem, sendo moldadas e sustentadas por grupos ou classes sociais que detém a hegemonia. Embora ligadas as relações materiais e de poder e sendo usadas como ferramentas que dão suporte às estruturas de poder dominantes, as ideologias podem compor instrumentos de lutas que no curso do processo histórico, possuem a potencialidade, de organizar a iniciativa política de grupos ou classes sociais subalternizadas. A terceira onda do movimento feminista, assim, como as demais, não está desvinculada de concepções de mundo, orientadas por ideologias que, não estando descoladas da luta de classes, estiveram presentes no curso do processo histórico da sociedade.

Miguel (2018, p. 41) avalia as mudanças geopolíticas ocorridas após a década de 1990 influenciaram no movimento feminista em sua terceira onda. De acordo com o autor, com o fim da Guerra Fria e a queda dos regimes comunistas, o capitalismo consolidou sua hegemonia na maioria do planeta, impactando na consolidação e uniformização das ideologias que legitimam o modo de produção hegemônico. Essa situação, contribuiu para que a opressão do capital fosse pouco questionada na terceira onda do movimento feminista, que se concentrou prioritariamente em temáticas sobre identidade, diversidade e igualdade de gênero, em detrimento de uma crítica aprofundada sobre a influência das relações de classe e dos efeitos da opressão econômica do capital na vida social, especialmente da população feminina (Miguel, 2018). Para manter sua hegemonia, o modo de produção capitalista, necessita de um corpo de ideias que dê sustentação para o seu funcionamento, não questionando a divisão social, a exploração e a opressão realizadas em toda a sociedade. O aperfeiçoamento das relações capitalistas requer o uso de mecanismos, sempre mais sofisticados, de extração de mais-valia, de perpetuação ideológica e universalização de ideias e concepções de mundo. Essa estratégia é usada tanto para a manutenção da hegemonia capitalista, quanto para a

desmobilização da luta coletiva, organizada para superar radicalmente as relações de opressão socialmente vivenciadas pelos trabalhadores.

Conforme apontamos, na primeira onda feminista houve a emergência de um feminismo liberal que buscava direitos na ordem social vigente, não questionando ou colocando em xeque a hegemonia capitalista. Na compreensão de Gandhi (2019), na terceira fase a perspectiva reformista, continua presente, pois o movimento feminista é orientado pela ideia de que a mulher não é uma categoria fixa, unitária e homogênea, mas sim fragmentada por múltiplas identidades que podem incluir sexo, classe social, etnia, raça, entre outras categorias. Nessa perspectiva há a crença de que as identidades feministas “são construídas através do discurso e [...] que a linguagem constrói a realidade” (Gandhi, 2019, p. 86).

De acordo com Miguel (2018), embora o movimento feminista da terceira onda, tenha incorporado em suas pautas a luta por questões de raça, com foco na diversidade, há lacunas a serem preenchidas, pois não são consideradas as questões relacionadas as múltiplas formas de opressão e desigualdades de classe que se fazem presentes na sociabilidade capitalista. A crítica de Miguel (2018) pontua que há uma tendência no feminismo de focar mais nas questões de gênero em detrimento de questões relacionadas a economia, política ou relações de classe como enquanto mecanismos que legitimam o poder e opressão feminina.

O reconhecimento da diversidade social, em torno da mulher e as questões como raça inseridas nas cenas dos debates feministas, por vezes ignora a exclusão e opressão vivenciada pelas mulheres pertencentes à classe trabalhadora na sociedade, já que “a experiências das mulheres em posição de elite – brancas, educadas, burguesas ou pequeno burguesas, heterossexuais tende a ser apresentada como a experiência de todas as mulheres” (Miguel; Birolli, 2014, p. 85). Em resumo, na terceira onda, o enfoque recai para “subjetividade da mulher, reconhecendo as interseções entre marcadores de opressão, e discutindo-se como essas combinações específicas se refletem no próprio ser-mulher” (Caetano, 2017, p. 07), ou seja, um amplo projeto de transformação social não é colocado como prioridade.

Para Caetano (2017) ao entrelaçarmos questões de raça e gênero, evidenciamos que o movimento feminista foi marcado por uma pluralidade não apenas de pautas e demandas, mas também de concepções teórico filosóficas que perpassam por vertentes, que inclusive estiveram presentes nas demais ondas. Isso ocorreu, porque, no modo de produção capitalista, há projetos societários em disputa e, embora haja hegemonia dos projetos vinculados

aos interesses dominantes, na dinâmica da luta social, a classe trabalhadora resiste e, mesmo que suas perspectivas não sejam hegemônicas, elas constituem forças importantes no movimento de luta de classes.

Com o avanço das tecnologias da informação as questões relacionadas ao gênero, raça, sendo elementos característicos da terceira onda, ganharam maior visibilidade, contribuindo de certa forma para que os debates acadêmicos sobre essas temáticas se espaliassem para espaços para além da academia e dos movimentos sociais. Assim, “as ferramentas teóricas possibilitaram um aprofundamento da análise das variadas e simultâneas formas de opressão vivenciadas por uma mesma mulher, assim como a questão das diferenças e da diversidade internas ao movimento feminista” (Zirbel, 2021, p. 14).

Ainda se destaca, nesta terceira onda, o foco no reconhecimento das variadas identidades femininas e de suas experiências. Um exemplo disso é a rejeição de adjetivos “misóginos e pejorativos contra mulheres”, como a palavra ‘vadia’ e seus sinônimos, normalmente usados pelos homens, para denegrir, reprimir e “repreender mulheres que vivem como querem” (Fior; Silva, 2021, p. 03). Aqui o objetivo é o combate ao preconceito de gênero, raça e o sexismo, por isso, a terceira onda caracteriza-se por abordar as pluralidades femininas, ou seja, que o ser mulher é diverso, não é padronizado, mas envolve um conjunto de experiências, identidades e maneiras de ver e se relacionar com a sexualidade, com o corpo, com a sociedade e com o mundo.

Quarta onda ou ciclo de luta feminista

Embora as tecnologias representem uma alternativa para difundir informações, conceitos e estratégias de interação e comunicação que superam o espaço físico ou geográfico, as reflexões sobre o seu acesso e uso não devem deslocar-se das relações sociais, políticas e econômicas presentes no modo de produção capitalista.

Pinto (2005) alerta que a tecnologia pode ser usada como “instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas e, muito particularmente, das nações subdesenvolvidas” (p. 43). No modo de produção capitalista, a tecnologia é uma estratégia ideológica, cuja função é contraditória, pois, ao mesmo tempo que serve para apaziguar a luta de classes, difundir visões de mundo, que buscam uniformizar o pensamento, treinando e adaptando as pessoas ao mundo produtivo e, com isso, aumentando a produtividade, explorando a força de trabalho e gerando lucros para os

detentores dos meios de produção, ela também pode ser usada como possibilidade de ser o seu contrário, ou seja, como um artifício na luta anticapitalista, conscientizando as pessoas sobre a exploração e opressão vivenciadas, desenvolvendo a consciência de classe e organizando a luta coletiva.

O uso de tecnologias não está apartado da emergência da quarta onda do movimento feminista, ocorrida a partir de meados dos anos 2000. As mídias sociais têm sido usadas, tanto para a difusão das pautas feministas, como também para inserir nos debates da sociedade as perspectivas teóricas do feminismo, as agendas e as denúncias contra o regime opressor vivenciado pelas mulheres em diferentes partes do mundo, contribuindo para o engajamento de mulheres de diferentes faixas etárias, condições sociais, perspectivas culturais na luta coletiva por direitos.

Em suas reflexões, Martinez (2021) destaca que a quarta onda feminista é caracterizada pela emergência de uma nova consciência feminista fundamentalmente ligada à apropriação das mídias digitais. Esse novo modo de pensar e vivenciar o feminismo é impulsionado pela mobilização digital, criando possibilidades de organização e compartilhamento de experiências em blogs, postagens em redes sociais ou aplicativos, permitindo assim, que as pautas feministas ganhem mais capilaridade e se tornem visíveis em diferentes partes do mundo.

Por utilizar os ciberespaços para organizar a luta coletiva, o feminismo da quarta onda também é chamado de “ciberfeminismo”, conceito que de acordo com Méndez (2021, p. 02) despontou na década de 1990, com a popularização das tecnologias digitais, “questionando as desigualdades de gênero na ciência, na tecnologia, na arte e na cultura eletrônica”, tornando-se assim, uma estratégia usada por coletivos feministas em diferentes partes do mundo. O ciberfeminismo contempla as diferentes perspectivas feministas, colocando em pauta, tanto as “tendências radicais”, como também às “tendências mais liberais, questionando as relações entre as mulheres e a informática e seu posicionamento no mercado de trabalho” (Méndez, 2021, p. 02).

Méndez (2021, p. 02) afirma que acompanhando o movimento de transformação da sociedade, após os anos 2000, o ciberfeminismo se popularizou, contemplando temáticas sobre o papel das tecnologias digitais na socialização feminina, inclusão digital feminina e como ocorre a difusão do pensamento feminista por meio do uso de mídias digitais. Questões como assédio moral, sexual, estupros, discriminação, preconceito, entre outros tipos de violências físicas, morais ou psicológicas sofridas pelas mulheres do mundo cotidianamente, tem se tornado assuntos nos debates das redes sociais,

blogs e sites de internet, sensibilizando pessoas à causa feminista em várias partes do mundo.

Soares e Mezzarino (2021, p. 267) enfatizam que “a desconstrução de relacionamentos românticos abusivos é outra pauta fortemente trabalhada pelas feministas contemporâneas”. Nas redes sociais, as feministas se organizam para denunciar as violências vivenciadas e organizam campanhas que se tornam virais, usando hashtags como, por exemplo, #MeuPrimeiroAssédio, que no ano de 2015, mostrou para a sociedade que o Brasil é um país onde os assédios ocorrem em diferentes ambientes e que os primeiros assédios ocorrem normalmente quando as mulheres são crianças ou adolescentes (Soares; Mezzarino, 2021).

Ainda podemos citar, como exemplo do ciberfeminismo, o Movimento “Ele Não” ou “#EleNão”, liderado por mulheres em todo o Brasil em 2018, tendo como objetivo realizar a oposição ao então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro. A campanha contou com manifestações nas redes sociais, principalmente no Facebook, por meio do grupo “Mulheres unidas contra Bolsonaro”, movimentou e organizou diversos protestos feministas, tanto on-line como também nas ruas em mais de 160 cidades brasileiras e fora do país. Esses protestos mostraram o repúdio das mulheres em relação às declarações misóginas proferidas pelo então presidente.

As pautas que movimentaram e vem movimentando a quarta onda feminista se mostram diversas e ao incluírem questões políticas revelam que as relações patriarcais ainda prevalecem, pois o patriarcado continua vivo e ativo nas relações familiares, políticas de trabalho, enfim, está enraizado culturalmente na sociedade.

— A leitura marxista do feminismo

A consciência de classe não é determinada pela origem social, mas é construída, alimentada e moldada socialmente, em um aparato cultural, político e ideológico que reafirma o poder e o domínio na sociabilidade capitalista. Ainda que uma pessoa “ao nascer tenha a sua origem e se desenvolva no seio da classe trabalhadora, pode desenvolver identidade política com a burguesia e ter suas ações voltadas para os interesses da classe burguesa” (Cisne, 2015, p. 22).

Para Marx e Engels (2007) as pessoas são influenciadas pelas condições materiais em que vivem e pelas relações de produção em que estão inseridas. Embora, as relações econômicas da sociedade moldem a vida das pessoas e influenciem suas visões e percepções sobre o mundo e a vida social, criando condições para a conservação das estruturas de poder dominantes, a classe trabalhadora pode tomar consciência de que aqueles que detém os meios de produção, são os mesmos que interferem no funcionamento da economia, da política e da cultura, submetendo os trabalhadores ao controle e exploração.

Gramsci (2014) compreende que embora nas relações materiais de produção, a burguesia e o proletariado desponhem como classes sociais, cujos interesses podem dialogar com a manutenção ou com a transformação da sociedade, essa relação não é determinista, pois no jogo da luta de classes as pessoas podem organizar as forças no projeto de construção de uma sociedade livre e emancipada.

Para Cisne (2015) as relações econômicas e políticas “encontram-se, dialeticamente articuladas na dinâmica da determinação e reprodução das classes sociais” (p. 22). Todavia, é importante considerar “não apenas a dinâmica econômica restrita da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, mas compreender as particularidades e diferenças dos sujeitos que compõem essa classe e como o capital se apropria das mesmas para gerar mais lucro” (Cisne, 2015, p. 22). Nesse processo, é importante ter sempre em mente que as classes são históricas, ou seja, não são estáticas, nem homogêneas, mas compostas por “pessoas reais” nas quais se diversificam os componentes de “sexo e “raça” /etnia nas relações de classe” (Cisne, 2015, p. 22).

À luz desse debate, Cisne (2015, p. 13) indica que a incorporação do gênero nos estudos sobre a “classe trabalhadora está radicalmente articulada à luta feminista contra a invisibilidade e exploração da mulher e a desvalorização do seu trabalho”, para “anunciar uma das contribuições do feminismo para a produção teórica crítica: a desomogeneização da classe trabalhadora e os desdobramentos políticos que daí podem surgir em torno de práticas coletivas reivindicatórias”.

Cisne (2015) explica que a “desomogeinização da classe trabalhadora”, significa romper com a ideia de que todos os trabalhadores se orientam em torno das mesmas concepções ou que vivenciam as mesmas experiências, relações culturais e possuem acesso aos mesmos direitos. Isso implica em abrir

caminho para práticas coletivas reivindicatórias que reconheçam as opressões específicas enfrentadas no seio da luta de classes.

O reconhecimento de que, embora a classe trabalhadora compartilhe entre si da opressão capitalista, a exploração é ampliada quando se trata da mulher e potencializada quando essa mulher é negra, moradora de periferias, trans, jovem etc., é uma iniciativa que pode pavimentar caminho na luta feminista. Nessa empreitada, não podemos negar que “o capitalismo utiliza uma estratégia de dividir para reinar” e “a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de ‘raça’, de gênero e das práticas sociais” (Souza Lobo, 2011, p. 173).

As autoras Arruza; Bhattacharya; Fraser (2019) enfatizam que a luta feminista se desenvolve na contradição que reside no próprio componente de classe e, diante disso, destacam ser fundamental que o feminismo tenha como foco principal a plena liberdade das mulheres em uma sociedade livre e emancipada das relações de produção que dividem socialmente as pessoas. Diante dessas perspectivas, Arruza; Bhattacharya; Fraser (2019) propõe 11 teses, para fundamentar um feminismo “radical e transformador”. A sistematização dessas teses é exposta no Quadro 1

Quadro 1: Onze teses para fundamentar o feminismo marxista

Tese	Possíveis ações	Possíveis consequências
1	Reinventar das greves	As greves, “demonstram o enorme potencial político do poder das mulheres”, ao conjugarem a “paralisação do trabalho com marchas, manifestações, fechamento de pequenos comércios, bloqueios e boicotes”, contribuindo para o movimento feminista renovar “o repertório” perdido, pela iniciativa neoliberal e amplie “a própria ideia do que é considerado trabalho” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 25).
2	Supressão do feminismo liberal	O feminismo liberal serve aos interesses do modo de produção capitalista, ao excluir do debate as desigualdades de classes e a opressão vivenciada pelas mulheres trabalhadoras no âmbito do lar, da política e do trabalho. Fundamentando-se na meritocracia e na hierarquia social, o feminismo liberal valoriza os talentos individuais das poucas mulheres que tiveram a oportunidade de ascender a posições de destaque na sociedade ou cargos de chefia, ou gerência (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019).
3	Priorizar o feminismo anticapitalista.	O capitalismo é permeado por crises que caminham com a intensificação da exploração ambiental e humana. Por isso o feminismo deve “atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática” e lutar pelos “direitos da maioria das mulheres pobres e da classe trabalhadora” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 30).

4	Atacar o capitalismo	A mobilização da classe trabalhadora para superação definitiva das crises que afetam o modo de produção capitalista, caminha com a superação do próprio capitalismo. Por isso, é urgente a organização da classe trabalhadora na busca por uma alternativa social, baseada na emancipação do trabalho assalariado.
5	Supressão da opressão de gênero	Na perspectiva marxista, o trabalho de produção de pessoas “não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico”, mas “cria e mantém nossa capacidade de trabalhar”, moldando as “pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 37). No capitalismo, a reprodução social é relegada ao sexo feminino e, sendo baseada no gênero, a opressão é potencializada quando nela são incorporados elementos de classe, raça e nacionalidade, entre outros (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 37).
6	Combate a violência de gênero	A violência de gênero não é somente “privada”, pois as mulheres são vítimas de agressões e assédios, no ambiente de trabalho, lazer, escolas, igrejas, hospitais etc., por homens que exercem algum tipo de hierarquia nesses ambientes (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 41). O sistema hierárquico alimenta a violência de gênero privada ou pública, formando “um círculo vicioso em que se reforçam mutuamente” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 41).
7	Libertação da sexualidade.	Arruza; Bhattacharya; Fraser (2019, p. 47) afirmam que, embora as ideias reacionárias e liberais se contrastem, visto que aquelas objetivam criminalizar práticas sexuais que violam os valores religiosos ou familiares e estas busquem direitos e reconhecimento das pessoas LGBTQ+, ambas são fundamentadas em valores conservadores. Nas sociedades capitalistas, a conquista de direitos das mulheres e pessoas queer “é constantemente ameaçada e a agressão contra pessoas LGBTQ+, a violência de gênero e sexual e a falta de reconhecimento” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 49) é uma realidade.
8	Feminismo antirracista e anti-imperialista	O racismo e o imperialismo são constituintes dos elementos que fundamentam a sociedade capitalista. Por isso, “um feminismo verdadeiramente antirracista e anti-imperialista também deve ser anticapitalista”, pois no capitalismo, a “distinção entre trabalhadores e trabalhadoras explorados e os demais, dependentes e expropriados, assumiu diversas formas ao longo de toda a história”, como a “escravidão, colonialismo, apartheid e divisão internacional do trabalho” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 55).
9	Lutar para reverter a destruição da terra	Buscando reverter a crise climática, as mulheres também integram a linha de frente na luta do clima em todo o planeta e, ao fazerem isso, contestam o funcionamento do capitalismo, representando “uma poderosa alternativa anticorporativa e anticapitalista aos projetos ‘capitalistas verdes’ que não fazem nada para impedir o aquecimento global enquanto enriquecem aqueles que agenciam licenças para emissão de gases, serviços de ecossistemas” e “compensações de emissão carbono” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 57).

Tese	Possíveis ações	Possíveis consequências
10	Internacionalismo do feminismo	De acordo com Arruza; Bhattacharya; Fraser (2019, p. 60), se por um lado as mulheres são “as maiores vítimas da atual crise política do capitalismo, elas também são as protagonistas da luta para solucioná-la de forma emancipatória”. Para o feminismo para os 99%, a superação da crise do capitalismo não ocorre com medidas reformistas que apenas camuflam os seus problemas, dando a impressão “temporária” de que esse modo de produção funciona; ao contrário, para as feministas, superar as crises capitalistas é impossível sem superar o próprio capitalismo.
11	União de todos os movimentos sociais na luta anticapitalista	Arruza; Bhattacharya; Fraser (2019, p. 65) defendem que o feminismo “deve unir forças com outros movimentos anticapitalistas mundo afora – com movimentos ambientalista, antirracista, anti-imperialista e LGBTQ+ e com sindicatos”, construindo “uma força anticapitalista ampla e poderosa o suficiente para transformar a sociedade”.

Nota: sistematizado por Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin, com referência em Arruza; Bhattacharya; Fraser (2019)

A leitura marxista do feminismo, considera que as questões de gênero não estão desvinculadas da luta de classes e da desigualdade social presente no modo de produção capitalista. Vitória; Faria e Moreno (2016) apontam que o trabalho menos valorizado nas fábricas é destinado às mulheres, especialmente quando exigem delicadeza, paciência e repetição, habilidades consideradas naturais nas trabalhadoras, simplesmente porque são mulheres.

Esse contexto ressalta a relação entre questões de gênero, classe e trabalho. A exploração e opressão de gênero está enraizada na divisão social do trabalho e na apropriação privada dos meios de produção e, nesse sentido, a libertação feminina da opressão vivenciada cotidianamente caminha com a libertação da sociedade de classes. Por isso, a luta feminista é também uma luta anticapitalista.

As questões da vida social e a esfera política, assim como as ideologias, condicionam os modos de ser e pensar das classes subalternizadas, perpetuando as relações patriarcais, que subordinam as mulheres não somente ao domínio masculino, mas também ao modo de produção capitalista.

De acordo com Marx (1996, p. 52) “os homens ¹ contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de

¹ Marx (1996) faz uso da palavra “homens” para se referir aos seres humanos e não ao gênero masculino.

produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais”. Como componente dessas relações, situa-se a “estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”, (Marx, 1996, p. 52). Assim, há uma relação dialética entre a estrutura capitalista e a superestrutura, sendo impossível pensar a realidade social apartadamente desses elementos.

No entanto, no próprio processo de reprodução da dominação ideológica, situam-se possibilidades de transformação das relações de produção vigentes. Isso porque, a divisão social do modo de produção capitalista determina uma luta de classes, ou seja, é no terreno de controle do capitalismo que “determinados grupos sociais tomam consciência do seu próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio dever” (Gramsci, 2004, p. 388) e, com isso, organizam suas forças para a transformação das relações sociais em vigor.

O sujeito histórico dessa transformação é o trabalhador, o qual, tomando consciência da exploração que se defronta cotidianamente, através na luta social e coletiva, pode colocar em perspectiva uma sociedade livre e igualitária. Para que isso ganhe materialidade Gramsci (2014, p. 101) ressalta que é essencial superar o “senso comum” dominante, orientado por “características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular”. Para o autor, essa superação envolve a aquisição de consciência sobre a existência de “uma concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior” (Gramsci, 2014, p. 93).

Gramsci (2014, p. 314) alerta que a superação do “senso comum” é conduzida por um processo catártico, no qual há a “passagem do momento meramente econômico (egoístico ou passional) ao momento ético político”, ou seja, para a “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”. Isso significa que a expansão da consciência de classe, ao nível da política tendo como horizonte a emancipação é uma estratégia na luta revolucionária, pois o seu fim é “tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis” (Gramsci, 2014, p. 387).

É importante acentuar que a questão central para Gramsci (2014, p. 384) é a superação das relações sociais de produção, pois a filosofia da práxis não tem como fim a resolução pacífica das “contradições existentes na história e na sociedade”, mas ela é a própria teoria de tais contradições e a

expressão das classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas”.

Gramsci (2016, p. 189) ressalta que a filosofia da práxis se situa no âmbito do que o autor denomina de “grande política”, buscando superar a “pequena política”, na qual as demandas são fragmentadas e desarticuladas e o reformismo social é um objetivo. A “grande política” é a luta por uma transformação mais ampla e abrangente na sociedade que em processo, visa a “a fundação de novos Estados” (Gramsci, 2016, p. 21) sem classes sociais divergentes nos aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

Contudo, é importante esclarecer que em Gramsci (2016) o debate sobre as contribuições da “grande política” para a emancipação humana, não ocorre apartadamente da “pequena política”, na qual se situam as lutas parciais, fragmentadas e desvinculadas da questão maior que é a superação das relações sociais de produção. O autor, considera que a construção de um movimento político que desafie a ordem hegemônica capitalista, requer a articulação da classe trabalhadora na pluralidade de suas lutas. Nesse sentido, o conjunto das lutas e das demandas das classes populares, “se gestam no terreno das contradições” e embora diversas, carregam “no seu fazer-se enquanto classe trabalhadora, em-si e para-si, as experiências políticas e educativas” (Rodrigues; Bicalho, 2022, p. 642).

Uma transformação profunda nas raízes da opressão, só é possível na unificação da classe trabalhadora, pois as diferentes mobilizações sociais, em sua diversidade de demandas, expressam a divisão de classes que movimenta o modo de produção capitalista. Engels (2011) considera que “todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais” (p. 22).

Demandas econômicas, políticas e culturais, embora se particularizem pelos objetivos almejados, são reflexos do domínio e da exploração capitalista, visto que esse modo de produção “não apenas torna os seres humanos alienados durante o processo de extração da mais-valia, mas também, esgota os recursos naturais, hierarquiza as relações sociais entre classe, sexo e raça, reduzindo os direitos da maioria da população” (Boutin, 2020, p. 74).

Antunes (2012) e Mészáros (2002) consideram que as diferentes lutas sociais (ecológicas, de gênero, geracional, entre outras), ou seja, as lutas que

orientam as demandas dos movimentos sociais de “questão única” (Mészáros, 2002, p. 95) precisam estar articuladas com uma alternativa social, orientada pela emancipação de todas as formas de opressão capitalista.

Nesse sentido, as demandas pontuais que orientam as lutas dos distintos movimentos sociais expressando, “carências, formas de exclusão, discriminação, segregação” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 117) não estão apartadas da relação entre capital e trabalho. Disso decorre que a luta do movimento feminista pela emancipação das mulheres não está desvinculada da luta pela emancipação humana e, essa luta, situando-se no âmbito da luta de classes, deve abraçar o conjunto dos trabalhadores que sofrem os efeitos do capitalismo em toda a sociedade.

Tomando como referência o marxismo, o movimento feminista quando abraça essa teoria, compreende que, ao mesmo tempo que a exploração, preconceito e violência vivenciados no âmbito da vida privada, do trabalho, na vida social e política pelas mulheres, decorrem das relações patriarcais presentes no modo de produção capitalista. Por isso, a articulação das demandas trabalhistas, de gênero, raça ou ambientais, em uma ampla luta social, que coloque a emancipação humana em perspectiva, constitui o que Gramsci compreende como “práxis integral” (Semeraro, 2019, p. 363) e é condição para a emancipação feminina e de todos os trabalhadores da opressão que se realiza no modo de produção capitalista.

Semeraro (2019) indica que a “práxis integral”, “visa criar uma sociedade constituída de uma rica totalidade de múltiplas determinações e relações, autorregulada pela realização plena de subjetividades políticas ativas e pela socialização do poder econômico, político e cultural”. Assim, a “práxis integral” é o “único caminho para formar seres humanos em toda a sua integralidade, em condições de realizar a autêntica democracia que é a soberania do poder popular livre, consciente, criativo e organizado politicamente (Semeraro, 2019, p. 363).

A “práxis integral” é política, porque combina teoria e ação, mas principalmente porque seu objetivo principal é construir uma sociedade livre e emancipada da opressão que se realiza no modo de produção capitalista, formar um novo estado, no qual as relações entre homens e mulheres não sejam de submissão, opressão, violência e desrespeito. Nesse novo estado já não cabe mais o regime patriarcal e, por isso, a mulher pode vivenciar, em sua plenitude, a sua liberdade e todos os direitos de um ser humano livre e emancipado de todas as relações de opressão naturalizadas na sociedade de classes.

Capítulo 2

A participação feminina no movimento estudantil e na política brasileira

A perpetuação do patriarcado, enquanto sistema cultural, ocorre de forma complexa e multifacetada, de forma consciente e inconsciente, ao envolver elementos políticos e ideológicos que se tornam hegemônicos na produção de um consenso social, que naturaliza a desigualdade entre os sexos, legitimando a demarcação um conjunto de espaços na sociedade, nos quais o poder e a autoridade são exercidos por pessoas do sexo masculino.

De acordo com Chauí (2001) a sociedade brasileira é notadamente patriarcal, por conservar elementos da sociedade colonial escravista. Como herança desse passado, a autora pontua a valorização do espaço privado sobre o público, no qual a permanência dos interesses privados e familiares se sobrepõe ao bem comum ou ao espaço público, moldando as estruturas e relações sociais contemporâneas. Chauí (2001) também afirma que a organização social hierarquizada, reflete as relações de poder, domínio e subordinação instituídas na família patriarcal, característica essa permeada por relações de poder desiguais nas quais persistem o mando e a obediência.

A atribuição de papéis sociais às mulheres, a divisão sexual do trabalho, a desigualdade de direitos entre os sexos, a naturalização da discriminação e o acesso restrito a cargos públicos ou políticos, entre outras situações de exclusão, refletem as marcas históricas deixadas pelo patriarcado na constituição da sociedade brasileira. Para Matos e Ramalho (2010, p. 12) o sistema patriarcal é regido por dois princípios: “(1) o de que todas as mulheres são/estão hierarquicamente subordinadas aos homens (submetidas à autoridade patriarcal) e (2) o de que os/as jovens são/estão hierarquicamente subordinados/as aos homens mais velhos (submetidos/as à autoridade paterna)”.

Matos e Ramalho (2010) ainda expõe que “foi a partir da consolidação e disseminação política e social desses dois princípios – o da autoridade patriarcal e o da autoridade paterna – que algo construído como ‘supremacia/ domínio masculina/o’ foi difundido através dos valores do patriarcado”. Para os autores, “Tal forma se incumbiu também de atribuir maior valor de estima

social às atividades que eram tidas como masculinas em detrimento das atividades que eram pensadas como femininas” e com isso legitimou-se “o amplo controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia das mulheres; e, estabelecendo papéis sexuais, políticos e sociais rígidos, nos quais o masculino passou a ter mais vantagens e prerrogativas (Mattos; Ramalho, 2020, p.12-13).

Para romper essa forma de dominação e frear a perpetuação da cultura patriarcal, é importante que as mulheres ocupem espaços, exercendo posições de lideranças no trabalho e na política, seja, no âmbito partidário ou tomando posse de cargos no legislativo, executivo ou em movimentos sociais. A representatividade feminina em posições políticas, é uma estratégia para as mulheres transporem as barreiras do preconceito de gênero, das desigualdades de acesso à educação de qualidade, trabalho digno e com justa remuneração e do direito à representatividade política feminina.

A presença de mulheres em cargos de liderança no executivo, legislativo ou em movimentos sociais, fortalece a luta feminista, enquanto desafia a cultura patriarcal, ampliando uma visão de mundo mais igualitária e inclusiva em toda a sociedade. Na práxis política feminista é possível confrontar os mecanismos da dominação masculina e engendrar estratégias organizativas, buscando a igualdade de acesso a direitos sociais e políticos.

A práxis é a “a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado” (Gramsci, 2004, p. 104). Do ponto de vista da filosofia da práxis, a transformação da realidade, relaciona-se com a luta política. Essa luta, se desenvolve a partir da aquisição da “[...] consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política)” a qual “é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (Gramsci, 2004, p. 104).

A práxis política, então, é um instrumento de luta, uma “atividade livre, universal, criativa e auto criativa por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma seu mundo humano e histórico e a si) (Bottomore, 2012, p. 430). Assim, a modificação da realidade objetiva não está descolada de um processo de criação e de autotransformação.

Tendo isso em vista, a práxis política feminista, torna-se um mecanismo que além de desafiar as estruturas patriarcais imperantes de modo implícito ou explícito nas relações cotidianas, da política ou da cultura em toda

a sociedade, em processo, pode transformar a sociedade, emancipando homens e mulheres das relações sociais de produção.

O rompimento com as relações patriarcais que ainda vigoram na atualidade requer a ampliação da representatividade feminina nos diversos âmbitos da sociedade civil, de modo que ocorra, a passagem molecular das mulheres para posições, hoje dominadas por homens. Por isso, é importante a organização ativa de mulheres em movimentos sociais, partidos políticos, conselhos, parlamentos, entre outras instâncias decisórias.

No envolvimento feminino em tais instâncias representativas, as mulheres não apenas podem ser representadas, mas também advogar e reivindicar a ampliação de políticas públicas inclusivas e igualitárias, ampliando o debate sobre questões como combate à violência de gênero, desigualdade salarial entre os sexos, acesso igualitário a educação, trabalho e renda e o direito de decisão sobre seus próprios corpos.

Se é no terreno das contradições em que se legitima o patriarcado, é nesse terreno onde se desenvolvem relações de forças e que são gestadas as possibilidades de superação das relações patriarcais. Resgatar a centralidade da política em um processo de transformação das relações econômicas, políticas e culturais é uma estratégia na luta feminista.

Destaca-se que apesar de a luta em si ser educativa, é importante que as mulheres se tornem conscientes da opressão vivenciada socialmente e ao fazerem isso conscientizem outras mulheres, pois o patriarcado só funciona diante da submissão feminina. A educação política é um caminho, não apenas para a emancipação política das mulheres, mas também para a emancipação humana.

O movimento estudantil pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento e expansão da consciência política das mulheres, pois “um jovem que se inscreve no movimento juvenil socialista realiza um ato de independência e de libertação” (Gramsci, 2004, p. 87).

No debate sobre o movimento estudantil é importante acentuar sua centralidade na luta de classes. Ela reflete a conjuntura política, econômica de determinada conjuntura. As pautas estudantis conjugam um conjunto de demandas que não estão descoladas da estrutura social e a própria composição dos quadros políticos da organização juvenil em entidades representativas, visto que expressam a hegemonia política (masculina) da sociedade.

Movimento estudantil e feminismo: uma relação possível e necessária

A participação feminina no movimento estudantil decorre do processo histórico, no qual as mulheres passaram a ocupar espaços no trabalho, na política e na educação. De acordo com Borges e Fiusa (2020, p. 1738) a partir do ingresso das mulheres em espaços universitários, o movimento estudantil, abriu-se para a militância feminina, recrutando calouras que “passaram a militar e assim o fizeram por se identificar com as lutas e bandeiras que o movimento levantava”.

Araújo (2007) afirma que a participação de mulheres, já nos primeiros congressos da União Nacional dos Estudantes – (UNE), instituição representativa dos estudantes do ensino superior, fundada em 1938, é digna de nota, pois entre os anos de 1940 e 1950, pessoas do sexo masculino, em sua ampla maioria, constituíam os alunos do ensino superior no Brasil. E, ainda considerando que nas primeiras décadas do século XX, aqui no Brasil, as mulheres em suas lutas pelo direito ao voto, profissionalização e educação “enfrentavam a oposição da família e da sociedade” (Araújo, 2007, p. 75), a presença feminina no movimento estudantil tornava-se marcante, por confrontar os valores patriarcais da sociedade da época.

O direito ao voto feminino no Brasil foi conquistado no ano de 1932, contudo, o fato de Getúlio Vargas ter suspenso as eleições durante o Estado Novo, foi determinante para que muitas mulheres pudessem exercer seus direitos políticos somente em 1945 (Araújo, 2007). Desse modo, a militância de mulheres no movimento estudantil, era uma alternativa para confrontar “o padrão de feminino, no qual o destino das moças era marcado pelo casamento-maternidade” (Borges; Fiusa, 2020, p. 1.738).

O depoimento de Genival Lacerda, antigo presidente da UNE, dado à Araújo (2007), expressa que nessa conjuntura, a cultura dominante era marcada por fortes traços patriarcais, pois as universitárias que se deslocavam de outros estados para o Rio de Janeiro, para participar do Congresso da UNE de 1948, enfrentavam uma série preconceitos de gênero



[...A vinda das universitárias, principalmente as do Nordeste, para um congresso de estudantes no Rio de Janeiro foi problemática. Em alguns casos, Genival, então com vinte e poucos anos, presidente da União Nacional dos Estudantes de Pernambuco, teve de conversar pessoalmente com as diretoras. Mas, para a sua felicidade, a diretora estudara na Sorbonne e tinha uma mente aberta. Não só apoiou as estudantes que desejavam participar do congresso, como declarou que, com Genival, elas estariam em ótima companhia. Mas Genival conta também que precisou conversar pessoalmente com uma mãe aflita, cujas duas filhas queriam ir ao Rio de Janeiro participar do congresso da UNE (Araújo, 2007, p. 77).

Na experiência relatada é possível perceber que a participação de alunas no Congresso da UNE, esbarrava em uma cultura, na qual as mulheres ainda eram vistas como seres frágeis, que precisavam ser tuteladas ou protegidas por pessoas do sexo masculino. A participação política das mulheres no movimento estudantil, esbarrava na relação cultural dominante, presente na sociabilidade capitalista, que considera o masculino como “dominante e, portanto, [...] referência para a construção das práticas sociais” hegemônicas em todos os âmbitos da sociedade civil e política (Faria; Moreno; Vitória e Coelho, 2018, p. 11).

Faria; Moreno; Vitória e Coelho (2018, p. 11) relatam que a ideologia patriarcal é potencializada, enquanto o feminino é representado “como frágil, dependente, meigo, fútil, vinculado à maternidade. Já o masculino é representado como forte, viril, violento, independente, livre”. O patriarcado, além de reforçar o domínio e poder do masculino sobre o feminino, reafirma os preconceitos e a desvalorização das mulheres no mercado de trabalho, na política e em todas as instâncias da sociedade civil.

Ao retomar a conjuntura da Ditadura Militar (1964 - 1985), Garcia (2010) destaca que a militância feminina no movimento estudantil não apenas confrontou o sistema político vigente, mas também realizou a oposição aos papéis sociais atribuídos à mulher. Nos Congressos da UNE, realizados clandestinamente na cidade de Ibiúna em 1968, houve a participação ativa de mulheres estudantes, o que lhes custou a liberdade. Garcia (2010) realizou um levantamento dos estudantes presos pelos militares nesse evento,

constatando que 140 universitárias, entre a faixa etária de 21 e 22 anos, foram levadas para as prisões militares.

Nesse sentido, Garcia (2010, p. 68) argumenta que “O movimento estudantil desempenhou um papel fundamental no que diz respeito à consciência política das mulheres, que forneceu, movimento relevante, visto ser dele que saíam muitos dos quadros”. Nos Congressos estudantis realizados entre os anos de 1966 e 1968, a participação feminina foi notável, visto que, por exemplo, “dos 300 delegados do Congresso em Belo Horizonte, em 1966, apenas 30 eram do sexo feminino” e em “Ibiúna, já contavam em 140, sob o total de 900 congressistas” (Garcia, 2010, p. 68).

A presença crescente de mulheres nos congressos estudantis, demonstra a luta feminina contra o regime repressor instalado no Brasil. Essa luta, contribuiu, tanto para a ampliar os espaços de militância femininos, como também para o aumentar engajamento de mulheres na política. No entanto, é importante questionar a força dessa participação e os desafios enfrentados pelas mulheres na luta estudantil, já que numericamente a participação política de mulheres no movimento estudantil, ainda era inferior em relação aos homens (Garcia, 2010).

Ainda é importante mencionar que embora a inserção feminina no movimento estudantil tenha possibilitado a ampliação das esferas de atuação do feminismo, contribuindo para levar aos bancos universitários questões relacionadas aos direitos femininos, colocando-se como oposição ao machismo que estava (e continua) impregnado na sociedade brasileira, foi somente 45 anos após a fundação da UNE, ocorrida em 1938, que uma mulher foi eleita para ocupar o cargo de presidente da entidade.

Em 1982, a estudante baiana Clara Araújo foi eleita para presidir a UNE. Em entrevista à Araújo (2007), Clara Araújo lembra da ocasião em que foi eleita e afirma que o fato de uma mulher estar à frente da condução política da maior entidade representativa dos estudantes do Brasil, causava espanto nas pessoas. Consoante a entrevistada:



Eu me lembro que as forças que se opunham à minha corrente tentavam me descaracterizar ou me desqualificar, puxando exatamente palavras de ordem relacionadas ao fato de eu ser mulher. Algo assim: ‘Clarinha bonitinha’. Ao mesmo tempo que havia uma repercussão positiva, essa questão ainda era vista com muita desconfiança (Araújo, 2007, p. 240).

O fragmento expressa a discriminação de gênero e sexismo, sofridos por Clara Araújo, enquanto buscava defender suas ideias e opiniões. A menção específica de comentários como “Clarinha bonitinha” sugere que o que estava em avaliação era o gênero e a aparência e não as suas ideias ou posicionamentos políticos. Apesar de haver uma repercussão positiva em relação à candidatura de Clara Araújo, por alguns segmentos da sociedade, o envolvimento da jovem com a política era encarado com desconfiança e preconceito.

Os preconceitos enfrentados pelas mulheres em ambientes políticos são de longa data. Os estereótipos de gênero foram, e ainda são usados para desqualificar as mulheres no âmbito privado e público, especialmente na política. As ideias que alimentam os preconceitos de gênero se baseiam em características externas, como aparência física, modos de se vestir ou portar-se socialmente, preferências sexuais, entre outros, em detrimento das capacidades, perspectivas e projetos políticos.

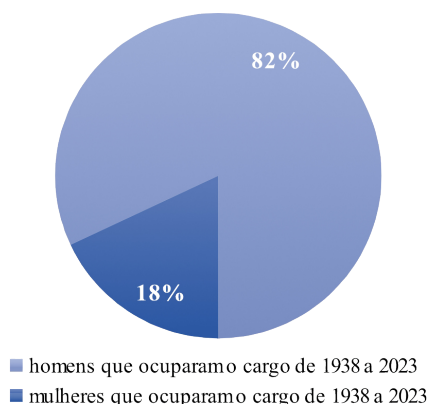
De acordo com Priore (1994) no Brasil, o patriarcado foi incorporado em todo o território nacional pelo Estado português, colocando-se como um projeto de mundo a serviço das classes dominantes. A igreja teve papel importante na legitimação e difusão do patriarcado, pois teve em vista controlar o comportamento da população colonial, tendo como maior alvo a mulher. O ideário católico difundido era de que a mulher deveria ficar confinada ao lar, dedicando-se aos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos e do marido (Priore, 1994).

O patriarcado brasileiro baseou-se na defesa de um modelo de família, chefiada pelo homem religioso, seguidor dos bons costumes e princípios sociais e políticos. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, lembra que na sociedade brasileira a família patriarcal origina um tipo específico de sociedade política, amparada nas “relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos” (Holanda, 1995, p. 85). Para Holanda (1995) a

sociedade brasileira espelha as relações de mando e submissão que se ramificam nas decisões políticas.

Desse modo, a presença feminina no cargo da presidência da UNE, em 1982, confrontava a herança patriarcal da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo abria uma brecha para que, nas próximas eleições, as mulheres pleiteassem cargos de liderança a entidade. No entanto, ao analisarmos a representatividade política na UNE, evidenciamos que embora a entidade tenha incentivado a participação feminina, por meio de debates, campanhas e encontros nacionais de mulheres, somente 18% do seu corpo de presidentes foi ocupado por mulheres até hoje, conforme explicita o Gráfico 1:

Gráfico 1: Dados por gênero de pessoas que ocuparam cargos de presidência da UNE – (1938-2023)



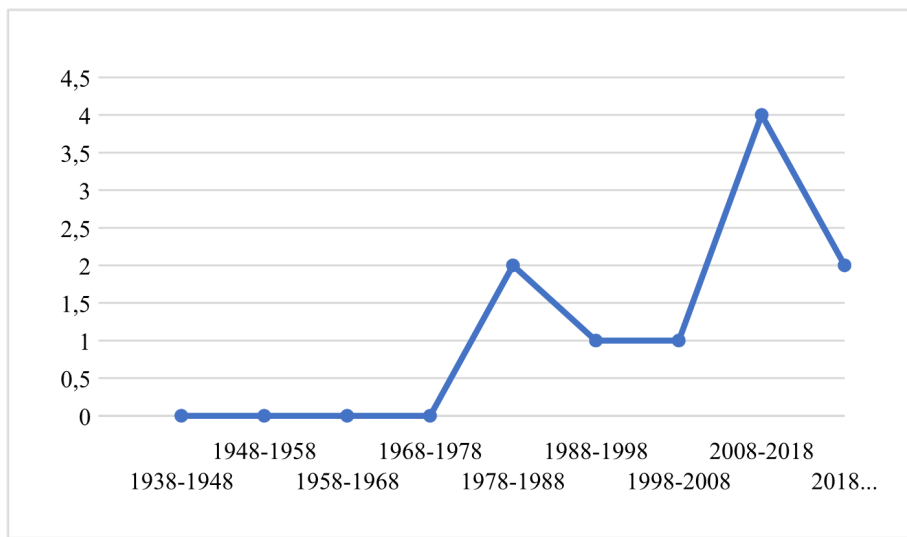
Fonte: Dados de pesquisa (2023).

A partir da leitura do Quadro 1, é possível evidenciar que embora as mulheres tenham aberto uma brecha para a condução política feminina na UNE, com a eleição de Clara Araújo, em 1982, as estudantes não conseguiram hegemonia nos cargos políticos da entidade, pois foi somente em 1986 que uma segunda representante feminina foi eleita para a presidência da entidade. Além disso, é possível verificar a hegemonia masculina na condução política da UNE, pois em números absolutos, a entidade, ao longo de sua história, foi dirigida por um total de 57 presidentes, sendo desses, 47 homens e apenas 10 mulheres.

Essa hegemonia começou a ser quebrada somente a partir do decênio 2008 a 2018, quando as mulheres começaram a ganhar mais

representatividade na eleição para os cargos de presidência dentro da UNE, conforme indica o Gráfico 2:

Gráfico 2: Evolução da participação feminina em cargos de presidência da UNE em 10 anos (1938- 2023)



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Ao analisarmos a evolução da ocupação feminina em cargos de presidência da UNE, percebemos que após a eleição da primeira mulher, que esteve sob condução política de 1982 a 1983, em 1982, a entidade ficou por um período de 3 anos sem eleger outra mulher. O Gráfico 2, indica que no período entre 2008 e 2018 há uma maior representatividade política feminina na entidade, com a eleição de 4 mulheres na década. O pico mostrado, talvez, se explique em razão da eleição de uma mulher para a Presidência da República no Brasil, nesse espaço temporal, fato esse que possivelmente inspirara a ampliação da participação política feminina no país.

Cabe ressaltar que embora isso tenha ocorrido, não se pode negar que o preconceito de gênero foi um dos elementos que contribuiu para que a presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores – (PT) sofresse em processo de *impeachment* que culminou com o Golpe de 2016. Haydee da Silva (2019) em sua tese de doutorado analisou as construções discursivas em relação à ex-presidente, identificando o preconceito de gênero em falas que questionavam sua capacidade mental, moral e intelectual para a condução da presidência no país. De acordo com Haydee da Silva (2020, p. 02) discursos

“que associam a mulher a um estereótipo de loucura, burrice ou devassidão moral” fazem parte de um processo histórico que objetiva “deslegitimar a opinião de uma mulher e o comportamento feminino”.

É notável a necessidade de avanço em relação à representatividade política feminina no Brasil, pois embora as mulheres componham o total de 53%² da população brasileira e 52% do eleitorado no país, ou seja, a maioria, e que a Lei n.º 9.504 de 1997 estabeleça que os partidos políticos devem ter no mínimo 30% de candidaturas femininas, na prática, as mulheres estão excluídas da ocupação de cargos políticos, pois não se trata apenas de reservar candidaturas, mas de “fazer as candidaturas femininas se mostrarem aceitáveis, competitivas, com recursos e visibilidade” (OAB/PR, 2020, p. 04).

Na Tabela 1 é possível perceber que embora a participação política feminina tenha avançado nos últimos anos em termos numéricos, o percentual de mulheres eleitas em relação ao número de mulheres candidatas ainda é muito pequeno.

Tabela 1: Presença feminina nas eleições – (1994-2023)

Eleições	Candidatas	Não eleitas	Eleitas
1994	178	146 (82,2%)	31 (17,8%)
1998	339	310 (91,4%)	29 (8,6%)
2002	487	445 (91,4%)	42 (8,6%)
2006	628	581 (92,6%)	47 (7,4%)
2010	933	888 (94, 3%)	45 (4,8%)
2014	2.271	2.220 (97,8%)	51 (2,2%)
2018	2.767	2.2690 (97,2%)	77 (2,8%)
2020	187.022	176.140 (84,22%)	10.882 (15,78%)
2022	9.891	9.580 (81,8%)	311 (18,2%)

Fonte: OAB/PR (2020); TSE MULHERES (2023)

² De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres (IBGE, 2023).

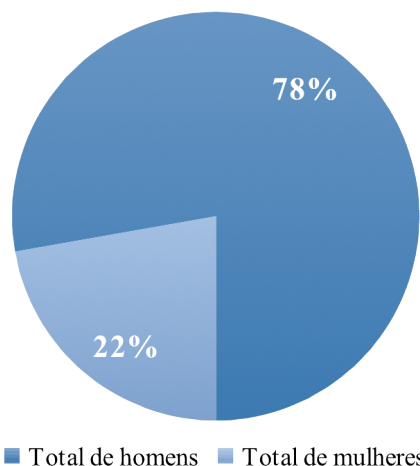
A Tabela 1 fornece um conjunto de dados que auxiliam a reflexão sobre a candidatura e eleição de mulheres no Brasil, no período de 1994 a 2023. É possível evidenciar que houve um aumento considerável em relação à candidatura e eleição de mulheres a cargos políticos no país, revelando a ampliação da representatividade política feminina em cargos do poder executivo e legislativo.

Contudo, ao comparar os dados, é possível observar o maior percentual de homens candidatos e eleitos. Conforme os dados publicados pelo TSE, nas eleições de 2020, 66% dos candidatos eram homens e apenas 34% mulheres. Desse percentual, somente 16% de mulheres foram eleitas. Nas últimas eleições de 2020, o TSE indicou que o percentual de homens e mulheres candidatos se manteve, ou seja, 66% e 34%, contudo, houve em pequeno avanço com 18% das mulheres eleitas.

Nesse sentido, a escassa participação política de mulheres no movimento estudantil é um reflexo da realidade nacional, onde a voz feminina, torna-se invisibilizada diante de um congresso onde o masculino é o gênero predominante. Se compararmos o percentual de mulheres que ocuparam cargos de presidência da UNE com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – (UBES), vemos que a entidade representativa dos secundaristas, também elegeu 10 mulheres para a presidência. O que indica um avanço em relação à entidade representativa dos estudantes do ensino superior, já que a UBES foi fundada 10 anos após a UNE e elegeu a primeira mulher para ocupar o seu posto de presidência no ano de 1956, ou seja, 32 anos antes da UNE.

No Gráfico 3 vemos os dados por gênero em relação à ocupação dos cargos de presidentes da UBES:

Gráfico 3: Evolução da participação feminina em cargos de presidência da UNE em 10 anos (1938- 2023)

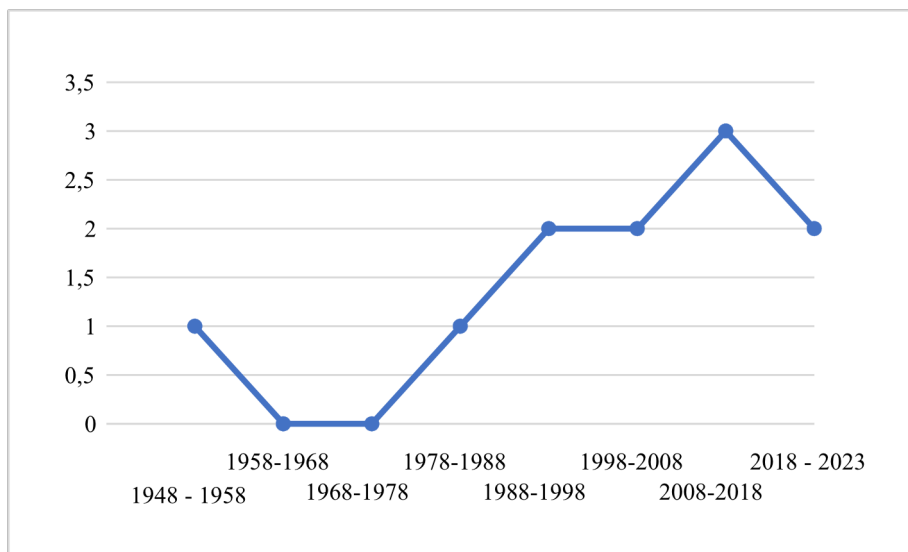


Fonte: OAB/PR (2020); TSE MULHERES (2023)

A UBES elegeu, ao longo de 75 anos de história, 45 estudantes para ocupar o cargo de presidência da entidade. Desse total, 35, ou seja, 78%, são pessoas do sexo masculino e 10, ou seja, 22%, são pessoas do sexo feminino. Ao analisarmos o Gráfico 3 percebemos que embora a entidade secundarista tenha se destacado por eleger a primeira mulher para o cargo de presidência da entidade, já no ano de 1956, a hegemonia de homens na ocupação desses cargos na entidade é evidente. Portanto, a eleição de mulheres na UBES não esteve desvinculada da hegemonia masculina no âmbito da política em todo o cenário nacional.

No Gráfico 4 é possível evidenciar a evolução da participação política de mulheres em cargos de presidência na UBES:

Gráfico 4: Evolução da participação feminina em cargos de presidência da UBES em 10 anos (1948 - 2023)



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

O Gráfico 4 mostra a evolução da ocupação feminina em cargos de presidência da UBES no espaço temporal entre 1948 e 2023. Ao avaliarmos os dados expostos, vemos que a cadeira da presidência da entidade, após a eleição da primeira mulher para o cargo, esteve duas décadas ocupada por homens. Somente na década de 1980 a cadeira da presidência da UBES, voltou a ser ocupada novamente por uma mulher. Houve períodos de hegemonia política masculina na UBES, mas as linhas ascendentes no gráfico, situadas a partir de 1978, demonstra que a representatividade política feminina na entidade gradualmente foi se firmando como uma tendência. Esses dados indicam um avanço, embora os números absolutos em relação à ocupação de postos de presidência da UBES por gênero, indiquem um desequilíbrio.

Ao avaliarmos a representatividade política feminina no movimento estudantil, compreendemos que a parca participação e eleição de mulheres na condução política nas principais entidades representativas dos estudantes ao nível nacional, é um reflexo da política nacional, na qual o masculino é o gênero hegemônico. Por mais que as mulheres tenham ocupado cargos de liderança no movimento estudantil e nas cadeiras do poder executivo e legislativo ao nível nacional, estadual e municipal, vemos que isso não ocorre de forma equilibrada.

Matos e Ramalho (2010, p. 52) afirmam que “a ausência das mulheres nos espaços decisórios da política institucionalizada no Brasil é um fator determinante da qualidade do processo democrático” e “do próprio processo de desenvolvimento do país”, visto que a política, “necessita das contribuições fundamentais das mulheres conscientes e organizadas”. A falta de incentivo a participação política feminina nas relações decisórias, enfraquece as bases democráticas de uma nação e auxilia para a manutenção do afastamento feminino na política, reforçando a ideia de que apolítica é “um espaço masculino por excelência” (Matos; Ramalho, 2010, p. 56).

Quando se trata de mulheres negras, transexuais, indígenas, pobres, entre outros grupos historicamente marginalizados, a exclusão feminina da política ainda se torna mais evidente, já que “Outra forma de opressão das mulheres está também associada a formas de dominação em relação à raça/cor e à sexualidade” (Matos; Ramalho, 2010, p. 20). A desigualdade e opressão vivenciadas pelos grupos historicamente segregados de direitos sociais, se reflete no âmbito da política.

Apenas no ano de 2022 foram eleitas as primeiras duas mulheres trans para o cargo de Deputadas Federais e somente em 2023 uma mulher indígena chegou ao cargo de ministra do Estado. Esse retrato explicita a sub-representação política de mulheres, situação essa, que ocorre quando a presença de mulheres em órgãos do poder executivo e legislativo é proporcional em relação às pessoas do sexo masculino.

Romper a sub-representação feminina na política é um desafio, já que isso envolve os estereótipos de gênero e os padrões culturais impostos socialmente. Para Ferreira (2021, p. 23) as “diversas interpretações teóricas para a sub-representação feminina na política apontam causas – uma das quais seria a de padrões culturais ancorados na prevalência do patriarcalismo”, que “se associam a elementos econômicos assentados na divisão sexual do trabalho; outra causa relaciona-se com as fundamentações que deram origem à democracia liberal e que incidem sobre as formas de organização das instituições políticas”.

A cultura patriarcal além de influenciar na sub-representação feminina na política, entrava o poder decisório e a participação política, em igualdade de condições, em instituições da sociedade civil. Quando uma mulher chega a ocupar cargos de liderança política, precisa enfrentar o desafio do preconceito, que está longe de ser superado no país. Por isso, para além das siglas partidárias, é importante uma ampla organização das mulheres no

Congresso Nacional, buscando o incentivar a ampla participação em processos decisórios no âmbito da sociedade civil e política.

A história nos mostra que a organização política feminina possui efeitos positivos na conquista de direitos sociais e políticos. Podemos citar o movimento conhecido como “Lobby do batom”, que em 1987, objetivava organizar as mulheres deputadas e senadoras de diferentes siglas partidárias, unindo-as para a conquista de direitos na Assembleia Constituinte de 1987-1988. O parlamento brasileiro, nessa ocasião, contava com 26 deputadas que representavam 16 estados brasileiros, com representação partidária heterogênea. Essas mulheres se organizaram para a concessão da “licença-maternidade de 120 dias, o direito à posse da terra ao homem e à mulher, igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher; mecanismos para coibir a violência doméstica” (Monteiro, 2018, p. 03).

Por isso, Matos e Ramalho (2010, p. 51) defendem uma agenda política em torno da “pluralidade e heterogeneidade existente na sociedade a partir de dentro do parlamento brasileiro, exigindo-se a inclusão política de perspectivas diferenciadas oriundas de grupos inferiorizados na nossa sociedade”. Para romper as estruturas patriarcais cristalizadas em nossa sociedade, é necessária, além da ampliação de espaços de representatividade da mulher na política, a organização feminina em uma agenda cuja meta seja romper com a dominação política do masculino na sociedade.

No entanto, ampliar a participação de mulheres em movimentos sociais, nos partidos políticos, no parlamento, em conselhos e nos demais espaços decisórios, requer romper com a cultura dominante que considera que “política é coisa de homem” e que, baseada nessa ideia reproduz a exclusão feminina da política. A reprodução desse pensamento, torna-se essencial para a eleição de bases parlamentares brancas, proprietárias e masculinas.

Desconstruir essa ideologia requer um trabalho educativo, que em processo pode transformar as bases culturais patriarcais e as diferentes facetas das opressões vivenciadas na vida social, econômica, política e cultural, construindo os fundamentos para uma luta coletiva que tenha como fim a emancipação humana, enquanto uma forma de emancipação que caminha com o rompimento do patriarcado, da sociabilidade capitalista e da hierarquia social estabelecida entre dominante e dominados.

— A estratégia feminista da UNE

Na sociedade capitalista, a formação cultural é uma estratégia política, enquanto as classes dominantes difundem seus valores, crenças, comportamentos e modos de ver e se relacionar com o mundo, transformando-os em “senso comum”. Para Gramsci (2014) a cultura está relacionada a formação da identidade política aos determinados grupos, partidos políticos, concepções ideológicas etc.

Embora a cultura seja essencial para a construção da noção de pertencimento a um determinado grupo social, essa noção pode variar de acordo com as relações de forças que atuam na sociedade. De acordo com Gramsci (2014), a cultura não está desvinculada de uma relação dialética, pois se situa em uma luta de classes, cuja perspectiva é a manutenção ou transformação das relações sociais imperantes. Nessa relação de forças, a cultura hegemônica é a cultura da classe dominante, por isso, Gramsci (2004) compreende que a classe trabalhadora precisa organizar-se em um movimento cultural de conhecimento, disciplina e transformação da sociedade.

Gramsci (2004, p. 58-59) argumenta que a cultura é “organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista da consciência superior”. A conquista dessa consciência ocorre quando há a compreensão de si e do mundo de forma crítica e ampliada. O filósofo marxista pensa que a consciência superior não ocorre “por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como ocorre na natureza vegetal e animal”, mas “através da reflexão inteligente (primeiro de alguns, depois de toda uma classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para convertê-los de ocasião de vassalagem, em bandeira de rebelião e de reconstrução social” (Gramsci, 2004, p. 112).

Nesse sentido, Gramsci (2004) coloca em perspectiva o valor da cultura para a hegemonia subalterna, fornecendo à classe trabalhadora as estratégias para unificá-la em torno de uma causa comum. Ao argumentar que a cultura é uma construção humana, orientada pela política, atribui um papel fundamental à educação, partidos políticos, conselhos e demais entidades da sociedade civil na difusão de uma cultura vinculada aos interesses da classe trabalhadora. Para argumentar a esse favor, o autor lembra do papel dos jornais operários, no contexto da Revolução de 1917 na Rússia, destacando a sua contribuição na difusão da consciência de classe, na reflexão sobre os

problemas da Rússia czarista e na organização do proletariado em torno de um projeto social emancipado (Gramsci, 2004).

O filósofo sardo explica que a leitura crítica e reflexiva da sociedade é essencial no processo de desconstrução dos mecanismos de opressão capitalista e destaca que a hegemonia subalterna caminha na direção de uma nova cultura, já que “Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’ significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer”, transformando-as “em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (Gramsci, 1978, p. 13-14). A criação de uma nova cultura é um ato coletivo, interessado e revolucionário e, por isso, é político. Esse ato, envolve a difusão de “verdades já descobertas” e uma leitura de mundo crítica e contestadora das relações sociais que oprimem e dividem a sociedade em classes contrastantes.

Ao ramificar para as massas, a cultura auxilia no processo de elevação intelectual e moral dos subalternos, criando um consenso social, o que pode impactar na transformação radical da sociedade. Por isso, a cultura precisa difundir-se para as massas, orientando a criação de uma consciência social coletiva, engajada na transformação das relações sociais de produção.

Conforme discutimos ao longo dessas reflexões, o capitalismo e o machismo não se separam, ao estarem entrelaçados em concepções que legitimam a manutenção da sociedade de classes. Além de caracterizar-se pela dualidade de classes, a sociedade capitalista é composta grupos em suas diferentes frações, cuja exploração é determinada pela posição econômica e de gênero. Essa exploração é potencializada quando as pessoas são do sexo feminino e pertencem à classe trabalhadora. Nesse sentido, a superação da cultura machista envolve transcender a sociedade capitalista e vice-versa.

Todavia, essa superação não ocorrerá imediatamente, mas em um processo de lutas travadas no âmbito político, cultural e ideológico. Organizar a classe trabalhadora (e não apenas as mulheres) nessa luta, requer um trabalho de formação cultural, em torno da necessidade de conscientizá-la sobre o papel do capitalismo na reprodução social e na perpetuação do preconceito que legitima a exploração feminina no âmbito público ou privado.

O movimento estudantil, possui papel importante na educação política dos jovens. Ao possibilitar o aprendizado político na teoria e, na prática, a organização política de jovens em entidades representativas ou coletivos estudantis, pode colocar em perspectiva, estratégias e ações que podem

confrontar as relações sociais instituídas, questionando as estruturas de poder, normas, ideias, crenças e valores e políticas, moldando a consciência crítica e engajada em um projeto de emancipação humana.

Nessa perspectiva, as iniciativas políticas do movimento estudantil contribuem para a formação cultural dos jovens, especialmente quando inserem no debate questões relacionadas à mulher, estabelecendo uma agenda voltada o feminismo. No caso específico da UNE, essa agenda estabelece encontros bianuais com as estudantes no Encontro de Mulheres Estudantes – (EME), no qual se debate questões relacionadas a direitos sociais e políticos das mulheres.

Conforme a UNE (2023, p. 1) “O EME surgiu em 2005, por iniciativa da diretoria de mulheres da UNE, com o objetivo de ser um espaço de organização e fortalecimento do debate feminista na entidade”, tendo como objetivo o combate “ao machismo e todas as formas de opressão sofridas dentro das universidades e no movimento estudantil”. Nesse encontro são debatidas pautas “como a legalização do aborto, o fim dos trotes machistas, a criação de creches na universidade e a luta contra a mercantilização do corpo e vida das mulheres” (UNE, 2023, p. 1).

Em sua página de internet, a UNE explica que o cargo referente à diretoria de mulheres tem como propósito colocar a pauta feminista no centro dos debates. Auto-organizadas as jovens estudantes, criaram o EME para dar visibilidade a questões que vão desde a saúde reprodutiva até a busca por ambientes mais igualitários para as mulheres nas universidades, no trabalho e na família. Essas questões são postas em arenas de debates, oficinas, plenárias, feiras e apresentações e mostras culturais, ao longo de todo o encontro, que geralmente dura 2 dias, sendo sediado em espaços de universidades públicas brasileiras.

A décima edição do EME, realizada no mês de abril de 2023 na cidade de Juiz de Fora, teve como tema “Feministas em movimento para semear um Brasil novo”. O objetivo do encontro foi debater com as estudantes de todo o país, questões relacionadas à violência contra a mulher, machismo, “educação, permanência e assistência das mulheres na universidade, violência, saúde, aborto, comunicação, trabalho, autonomia, direitos das lésbicas, bi e trans, periferia e raça” (UNE, 2023, p. 02). Esses debates ocorreram nas seguintes arenas de discussões: 1) “Saberes feministas, negros e indígenas descolonizando a educação”; 2) “Combate à violência contra as mulheres nas ruas e nas universidades”; 3) “Legalizar o aborto”; 4) “Universidade território feminista – a construção de uma nova universidade com assistência e

permanência das mulheres estudantes”; 5) “Florestas em pé! Fascismo no chão”; 6) “Construindo uma cultura feminista”; 7) “Trabalho, renda e autonomia”; 8) “Educação no campo: semeando uma cultura feminista”; 9) “Periferia é o centro: construindo cidades feministas”; 10) “Mulheres LBTs e o direito à universidade” (UNE, 2023, p. 02).

A concentração dessas temáticas no conjunto de 10 arenas, instigam a pensar a mulher em suas particularidades, instigar especialmente a reflexão sobre a opressão vivenciada por grupos femininos específicos, como negras, indígenas, quilombolas etc., havendo, desse modo, a articulação do debate feminista com a questão social, cultural e política, buscando tanto pensar a realidade em sua totalidade, como os desafios enfrentados pelas mulheres cotidianamente.

A questão da violência foi um tema, amplamente debatido na “Cartilha de Enfrentamento à violência contra as mulheres na universidade” organizada pelo EME e distribuída para as participantes do décimo EME. Essa cartilha, teve como objetivo conscientizar as estudantes sobre as diferentes tipificações da violência (física, sexual, psicológica, moral, patrimonial) de acordo com a Lei 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha, além de abordar sobre feminicídio, importunação sexual, assédio sexual, misoginia e violência na internet, cultura do estupro, racismo, LGBTfobia, trazendo instruções sobre os procedimentos cabíveis em tais.

Trazer para a cena de debates questões como essas, é essencial não apenas para conscientizar as mulheres sobre o enfrentamento da violência, mas para pensar o papel da cultura do machismo em sua perpetuação, pois de acordo com Biroli (2015, p. 07) “Responsabilizadas prioritariamente pela vida doméstica, em que se destaca o cuidado com as crianças e o trabalho sistemático para a reprodução da vida, as mulheres são desde pequenas socializadas para esse papel”, contudo o casamento “as coloca numa posição que se desdobra em menor controle sobre suas vidas, menor tempo e participação mais restrita na vida pública, implicando também renda menor, trabalho precarizado, e mais obstáculos à participação política”.

Quando as mulheres se tornam conscientes que o machismo, a opressão de gênero e o patriarcado estão enraizados na cultura, elas passam a questionar as estruturas culturais, criando uma base para a organização política na luta por direitos. Nessa luta, é necessária uma organização feminina e feminista, antirracista, antifascista, antineoliberal, antipatriarcal, ou seja, anticapitalista em sua essência.

O despertar para essa luta, depende de uma formação cultural que além de desconstruir os papéis sociais impostos para as mulheres, também abranja uma análise profunda das estruturas opressivas que alimentam a sociabilidade capitalista. O EME é um vento que pode iluminar o despertar dessa conscientização, despertando em todas as mulheres, em suas diferentes etnias, frações de classe e culturas, o sentimento de pertencimento, refutando o conformismo e a inatividade política.

Ao compartilharem o “mesmo modo de pensar e agir” (Gramsci, 2014, p. 94) ou seja, no ato de dividir com o outro a mesma “concepção de mundo”, as mulheres podem confrontar as ideologias patriarcais dominantes, colocando em perspectiva a emancipação da mulher e de toda a sociedade.

— Feminismo e ocupações secundaristas

As ocupações estudantis podem ser divididas em dois momentos: 2015 e 2016, tendo como epicentro os estados de São Paulo e Paraná. Em 2015, uma série de manifestações e protestos com ocupações escolares se propagaram para várias cidades paulistas, denunciando a reorganização escolar proposta pelo então governador Geraldo Alckmin, na ocasião vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e seu secretário de estado da educação, Herman Voorwald do PSDB.

A reorganização escolar, na prática, impactava na rotina de professores e alunos, pois tinha como objetivo segmentar a oferta dos ciclos de ensino nas unidades escolares. Cada escola passaria a oferecer apenas o ensino fundamental, I e II ou ensino médio, além disso, a reorganização previa o fechamento de 94 escolas em todo o estado de São Paulo. Como resultado dessa política, 311 mil alunos deveriam mudar de escola, prejudicando 74 mil professores que deveriam deslocar-se para locais mais afastados de suas residências para dar aulas. Nessa reorganização, 1.464 instituições de ensino seriam atingidas.

Diante desse cenário, os alunos organizaram protestos, ocupando, no dia 09 de novembro, a primeira instituição de ensino paulista, a Escola Estadual Diadema situada no ABC paulista. No dia seguinte, os estudantes ocuparam a Escola Estadual Fernão Dias em Pinheiros, em um movimento que rapidamente evoluiu para as demais escolas do estado. Nos 40 dias de manifestações um total de 2.013 escolas foram ocupadas em todo o estado de São Paulo.

Os protestos estudantis paulistas inovaram, havendo a combinação das ocupações escolares públicas com manifestações, nas quais havia o fechamento de ruas e avenidas e o bloqueio de cruzamentos. Embora o governo tenha usado a violência e a propagação de ideias falsas para desmobilizar os estudantes e denegrir o movimento estudantil, deslegitimando as ocupações, os jovens não recuaram e ainda revisitaram questões referentes à precariedade das escolas paulistas e o autoritarismo que imperava nas instituições de ensino e cerceava o exercício da democracia em instâncias representativas em algumas unidades escolares (Marques, 2019).

Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) ao entrevistarem 30 alunos que participaram das ocupações paulistas, destacam a participação feminina nas manifestações públicas e na organização do movimento. De acordo com as autoras, o protagonismo feminino nas ocupações foi “evidenciado pelos registros fotográficos dos trancamentos das ruas, em especial inúmeras imagens de embates com policiais militares- # LuteComoUmaGarota se tornou uma *hashtag* famosa e uma frase comum em memes que viralizaram nas redes sociais” (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, p. 136). No cotidiano da luta, também se observou que as estudantes desenvolveram funções de organização “da ocupação assegurando o foco da luta”, eram “as meninas as mais indicadas pelos companheiros de ocupação para servirem de porta-vozes e frequentemente exerciam um papel informal de liderança na dinâmica do grupo (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, p. 136).

O ativismo feminino nas ocupações paulistas não ocorreu de forma desvinculada das relações culturais imperantes na sociedade. De acordo com as entrevistas cedidas para Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), em algumas escolas, foi necessário confrontar a divisão sexual das atividades e a imposição de papéis sociais, conforme explicita o fragmento em destaque:



Inclusive teve um caso bem extremo lá... numa ocupação aqui do centro [da cidade de São Paulo] ... que chegaram... as meninas ocuparam... as meninas que ocuparam... e, de repente, chega um cara, que era o presidente do grêmio da escola. De repente, ele falou: ‘Olha, se vocês quiserem ficar na ocupação, vocês vão ter que ficar na comissão de limpeza, cozinha’. Meu, tipo, as minas se rebelaram, sabe? Elas falaram: ‘Como assim? Meu, não é assim... Teve muita mina que ficou na comissão de segurança’ (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, p. 137).

Uma das estratégias que auxiliou para a desconstrução da divisão das atividades por gênero, foi a organização de comissões mistas, padronizadas em todas as escolas ocupadas e funcionavam em sistema de rotatividade. Para Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), a organização dos alunos no sistema de comissões, rompeu com a lógica tradicional sobre a qual a escola é organizada, pois nas ocupações os estudantes passaram a considerar o interesse comum experiência do coletivamente - “ser estudantes da rede pública. Essa experiência, não anula suas individualidades frente uns aos outros, mas revela a possibilidade de outra forma de organização social antes não imaginada” (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 135).

Um dos legados das ocupações foi a “ruptura com a relação dinâmica das relações de gênero anterior à ocupação” (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 135). Os estudantes mostraram, em meio aos protestos, que outra forma de fazer, pensar e estar na escola é possível e assim, “geraram uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais, tanto entre os estudantes, como entre eles e os professores e as direções das escolas” (Ortellado, 2016, p. 13).

Com isso, os jovens estudantes “romperam com o isolamento individualista do cotidiano escolar e criaram uma nova sociabilidade no processo de luta: uma sociabilidade baseada na corresponsabilidade, na horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado com o patrimônio público” (Ortellado, 2016, p. 13).

As ocupações secundaristas de 2016, emergiram de um contexto político que ameaçava os direitos no campo social e trabalhista em uma conjuntura pós-golpe parlamentar, jurídico e midiático, que fragilizou a democracia e fortaleceu a burguesia brasileira. Com a posse de Michel Temer do

Movimento Democrático Brasileiro – (MDB) um conjunto de medidas políticas, buscaram conferir materialidade a um projeto econômico que beneficiava o setor produtivo e culminava com a perda de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira.

No pacote das ações políticas de Temer, havia a proposta de reformular o ensino médio brasileiro, por meio de Medida Provisória – (MP 746), mais tarde transformada na Lei 13.415/2017. Essa iniciativa objetivava a divisão do currículo em uma base comum e cinco itinerários formativos, ofertados de acordo com as possibilidades dos estabelecimentos de ensino, a realização de parcerias públicos privadas, o ensino médio em tempo integral e a atuação de profissionais de “notório saber”, entre outras que fragilizam a qualidade do ensino médio brasileiro (Brasil, 2017).

Diante desse cenário de regressão dos direitos sociais, entre os meses de outubro e dezembro de 2016, os estudantes ocuparam escolas de todo o país. As ocupações de 2016 iniciaram no estado do Paraná, na Escola Municipal Arnaldo Janssen, localizada na cidade de São José dos Pinhais e rapidamente se ramificaram para outras cidades, tomando proporção nacional.

Ao contrário das ocupações paulistas, nas ocupações de 2016 não somente as escolas de ensino médio foram cenários de lutas, mas também universidades, Institutos Federais e Núcleos Regionais de Educação. No total, 850 escolas de ensino fundamental e médio foram ocupadas em todo o estado do Paraná, 14 universidades e 03 núcleos regionais de educação (Ocupa Paraná, 2016). Ao nível nacional, foram ocupadas cerca de 1.197 instituições públicas de ensino (UBES, 2016).

O movimento de ocupações secundaristas de 2016 se destacou por ser encabeçado por estudantes de diferentes níveis de ensino. Além da oposição à reforma do ensino médio, os ocupas incorporaram, em suas pautas, demandas locais que buscavam melhorias educacionais. Houve a denúncia da precariedade das condições estruturais das escolas públicas, a baixa qualidade das merendas oferecidas, a falta de acesso a materiais de higiene e limpeza, as relações autoritárias de mando e submissão que imperavam em algumas instituições e o preconceito vivenciado no cotidiano escolar (Grosso, 2018).

Silveira e Grosso (2019) afirmam que o movimento das ocupações de 2016 foi “marcadamente feminino, adolescente e popular, forte principalmente nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará” (p. 23). As jovens: “ocuparam espaços

politicamente importantes com grandes responsabilidades e debateram o feminismo, protagonismo feminino e representatividade, sem tirar a centralidade da luta contra a retirada dos direitos sociais” (Silveira e Groppo, 2019, p. 25). Ainda de acordo com os autores, “Elas pautaram as relações de gênero, nos movimentos secundaristas, como uma condição inseparável do processo de organização democrática das ocupações” (Silveira e Groppo, 2019, p. 25).

As ocupas combinaram a luta pelo direito social da educação pública e de qualidade com a pauta pela igualdade de direitos e desconstrução de preconceitos de gênero, colocando em ascensão “um novo feminismo” (Silveira; Groppo, 2019, p. 27) no país. Silveira e Groppo (2019, p. 25, 26), apontam que “por todo o ano de 2015 e 2016, os motes, ‘Lute como uma menina’ e ‘Lugar de mulher é onde ela quiser’ apareceram com frequência nas redes sociais e estavam presentes em cada espaço ocupado por meninas secundaristas”.

A renovação das formas de comunicação das ocupas na primavera secundarista, com o uso da internet, redes sociais e mídias digitais, colocou em evidência novas formas de militância, nas quais “o alcance das ideias e pautas do movimento em um número de jovens cada vez mais novas, se comparadas a gerações anteriores, constituindo um sujeito juvenil feminista que reivindicava reconhecimento e se forja politicamente” (Rodrigues, 2017, p. 01), com a contribuição de distintas estratégias mobilizadoras, ou seja, há “a transmissão de um pensamento feminista aliado a uma prática política e de organização distinta de uma geração anterior” (Rodrigues, 2017, p. 01). Neste caso, “as experiências com as ocupações secundaristas tornam-se um elemento fundante na dimensão e na forma de organização política destas jovens” (Rodrigues, 2017, p. 01).

A prática política feminista que emergiu nas ocupações, colocou em destaque a autonomia e a desconstrução de relações de mando e submissão que imperam na sociedade patriarcal. Ao entrevistar estudantes mineiras, que nas ocupações de 2016 assumiram posições de liderança no movimento, Santos (2017) constatou que as ocupas objetivavam desconstruir os papéis impostos socialmente para as mulheres. Uma das estratégias adotadas para que isso ocorresse, assim como em 2015, foi a organização de comissões nas quais as tarefas eram divididas igualmente, ou seja, não só as mulheres realizavam atividades consideradas tipicamente “femininas”, como cozinhar, por exemplo, assim como, não somente os meninos eram os responsáveis por tarefas culturalmente definidas como “masculinas” como, por exemplo, realizar a segurança.

Na compreensão de Corrêa e Santos (2013, p. 13), as comissões romperam “com a lógica patriarcal, também reduziram a segregação por gênero dentro das ocupações, algo que ajudou na união dos estudantes em prol de uma causa comum”. Percebe-se que, embora as ocupações tenham rompido com a lógica patriarcal quanto à divisão das tarefas, negociações, tomada de decisões e aos encaminhamentos das lutas e atividades educativas, políticas e culturais, o machismo estava ali presente, pois por mais que esse movimento tenha desconstruído padrões, estabelecido padrões de resistência e fortalecido o feminismo, “é inegável que o machismo também estava ali presente, assim como em todos os espaços, já que a sociedade patriarcal ainda cultiva a erva daninha da opressão de gênero (Santos, 2017, p. 35).

O machismo se fazia presente de modo implícito ou explícito nas falas preconceituosas que julgavam a permanência de meninas nas escolas durante o período noturno. De acordo com Santos (2017) tanto pessoas ligadas as ocupações, como as demais, afirmavam que as meninas não deveriam pernoitar nas escolas com os meninos, longe dos olhos e da proteção da família. Esse pensamento, para Romão (2021, p. 166) “tende a reforçar estereótipos negativos da juventude e trazem à cena a imagem de um corpo feminino sendo unicamente responsabilizado por práticas sexuais” o que legitima “a imagem de que as jovens mulheres não possuem uma sexualidade consciente”, além de reafirmar a lógica patriarcal que perpetua a imagem da mulher como um ser frágil que necessita da constante proteção do masculino.

De acordo com Romão (2021) para desconstruir essas visões foram organizadas aulas sobre “feminismo, machismo, empoderamento, respeito à população LGBTQI+, igualdade de gênero, racismo, intolerância religiosa, entre outras, eram oferecidas não só por pessoas externas à ocupação, mas também entre as ocupantes e os ocupantes”, que buscava debater “essas temáticas sempre que necessário, como no caso da divisão de tarefas ou no rodízio de quem representa a ocupação” (p. 165).

Com essas aulas e palestras, as mulheres se impuseram, buscando respeito e a legitimação do seu papel político no movimento. Nesse sentido, a “divisão sexual e dos ‘papéis de gênero’ foi amplamente questionado e problematizado nas ocupações estudantis”, assim como “as desigualdades entre homens e mulheres referentes a diferenças salariais, comportamentos esperados pela família, pela escola e pela sociedade, tratamentos diferenciados às meninas e aos meninos”, ainda presentes nas práticas diárias de “professoras/es e diretoras/es na escola” ou mesmo na organização dos espaços, como na arquitetura dos banheiros ‘feminino’ e ‘masculino’, na “divisão por gênero

das atividades curriculares tradicionais (filas, práticas de esportes etc.), entre outros” (Moresco, 2020, p. 124).

A partir do debate e do questionamento das relações patriarcais, foram construídas e vivenciadas relações democráticas, colocando em relevo além do caráter educativo das ocupações secundaristas, um novo feminismo, conforme destacam Silveira e Groppo (2019), “O movimento feminista, ou o feminismo, se renova ao passo que ele se insere em novos contextos políticos”. Para os autores, “É importante que partam das reflexões sobre gênero os novos olhares sobre o ser mulher e sobre o ser homem, que reinauguram novas teoria que nos dizem sobre a necessidade da desconstrução da masculinidade hegemônica”, ou também “dos papéis impostos de gênero, que têm estruturado nossas atividades sociais como trabalho e maternidade/paternidade” (Silveira; Groppo, 2019, p. 280).

A demanda pela igualdade de gênero, no contexto das ocupações, incorporou questões relacionadas a sexualidade, raça, trabalho, violência, preconceito, desigualdade. Na compreensão de Santos e Miranda (2017, p. 21), ao colocarem em debate essas questões, as ocupas representam um novo feminismo, pois “estão se unindo com mais força com a violência, a precarização nos postos de trabalho, garantir saúde, educação, livre orientação sexual, participação política e poder decisório”.

Na visão de Clasen e Fernandes (2017, p. 15) o “protagonismo feminista do movimento foi responsável por anunciar que não bastava as ocupações a luta pelo direito a educação e ao caráter democrático da escola”, mas “que esta luta deveria incluir também uma educação feminista, por espaços de divisão de tarefas dentro da ocupação, e pelo enfrentamento do patriarcado e dos seus marcadores também presentes no espaço escolar”. Clasen e Fernandes (2017, p. 15) destacam “que o movimento de ocupação não poderia se ausentar de ser também uma luta feminista e, deveria pautar o enfrentamento às opressões estruturais presentes na sociedade, na escola e no interior do movimento”.

O marcador relação de gênero e patriarcado, esteve amplamente presente nas lutas secundaristas. Das pautas, repertórios e iniciativas políticas vivenciadas no contexto das ocupações de 2015 e 2016, podemos questionar a combinação entre capitalismo e patriarcado, pois “nenhuma luta por direitos, ou por uma sociedade com mais equidade e igualdade avança sem o debate necessário do feminismo” (Silveira; Groppo, 2019, p. 38). Nesse modo de produção, “os corpos que o sistema de trabalho só considera como mão de obra, [...] são corpos que são mães, estudantes e trabalhadoras”

(Silveira; Groppo, 2019, p. 38), são também “corpos com sexualidade e identidade e que precisam se localizar no mundo por meio da luta” (Silveira; Groppo, 2019, p. 38).

É possível afirmar que a produção da consciência sobre a relação de opressão, preconceito e violência é fruto da realidade feminina nos diferentes âmbitos da vida social. Clasen e Fernandes (2021, p. 21) ressaltam que o “processo de consciência das/os sujeitos ocorre diante das relações sob as quais este se insere”, sendo “um constante processo de produção e reprodução destas relações”. Desse modo, seria no confronto diário “desta reprodução que a consciência insurge em suas diferentes formas, como parte de um processo de questionamento da realidade”, que “são também traçados a partir daquilo que diz respeito a vivência das/os sujeitos, o que lhes circula e mais que isso, aquilo que as/os toca” (Clasen e Fernandes, 2021, p. 21). Assim, a “consciência que insurge dessa vivência no grupo será dimensionada a partir do próprio grupo, do constante embate ideológico estabelecido internamente e com outros grupos sociais e dominantes (Clasen e Fernandes, 2021, p. 21).

A organização política passa pela conscientização da relação de opressão e submissão vivenciada no modo de produção capitalista. Do mesmo modo, a “construção do feminismo como sujeito político das mulheres passa pela transformação das reivindicações imediatas e isoladas em uma formulação coletiva da demanda” (Clasen; Fernandes, 2021, p. 12).

Nas ocupações secundaristas, as demandas mais imediatas e particulares a cada instituição de ensino foi articulada com a luta pela educação de qualidade e pela desconstrução de papéis sociais impostos aos gêneros e igualdade quanto a vivência de direitos sociais e políticos. Nesse sentido, ao refletirmos sobre o desenvolvimento da consciência dos ocupas “precisamos considerar as relações que se estabeleciam naquele espaço, e em espaços externos que preenchiam também o movimento, ao não ser este ausente de outras relações, ou resguardado ao espaço da ocupação” (Clasen e Fernandes, 2021, p. 12). De acordo com Clasen e Fernandes, (2021, p. 12), essas “relações são também formadoras do caráter da luta assumida e da consciência política constitutiva da/o estudante secundarista”. Por isso, as distintas formas de organização políticas desenvolvidas “foram fundamentadoras de um processo de questionamento da realidade, influentes acerca da reflexão formulado pelas/os sujeitos que participavam diariamente da ocupação, ou aquelas/es que apenas passavam por ali, ou ainda, quem só ouvia sobre (Clasen e Fernandes, 2021, p. 21).

Ao debatermos o sentido político das ocupações, não podemos ignorar que este movimento faz parte de um amplo processo de consciência política, no qual as destacaram-se “jovens mulheres feministas como protagonistas de uma luta histórica do movimento estudantil secundarista, a qual teve potência de mobilização de outras categorias da sociedade e de enfrentamento aos aparatos de poder” (Clasem; Fernandes, 2017, p. 15). Essas jovens ao “assumirem a linha de frente do movimento afirmaram o caráter feminista que este teria, uma ação que é também de reformulação das lutas históricas do movimento estudantil secundarista a partir da presença do movimento feminista na ação política” (Clasem; Fernandes, 2017, p. 15).

No capítulo que dá sequência à pesquisa aqui apresentada, temos como objetivo desvelar como ocorreu a práxis política feminina nas ocupações de 2016, na cidade de Ponta Grossa, PR.

Capítulo 3

Práxis política feminina nas ocupações de 2016 em Ponta Grossa - PR

A práxis política feminina, em diferentes conjunturas, foi composta por um conjunto de ações intencionais que desafiavam as estruturas ideológicas vigentes, dando voz, espaço e representação política para as mulheres em diferentes partes do mundo. O engajamento político feminino na luta coletiva foi fundamental para colocar em debate as relações culturais e ideológicas que, ao imporem comportamentos, normas e iniciativas que hierarquizam os sexos, restringem a liberdade de ser, pensar e agir, alimentando a opressão de gênero patriarcal.

O patriarcalismo é uma relação de opressão e autoridade, “imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura” (Barreto, 2004, p. 64). Na sociedade patriarcal, as ideologias que alimentam a hierarquização entre os gêneros, são compostas por opiniões ou ideias que partem de uma base material que sustenta o poder, tornando-se enraizadas em contextos sociais específicos. De acordo com Gramsci (2014a, p. 387) essas ideologias, “não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas, precisamente, por razões de luta política”.

Desconstruídos modos *operandi* do patriarcalismo, é uma ação contínua que requer desafiar as ideologias hegemônicas, em um processo de lutas sociais e coletivas, nas quais a formação da consciência de classe, possui papel fundamental. Nesse sentido, educar para a superação da opressão de gênero, envolve a compreensão de como as relações patriarcais tornaram-se hegemônicas e se propagaram historicamente, alimentando a sociabilidade vigente.

A opressão de gênero é parte dos mecanismos que mantém a hegemonia capitalista. Esse modo de produção apoia-se em um conjunto de ideologias que reforçam o domínio e a imposição de papéis sociais para homens e

mulheres, reafirmando normas que colocam a mulher em posição de inferioridade no trabalho, na política e em todos os âmbitos da vida social. De acordo com Miguel (2017, p. 1223) a incorporação das mulheres no capitalismo foi realizada de forma marginalizada, visto que elas formavam “o último estoque do exército industrial de reserva, chamadas a assumir postos de trabalho em momentos de escassez de braços (como durante as guerras), mas sempre as primeiras a serem dispensadas”. Além disso, seus “salários eram, como continuam sendo, inferiores, bem como seu status profissional” e “arranjos familiares, as convenções morais dominantes e o funcionamento do mercado de trabalho agiam em conjunto para que sua posição na estrutura de classes assumisse características diferentes daquelas dos homens” (Miguel, 2017, p. 1223).

Dar voz, espaço e representatividade política para as mulheres, desconstruindo os padrões vigentes, é uma estratégia política, que em processo, pode fragilizar a hegemonia patriarcal. Considerando “a transformação dos fundamentos materiais da vida ocorre na medida em que as classes subalternas tomam consciência de sua situação e elaboram uma nova visão de mundo em condições de dirigir a luta política e construir uma nova hegemonia” (Del Roio, 2017, p. 50), o movimento estudantil possui papel relevante na representação e no engajamento político feminino.

A combinação de aprendizados políticos com a luta social coletiva pode fragilizar as relações ideológicas que reafirmam o patriarcado e a opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade de classes. No entanto, a luta política, não ocorre sem a tomada de consciência sobre a subordinação e opressão vivenciada. De acordo com Dias (2017, p. 67) essa tomada de consciência é o “momento superior da luta de classes”, pois os interesses individuais se abrem para as demandas coletivas.

Dias (2017, p. 73) ressalta que o caminho trilhado para avançar na luta em prol dos interesses coletivos “é sempre conflitivo”, pois em “todas as esferas do real, as classes trabalhadoras são educadas pelo capital e por tradições, que são apropriadas e reinscritas pelo capital”. De acordo com o autor, “Da família ao trabalho, passando pela escola, o trabalhador explorado e oprimido, é formado como elemento da ordem do capital. Do trabalhador, caminhamos para o trabalhador do capital” (Dias, 2017, p. 73). Desse modo, há “a subsunção real do trabalho ao capital” e essa “socialização ‘na marra’ ou pelo ‘convencimento’ é fundamental para a realização da ordem do capital”, sendo que a “disciplina é decisiva e vai determinar a ‘vitória do capital’ [...]” (Dias, 2017, p. 73).

As ocupações secundaristas de 2016 colocaram em evidência a conscientização dos jovens sobre o descaso governamental com a educação pública. Além disso, é possível destacar o caráter político e pedagógico das mobilizações juvenis, pois no seio da luta, houve a socialização de conteúdos e experiências que ultrapassaram o ensino curricular, permitindo ampliar o aprendizado político, por meio do debate dos problemas vivenciados na realidade nos âmbitos locais e nacional.

A participação feminina nas ocupações expressa o envolvimento de mulheres estudantes na política, o que não ocorre de forma equilibrada no âmbito da política partidária parlamentar, pois conforme já explicitado, a representação política feminina no Congresso Nacional é numericamente inferior à participação masculina.

É possível pensar que as ocupações abriram uma brecha para debatermos questões de gênero na educação, buscando desconstruir as visões de mundo que alimentam o preconceito e a opressão feminina e conscientizar a sociedade sobre “o ser mulher” na política, no trabalho e nas relações cotidianas e familiares, pois a dimensão subjetiva e o momento ético político não são atos mecânicos que decorrem das “estruturas objetivas nem se identificam com uma ideia pré-determinada que dirige a história misteriosamente, mas são expressão mais elevada do projeto hegemônico que as classes subalternas são capazes de construir” (Semeraro, 2006, p. 102), a partir do momento em que “se constituem como sujeitos conscientes e ativos” (Semeraro, 2006, p. 102).

Embora a participação política das estudantes nas ocupações de 2016, tenha expressado a força política das mulheres organizadas coletivamente, é importante lembrarmos que as ideias dominantes são influenciadas pela classe social hegemônica, conforme argumentam Marx e Engels (2007). Há uma relação intrínseca entre a produção de ideias e a reprodução da atividade material na sociedade capitalista, pois as concepções dominantes estão presentes na sociedade civil e política, municiando uma luta entre as classes trabalhadoras e dominantes e seus interesses conflitantes (Marx; Engels 2007).

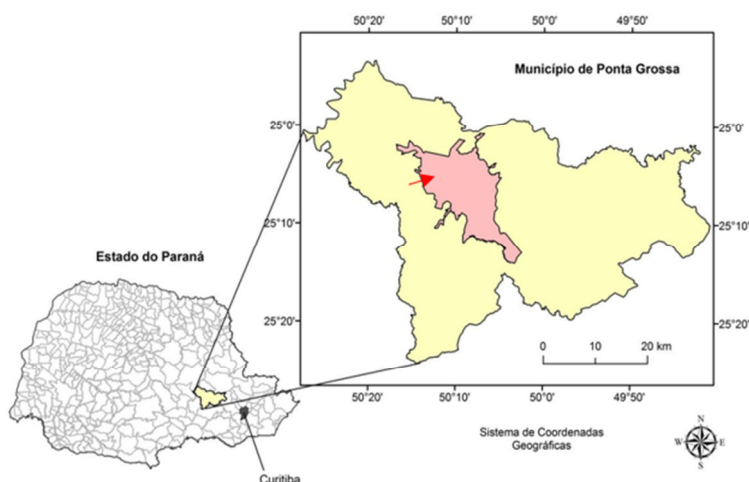
Nessa dinâmica, na escola, assim como nas demais instituições da sociedade civil, coexistem relações de forças que visam a conservação e a superação da sociedade de classes. Por isso, embora as ocupações tenham buscado confrontar as relações sociais hegemônicas, não podemos desconsiderar a presença de ideias ou concepções, no interior do movimento, que reproduzem modos de pensar e agir socialmente impostos.

— As ocupações em Ponta Grossa

As ocupações em Ponta Grossa ocorreram em dois momentos distintos. No primeiro, houve a ocupação de somente uma instituição de ensino da rede estadual, a Escola Estadual Frei Doroteu de Pádua, que localizada no bairro Chapada, foi ocupada no dia 01 de agosto de 2016.

Na Figura 1 é possível localizar o bairro Chapada na cidade e Ponta Grossa:

Figura 1: Localização do bairro Chapada



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

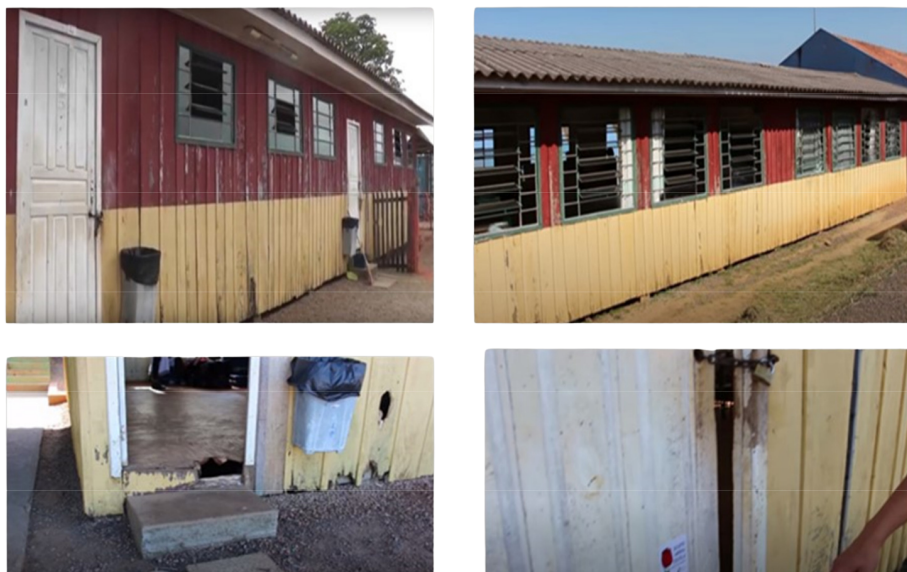
A região da Chapada é uma área de periferia da cidade, situada há mais de 20 km do centro da cidade de Ponta Grossa, local nos quais se concentram as “famílias empobrecidas (no caso chefiadas por pessoas com rendimento não superior a dois salários-mínimos)” (Nascimento; Matias, 2011, p. 90). As periferias da cidade compõem as áreas mais afastadas da região central e, segundo Nascimento e Matias (2011, p. 90), nesses locais, revela-se a “disparidade social na ocupação do espaço urbano”, visto que “as camadas de renda mais elevada, representadas pelos chefes de famílias com rendimentos a partir de dez salários-mínimos residem prioritariamente no centro da cidade ou nas proximidades dele”.

Submetidas a precárias condições de vida, trabalho e usufruindo escassamente dos direitos sociais mais básicos, as pessoas que residem em

núcleos urbanos periféricos compartilham, entre si, da situação de pobreza ou pobreza extrema, com o acesso desigual ao trabalho, saúde uma educação, efetivamente pública e de qualidade. Não distante a essa realidade, o colégio Frei Doroteu, carecia de investimentos e reformas estruturais, pois, para atender a grande demanda de alunos para o ensino fundamental e médio na região foram construídas salas de aula em madeira. Sem manutenção periódica, esses espaços se deterioraram com a ação do tempo. As paredes das salas apodreceram ou quebraram, os banheiros, com torneiras e sanitários quebrados ou entupidos, necessitavam de reformas, além disso, o entorno da escola não continha pavimentação e iluminação elétrica adequada.

Na Figura 2, é possível visualizar alguns dos problemas estruturais na referida instituição:

Figura 2: Colégio Frei Doroteu de Pádua – (2016)



Fonte: SINDUEPG (2016)

A ocupação do Frei Doroteu deu visibilidade para os problemas estruturais da instituição e, consequentemente para o descaso do governo com a educação no estado do Paraná. A principal reivindicação dos ocupas era a realização de melhorias estruturais na instituição de ensino, com reformas das salas de aula, quadras e banheiros.

A ocupação foi organizada pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa – (UMESP), envolveu cerca de 200 alunos do ensino fundamental e médio, ocorreu de forma pacífica, durante o período das férias escolares e contou com amplo apoio dos professores, funcionários, do diretor e da comunidade escolar.

O documentário “Ocupação Colégio Estadual Frei Doroteu de Pádua, Ponta Grossa – PR” produzido pelo Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa – (SINDUEPG) mostrou que inicialmente a opinião pública se posicionou de forma contrária as ocupações, contudo dialogando com os pais e com a comunidade da região, gradualmente os ocupas foram ganhando apoio e a ocupação ganhou força e projeção municipal.

Em pouco tempo, a sociedade ponta-grossense se tornou ciente dos problemas enfrentados não apenas nessa instituição de ensino, pois na internet foram divulgados outros casos de escolas, situadas na cidade, que padeciam dos mesmos problemas. Alunos de outras instituições de ensino, solidarizados com as reivindicações dos estudantes do Frei Doroteu, nas redes sociais, tornaram virais as *hashtags* #OcupaFreiDoroteu, #ContraCortesNaEducação.

Nesse primeiro momento das ocupações em Ponta Grossa, os alunos desenvolveram um conjunto de atividades culturais, criaram faixas e cartazes, realizaram oficinas esportivas e educativas, contemplando a questão da inclusão. Essas atividades, contribuíram para que um dos legados das ocupações do Frei Doroteu, fosse o aprendizado político. Esse aprendizado se torna evidenciado nos relatos de alunos que participaram da ocupação, para o documentário produzido pelo SINDUEPG:



Essa semana eu aprendi muita coisa com o pessoal da UMESP e com os meus amigos, que com certeza vai mudar é só a gente pensar melhor e lutarmos juntos: ‘ocupar e resistir’ (Iasmin Cardoso, 2016). Durante a ocupação eu tive a experiência de que eu tive o grande prazer de saber que a luta faz parte da vida da gente (Liriane, 2016). Durante esse período de ocupação a gente conseguiu passar a mensagem aos estudantes, aos pais, a comunidade, mesmo aos professores. Durante esse período os alunos tiveram contato mais direto com o professor, viu que o professor é um amigo dele que o objetivo é comum, que é a melhoria da educação, que é lutar pelas nossas escolas, que é dizer não ao retrocesso que querem impor a educação (Christopher Ferreira, 2016).

Os alunos mostram que a vivência cotidiana de um conjunto de problemas foi determinante para que eles se organizassem buscando uma solução. Ao tornarem evidentes a percepção sobre a importância da educação pública e de qualidade, os jovens entrevistados, mostraram uma conscientização política, formada durante a luta na organização coletiva.

Após cinco dias de intensos protestos e com a promessa do superintendente de Desenvolvimento Educacional do Governo do Paraná, Victor Hugo Boselli, em se comprometer na realização de obras emergenciais no colégio, buscando a melhoria de suas condições estruturais, até o ano de 2017, os estudantes desocuparam o Frei Doroteu pacificamente.

O segundo momento das ocupações de Ponta Grossa, ocorreu em outubro de 2016, tendo como cenário de lutas 26 escolas que compõe a rede estadual de ensino e a Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG). Essas ocupações se diferenciaram em relação ao primeiro momento, ao ultrapassarem as demandas locais, envolvendo tanto alunos do ensino fundamental e médio, como também estudantes do ensino superior, coletivos juvenis e entidades representativas do movimento estudantil secundarista e universitário, como Diretórios Acadêmicos, grêmios estudantis e a UMESP, em uma luta que agregava diferentes forças ao movimento nacional.

Opondo-se à MP 746/2016, que objetivava realizar uma ampla reforma no ensino médio brasileiro, os jovens ponta-grossenses, protestaram contra a PEC do teto dos gastos públicos, ao Programa Escola Sem Partido,

incorporando em suas demandas questões como o autoritarismo e as relações verticais que prevaleciam em algumas escolas da cidade.

A primeira ocupação escolar ao nível estadual, ocorreu no dia 03 de outubro de 2016 na cidade de São José dos Pinhais. Em Ponta Grossa, no dia 05 de outubro o Colégio Ana Divanir Borato foi ocupado. A partir dessa ocupação, o movimento se alastrou rapidamente para as demais instituições de ensino da cidade com a contribuição da UMESP que organizou um conjunto de manifestações de rua, passeatas e concentrações na região central da cidade, conforme é possível evidenciar na Figura 3:

Figura 3: Manifestações estudantis Ponta Grossa – (PR) - (2016)



Fonte: arquivo pessoal de Beatriz Gomes da Silva

Com essas mobilizações os estudantes buscavam organizar os jovens em um amplo movimento local, chamando a atenção para a reforma do ensino médio e conscientizando o conjunto da população ponta-grossense sobre a necessidade de barrar a MP 746/2026. Para tanto, utilizaram um conjunto de materiais como cartazes e camisetas, confeccionados pelos próprios estudantes, contendo palavras de ordem como “ocupar e resistir”, frase que se tornou viral no movimento de ocupações nacionalmente.

Na Figura 4, é possível observar alguns dos materiais, produzidos e utilizados pelos estudantes de Ponta Grossa nas manifestações secundaristas.

Figura 4: Materiais produzidos pelos estudantes em Ponta Grossa nas ocupações de 2016



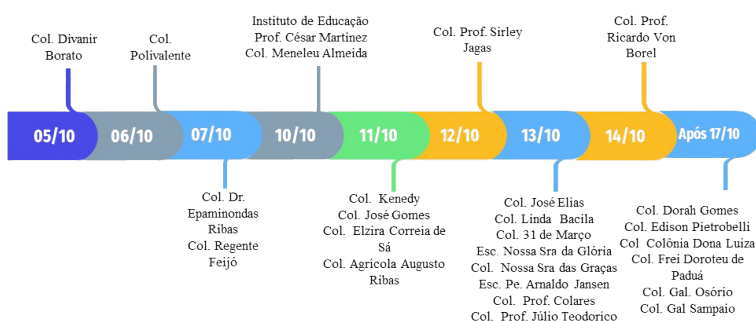
Fonte: arquivo pessoal de Beatriz Gomes da Silva

Com essas estratégias de mobilização e luta, as manifestações, tão logo produziram efeito, pois rapidamente as ocupações evoluíram nas escolas de ensino fundamental e médio na Ponta Grossa.

Com o objetivo de expor a cronologia das ocupações na cidade, realizamos um levantamento *on-line*, no portal jornalístico local A Rede. Localizamos um conjunto de reportagens, publicadas entre os dias 05 e 17 de outubro de 2016, nas quais buscamos identificar os colégios ocupados na cidade e os dias em que ocorreram as ocupações. A síntese desse levantamento, está contemplada na Figura 5:

Figura 5: Cronologia das ocupações secundaristas em Ponta Grossa/PR

Linha do tempo das ocupações secundaristas em Ponta Grossa/PR - 2016

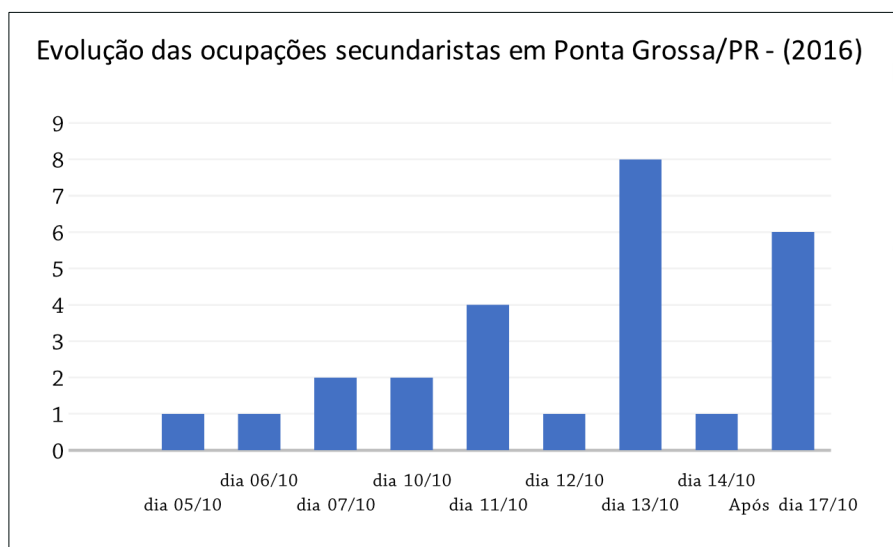


Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

A partir do dia 10 de outubro de 2016, as instituições de ensino aderiram massivamente ao movimento de ocupações em Ponta Grossa. Até o dia 14, 20 escolas foram ocupadas, tendo no dia 13 o maior índice, com 08 escolas ocupadas em um mesmo dia. As reportagens publicadas no portal “A Rede” não indicam quais escolas foram ocupadas do dia 17 até meados do dia 20, no entanto, recorrendo aos números oficiais das escolas ocupadas na cidade (26 escolas) identificamos que 06 instituições foram ocupadas no período supracitado.

No Gráfico 5, podemos observar os dias em que houve maior e menor adesão estudantil nas ocupações em Ponta Grossa:

Gráfico 5: Evolução das ocupações secundaristas em Ponta Grossa/PR

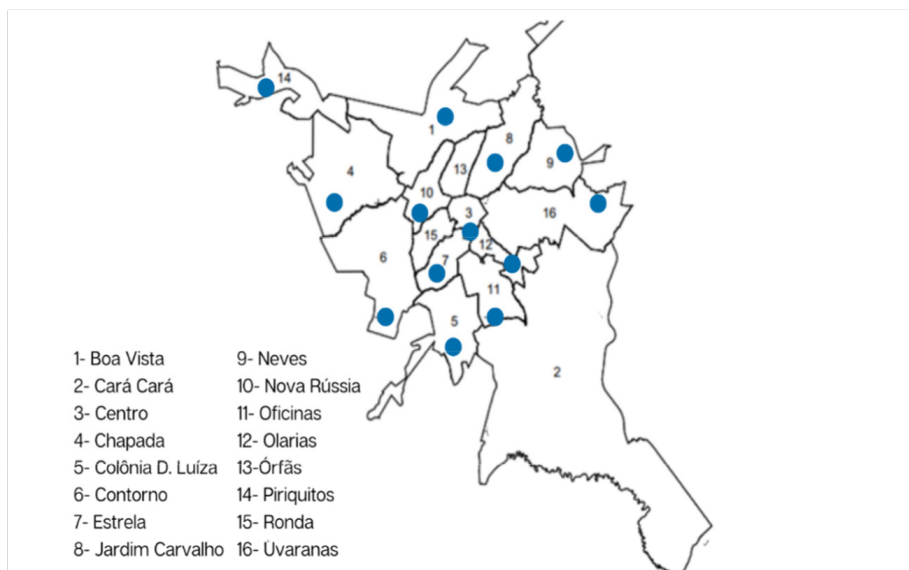


Fonte: Dados de pesquisa (2023).

A partir de 05 de outubro, início do movimento de ocupações em Ponta Grossa, praticamente diariamente houve novas ocupações na cidade. Nos finais de semana as escolas não eram ocupadas, por isso, o gráfico, não indica os dias 08, 09, 15, 16 de outubro como dias de mobilizações. A evolução mostrada no Gráfico 5 indica que as ocupações cresceram em um rápido período, sendo acompanhada por uma curva de ascensão que se torna mais intensa nos dias 11, 13 e posteriormente ao dia 17 de outubro e menos intensa entre os dias 12 e 14 de outubro.

A dispersão das ocupações nos bairros da cidade de Ponta Grossa pode ser evidenciada na Figura 6:

Figura 6: Dispersão das ocupações escolares de 2016 nos bairros de Ponta Grossa



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora, a partir do mapa de Kotviski e Barbola (2013)

Ponta Grossa é composta por 16 bairros, sendo que desses, 13 foram cenário das mobilizações dos jovens na cidade. O movimento se fez com maior intensidade em escolas de áreas de periferias, afastadas da região central da cidade, tendo como reivindicação, além da oposição à reforma do ensino médio, pautas locais como a ampliação de verbas para a realização de reformas ou reparos estruturais nas escolas, melhoria da merenda escolar e compra de materiais didáticos pedagógicos.

As ocupações dividiram a opinião pública. Diariamente a imprensa buscava desqualificar o movimento, construindo uma narrativa, alinhada ao governo na qual os jovens eram rotulados como “baderneiros, alienados e manipulados por partidos políticos” (Boutin; Flach, 2021, p. 418). Com o argumento de que as ocupações iriam interferir no direito à educação, visto que, além de os alunos estarem impedidos de frequentar normalmente as aulas, as mobilizações prejudicavam o calendário escolar, a mídia hegemônica, deu voz e espaços para que pessoas e entidades da sociedade civil e política que criticavam a organização política dos jovens no movimento sem manifestassem (Boutin; Flach, 2021).

No dia 19 de outubro, em apoio as reivindicações dos estudantes secundaristas ao nível local e nacional, os estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ocuparam o prédio da reitoria, no campus de Uvaranas. Como ocorreu nas escolas estaduais, os ocupas da UEPG, incorporaram em suas demandas pautas locais, como a redução do preço das refeições no Restaurante Universitário – (RU), a reformulação do Plano de Assistência Estudantil, a ampliação da segurança em todo o campus de Uvaranas e a suspensão do calendário estudantil (A Rede, 2016).

De acordo com o portal G1³, a ocupação foi realizada por cerca de 150 alunos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Na página da UEPG, a instituição afirmou que o movimento não foi realizado por alunos vinculados ao Diretório Central dos Estudantes e que não era possível identificar as lideranças.

As atividades acadêmicas e administrativas da instituição foram suspensas durante o movimento e os estudantes realizaram pequenas reformas e reparos no prédio da reitoria. Todas as decisões eram tomadas em assembleias coletivas, a organização do movimento ocorreu em formatos de comissões, conforme ocorria nas demais instituições ocupadas nos níveis local e nacional e as atividades realizadas incluíam iniciativas culturais e didático pedagógicas, com destaque para palestras, debates, rodas de conversas realizadas com os secundaristas que estavam à frente do movimento nas escolas e colégios estaduais da cidade, além de aulas públicas e atividades esportivas.

Na entrevista para o canal do *YouTube* do Lente quente, do departamento de jornalismo da UEPG, uma ocupa comenta sobre os aprendizados e experiências vivenciadas durante as ocupações da UEPG:

³ Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/estudantes-quebram-portas-de-predio-da-reitoria-durante-ocupacao-na-uepg.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.



A ocupação está sendo muito legal, está sendo um aprendizado, aqui está todo mundo muito bem organizado, a galera se mobiliza para fazer todas as coisas, tem uma equipe que cuida da segurança, tem uma equipe que cuida da limpeza, tem uma equipe que cozinha, tudo que a gente decide, a gente decide em assembleia, buscando fazer aquilo que é melhor para nós, aquilo que é melhor pra quem está aqui dentro e também pelas pessoas que estão lá fora, lutar pelos direitos nossos e também pelos direitos dos outros que a gente tem aprendido a conviver... conviver junto né, viver em sociedade mesmo, conviver com as diferenças dos outros tentando buscar o mesmo ideal, então, a experiência que eu estou tendo aqui na ocupação está sendo única, e eu me sinto uma universitária mesmo, que está lutando, que está fazendo a diferença, que está buscando uma melhora na educação hoje (Ocupa A — entrevistada pelo Lente Quente, 2016).

A ocupação da UEPG não ocorreu de forma pacífica. Houve resistência de funcionários que no momento da ocupação trancaram as portas do prédio da reitoria, impedindo os alunos de adentrarem ao espaço. Para acessar o prédio, os estudantes realizaram a retirada da porta, fato esse que serviu de combustível para que a imprensa retratasse o movimento como uma “invasão” ilegítima. Já no primeiro dia de mobilização, a universidade entrou com um pedido de reintegração de posse do prédio da reitoria.

O Lente Quente registrou falas, nas quais os ocupas explicitam os embates vivenciados durante a ocupação da UEPG:



No momento da ocupação os estudantes buscaram o diálogo, o que não aconteceu e a decisão de remover a porta foi tomada com conhecimento de qualquer dano seria pago pelo movimento, assim como aconteceu. O movimento entende que a universidade é um bem de todos e que o seu acesso também é de todos, portanto o seu acesso também era nosso naquele momento, era um direito nosso e a entrada estava fechada, todas as entradas. A única alternativa que a gente teve, foi abrir de alguma maneira, que não foi a maneira planejada, mas foi a única alternativa que nós tivemos naquele momento

(Ocupa B - entrevistada pelo Lente Quente, 2016).

Então o momento da ocupação foi bem tenso, muitos estudantes nervosos, muitos funcionários também e pelas falas também dos funcionários as pessoas integrantes do movimento, eu até me senti ofendida por alguns funcionários que chamaram a gente de vagabundo e que mandaram a gente pra casa, assistir a greve de casa e outras palavras também e foi bem tenso, foi um momento de tensão mesmo, os funcionários metendo pressão na gente e a gente querendo entrar num local público, entrar ali no hall da reitoria (Ocupa C - entrevistada pelo Lente Quente, 2016).

Eu acho muito interessante essa questão da ignorância de acreditar em tudo que te falam, eu tenho visto ataques de diferentes fontes em relação ao movimento estudantil que denigre a imagem do movimento, que coloca o movimento com uma imagem negativa, como algo baderneiro, algo de bagunça, sem sentido. Eu penso que o movimento traz à tona uma forma de reivindicação do atual momento que o país vive que é um momento crítico que exige reflexão e ação por parte do movimento estudantil contra as prerrogativas que estão por trás da PEC 241 e da MP 746 (Ocupa D- entrevistada pelo Lente Quente, 2016).

Os alunos maiores de idade que participaram da ocupação foram citados ou responderam a processos jurídicos, fato este que demonstra que o movimento foi permeado por uma relação de forças, na qual coexistiram as perspectivas de transformação e conservação das relações sociais, políticas e ideológicas hegemônicas.

No dia 21 de outubro, os universitários selaram um acordo com a reitoria e decidiram desocupar o prédio. Nesse momento, várias escolas já haviam sido notificadas com pedidos de reintegração de posse na cidade. No dia 24 de outubro, 11 escolas haviam recebido a notificação que deveriam ser desocupadas e no dia 25, um total de 04 escolas foram oficialmente desocupadas.

Durante todo o processo, os jovens realizaram o enfrentamento de forças que desconsideravam a importância na educação. Os jovens, organizados resistiram bravamente às críticas dos meios de comunicação de massa que diariamente bombardeavam jornais, páginas de internet e redes sociais, com notícias que tentavam desqualificar o movimento e consequentemente formar uma opinião pública oposta às mobilizações estudantis. Além disso, o

governo, recorrendo à judicialização das ocupações, buscava punir os alunos caso não houvesse o retorno da normalidade das aulas.

No entanto, é possível indicar que o movimento em sua totalidade, foi pedagógico. Os alunos aprenderam, na prática, como se faz política de forma pacífica e democrática, deixando um legado de aprendizado, quanto as formas de organização e as estratégias políticas desenvolvidas na luta pela educação efetivamente pública e de qualidade. Por isso, as ocupações de 2016 em Ponta Grossa, constituem um capítulo à parte nas páginas da história do movimento estudantil brasileiro.

A participação política feminina nas ocupações ponta-grossenses

Para desvelar como foi constituída a práxis política e o engajamento feminino nas ocupações de 2016 na cidade de Ponta Grossa, PR, buscando contemplar os objetivos de identificar pautas ligadas ao feminismo e analisar a constituição da práxis política e suas contribuições para ampliar os espaços de lutas e representatividade das mulheres na cidade, foram realizadas entrevistas com 15 jovens que participaram na ocasião das ocupações na cidade.

A escolha das jovens que compõe os sujeitos de pesquisa se deu por meio da metodologia “snowball sampling⁴” ou “Bola de neve”. Com essa técnica, foram identificadas algumas mulheres que participaram das ocupações em escolas estaduais de ensino fundamental e médio e na UEPG. Dessas, 15 aceitaram contribuir com a pesquisa, as quais tiveram suas identidades preservadas, conforme o acordo firmado no TCLE.

No início das entrevistas, foi solicitado que a pessoa entrevistada se apresentasse, usando um pseudônimo e informasse a idade, escolaridade, profissão ou outro elemento que considerasse relevante para o delineamento de um perfil. A maioria das entrevistadas escolheu um pseudônimo, contudo três pessoas deixaram essa escolha a critério da pesquisadora.

⁴ Snowball sampling também chamada de metodologia por “Bola de neve” é uma técnica de amostragem usada em pesquisas, com populações de difícil acesso ou com temas sensíveis. Com essa metodologia, o pesquisador seleciona um pequeno número de pessoas que se encaixam nos critérios da pesquisa. Os participantes iniciais, indicam outros. Os novos participantes, por sua vez, também indicam mais pessoas, e assim sucessivamente. O processo continua até que o pesquisador atinja um número suficiente de participantes ou um até que nenhuma nova indicação ocorra.

Perfil das ocupas entrevistadas

Com o objetivo de apresentar os sujeitos de pesquisa, sistematizamos no Quadro 1 o perfil das entrevistadas, com o pseudônimo, idade, profissão e local em que participaram das ocupações no ano de 2016.

Quadro 1: Perfil das ocupas entrevistadas

Local em que participou das ocupações	Profissão atual	Idade	Pseudônimo
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Estudante e Assistente social	26	Maria da Glória
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Advogada e Estudante	29	Édna
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Pedagoga	26	Hortência
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Professora	29	Maria
Escola estadual	Professora	24	Madan
Escola estadual	Estudante	20	Helena
Escola estadual	Estudante	19	Rosa
Escola estadual	Estudante	19	Jheny
Escola estadual	Assistente social	25	Káthya
Escola estadual	Técnica administrativa	25	Eloá
Escola estadual	Técnica em química	26	Alice
Escola estadual	Atendente-comercial	23	Andressa
Escola estadual	Recepcionista	23	Louise
Escola estadual	Recepcionista	23	Lu
Escola estadual	Analista de sistemas	24	Ali

Notas: Dados de pesquisa (2023).

As mulheres entrevistadas, são naturais do estado do Paraná, possuem a faixa etária entre 20 e 29 anos, ensino superior completo ou incompleto, são trabalhadoras nas áreas do comércio, educação, serviço social, indústria e atendimento ao público, ou estudantes da educação e do direito, em cursos de graduação e pós-graduação em instituição pública de ensino.

Das 15 mulheres entrevistadas, 4 participaram das ocupações na UEPG, exercendo cargos de liderança e 11 estiveram à frente das lutas em escolas estaduais da cidade de Ponta Grossa. A maioria das ocupas secundaristas (06) prestou vestibular e concluiu o curso superior, 03 são estudantes do ensino técnico ou superior e 02 concluíram o ensino técnico. Essas mulheres se identificam como hétero ou homossexuais e na ocasião das ocupações, 06 exerciam cargos de lideranças nos grêmios estudantis em escolas estaduais, 04 militavam em entidades organizativas do movimento estudantil ou partidos políticos e as demais relataram que sempre estiveram atentas a questões políticas, principalmente aquelas ligadas aos direitos sociais. Atualmente, apenas três dessas jovens, mantêm vínculos com partidos políticos ou movimentos sociais.

Para debater a práxis política feminina nas ocupações em Ponta Grossa, separamos as entrevistas em dois grupos. O grupo 1 é representado por 11 jovens mulheres que ocuparam as escolas estaduais e o grupo 2 é formado 04 representantes do sexo feminino que ocuparam na ocasião a UEPG. Destacamos que essa separação é apenas metodológica, pois ao final realizamos um balanço geral, buscando abordar como se deu a construção da práxis política feminina das jovens nas lutas estudantis na cidade de Ponta Grossa.

Análise do grupo 1: a práxis política feminina nas ocupações secundaristas em Ponta Grossa

As jovens que participaram das ocupações secundaristas em Ponta Grossa, entrevistadas na pesquisa aqui apresentada, são tratadas pelos seguintes pseudônimos: Madan, Halena, Rosa, Jheny, Káthya, Eloá, Alice, Andressa, Louise, Lu e Ali. Essas mulheres participaram das ocupações em escolas estaduais, durante o ensino fundamental II ou ensino médio. Das 11 jovens que entrevistamos, 06 exerceram cargos ou posições de liderança, estando à frente do movimento do início ao fim. As demais, participaram do

movimento compondo membros das comissões ou auxiliando no desenvolvimento e na rotina das ocupações.

Para as jovens entrevistadas, as mulheres foram essenciais na organização e na condução das ocupações em Ponta Grossa, pois além de representarem a maioria dos alunos, assumiram a linha de frente nos diferentes embates vivenciados durante a luta. Destaca-se que a vivência de experiências políticas, por essas jovens, em entidades organizativas do movimento estudantil, como a UMESP e os grêmios estudantis, foi um dos elementos que contribuiu para que as mulheres assumissem papel de destaque na condução das ocupações na cidade.

Ocupando o cargo de diretora de mulheres da UMESP, Madhan contou que participou ativamente das manifestações organizadas por essa entidade, nos momentos que antecederam as ocupações em Ponta Grossa. A jovem lembrou que foi uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de liderança da UMESP e que, estando a frente dessa organização, iniciou um movimento de mobilização dos alunos nas escolas de Ponta Grossa:

“

A gente se reunia na frente das escolas e ali já começava a mobilizar os alunos e, na época, a gente não tinha tanta rede social como tem hoje — já existia, mas não era tanta. Então a gente chegava e falava a situação; muitas pessoas já estavam sabendo. O Facebook foi uma ferramenta de divulgação muito importante (Madhan).

Além de participar desse movimento inicial de conscientização dos alunos e da sociedade sobre a reforma do ensino médio, Madhan era uma liderança nas ocupações da escola onde estudava:

“

Então lá, eu e meu amigo [ocultado pela pesquisadora para preservar a identidade do aluno] a gente fez a liderança da ocupação, muito também porque a gente já era da UMESP, então a gente já estava muito interligada com a pauta do movimento e fazia certas formações de lideranças, então tinha ali já uma proximidade com o movimento estudantil (Madhan).

A conexão com a UMESP e o exercício de um cargo de liderança dentro da entidade, possibilitou a Madhan, tanto debater as políticas educacionais em pauta naquela conjuntura, assim como socializar esse debate com os alunos da escola onde estudava, conscientizando-os sobre os retrocessos que decorriam dessas políticas. Apesar de as mulheres comporem a minoria dos cargos de diretoria na UMESP, a representatividade feminina na figura de Madhan, foi importante para a formação de uma liderança feminina na instituição de ensino em que a jovem estudava e para a construção de um ambiente mais inclusivo e diversificado, pois as questões de gênero e identidade eram reconhecidas e discutidas nas ocupações, conforme relatou a jovem em sua entrevista.

Helena, Andressa, Alice, Lu, Ali e Louise consideram que o grêmio estudantil, majoritariamente representado mulheres, nas instituições de ensino onde estudavam, foi importante na formação e condução das ocupações, realizando reuniões, debates, atos e assembleias para a tomada de decisões. As jovens afirmaram que:

“

[...] a grande parte eram meninas, inclusive quem organizou as ocupações foi o grêmio estudantil da época e a maioria dos cargos eram ocupados por mulheres. A presidente e a vice-presidente do grêmio eram mulheres na nossa escola e acho que isso explica um pouco a liderança feminina nas ocupações. Tinham várias meninas, na verdade as meninas foram o ponto principal, nesse sentido de organização e de realmente fazer o que a gente tinha acordado ocorresse (Helena).

Nossa chapa era majoritariamente feminina. Acho que nós éramos 5 ou 6 meninas e 3 meninos. Eram meninas muito fortes, assim é verdade, até você conversou com [ocultado pela pesquisadora para preservar a identidade da entrevistada] ela era mais de falar, de bater, de brigar. A gente até brigava com ela, por causa disso, ela era do embate, ela era muito brava mesmo, mais era legal (Andressa).

Em 2016 então, eu era vice-presidente do Grêmio nessa época. Exerci, o cargo de liderança na organização e em toda a questão do desenvolvimento da ocupação. Durante o tempo que ela ocorreu, então, eu e a presidenta do Grêmio, na época, foi a gente que encabeçou ali a rotina, o dia a dia, a agenda e tudo

mais, o calendário como que tudo acontecer, então na época, é dependia assim diretamente da minha liderança, digamos assim, né (Alice).

Particpei na ocupação em colégio estadual, que inclusive foi no [ocultado pela pesquisadora para manter o anonimato]. Na época eu era presidente do Grêmio estudantil, aí no caso colégio a gente participou de vários movimentos assim sabe tipo greve, manifestações e afins por exemplo aquela do passe livre sabe... então a gente sempre foi um grupo assim bem ativo né nesse sentido. Na ocupação era a maioria mulheres, digamos assim, acho que de 10 pessoas 6 eram meninas e 4 piás. A participação feminina foi bastante grande por conta de eu ser presidente do grêmio e a vice-presidente também era mulher. Então a gente já tinha ali 2 mulheres na frente de tudo, tinha professoras que apoiavam a gente, então é pra falar bem a verdade de cada 5 professores apoiando, 4 eram mulheres, então realmente a mulherada estava fazendo frente lá... sabe então a participação no [ocultado o nome do colégio] eu digo que foi mais feminina do que a masculina (Lu).

[...] através do grêmio, onde a maioria eram mulheres a gente começou a fazer reuniões, então a gente anunciava: “olha vai ter reunião tal dia pra gente decidir se vai ocupar o colégio ou não”, então não era uma decisão interna só do grêmio, era algo que envolvia o colégio inteiro, todos os alunos e na maioria das vezes nessas reuniões, quem falava, quem se expressava com certeza eram as meninas sabe...[...] ali muitas pessoas eram contra as ocupações, mas a partir desses discursos sabe maioria das pessoas acabou concordando com a ocupação e com certeza teve um papel fundamental ali as meninas, com certeza (Ali).

Na época eu fazia parte do Grêmio, então a [ocultado para manter a identidade da aluna] falou: “então vamos fazer uma reunião e vamos colocar em pauta se a gente vai ocupar ou não” [...]. Foi num sábado, a votação lá ginásio e foi colocado em pauta se a gente ocuparia ou não a escola, se todo votasse pela ocupação a gente ocuparia, caso não ia seguir normal. Eu achei que [ocultado o nome da escola] o grêmio tentou fazer o mais organizado possível, porque se não tivesse o prêmio, eu acho, que teria ficado muita bagunça, teria ficado talvez não teria sido tão organizado como foi sabe, [...]. O Grêmio interveio fez a assembleia, teve votação acabou que deu certo, então, eu considero o Grêmio bem essencial na ocupação ali no [ocultado o nome da escola] sabe, se não tivesse o grêmio, talvez tivesse dado bastante problema (Louise).

Os fragmentos expressam elementos para pensarmos sobre a práxis política feminina nas ocupações secundaristas na cidade de Ponta Grossa. Estando a frente da condução política de grêmios estudantis, foram as mulheres que colocaram em debate a possibilidade de ocupar as instituições de ensino que frequentavam e, uma vez realizada a ocupação, elas encabeçaram a organização e o desenvolvimento das ocupações, colocando em pauta a tomada de decisões, as estratégias de lutas e as principais atividades realizadas durante a rotina das mobilizações.

Durante o contexto das ocupações, a participação feminina nas entidades representativas estudantis em Ponta Grossa, tanto na UMESP, como nos grêmios estudantis, foi importante para a constituição de bases e lideranças. Essas lideranças eram majoritariamente femininas, filhas da classe trabalhadora e militantes da educação pública.

A construção de lideranças femininas se deu organicamente e se fortaleceu quando as jovens assumiram um tomaram a frente na organização e direção do movimento. Nas ocupações, embora as mulheres não tivessem sido escolhidas formalmente, as posições de comando assumidas, foram construídas no seio da luta. Certamente a experiência acumulada no exercício dos cargos de diretoria e presidência assumidos nas entidades representativas estudantis como na UMESP e nos grêmios estudantis, somada com a influência que essas jovens mulheres exerciam nas instituições de ensino, junto as bases, compostas pelos demais alunos, que compartilhavam interesses e objetivos comuns, foi um elemento que contribuiu para o fortalecimento das posições de comando das mulheres nas ocupações ponta-grossenses.

As bases e as lideranças femininas constituíram a força principal no movimento de ocupações, uma vez que eram compostas pela diversidade de vozes que formam os alunos da escola pública e que compartilham entre si da carência estrutural, do descaso e falta de investimentos na educação pública. De acordo com Lenin (2010, p. 194) “quanto mais extensa for a massa espontaneamente integrada à luta, massa que constitui a base do movimento e nele participa, mais presente será a necessidade de tal organização e mais sólida ela deverá ser”. Diante disso, a organização consciente da coletividade dos alunos de escolas públicas foi essencial para que as ocupações despontassem como um dos movimentos mais expressivos, desenvolvidos por jovens, nas últimas décadas em solo brasileiro.

Nas ocupações em Ponta Grossa houve um equilíbrio entre uma agenda unificada com o movimento estudantil nacional e as pautas que emergiam de realidades locais, específicas a cada instituição de ensino.

Ao avaliar o conjunto das demandas locais e verificar que algumas instituições de ensino compartilhavam dos mesmos problemas foi possível identificar que algumas demandas se diferiam. Tais demandas foram organizadas em dois conjuntos: 1) demandas ligadas as reivindicações de ordem material ou estrutural, passíveis de serem contempladas com investimentos públicos nas escolas e; 2) demandas que expressam um caráter subjetivo, por estarem ligadas ao esforço para desconstruir discursos, visões de mundo e concepções socialmente dominantes.

Gohn (2008, p. 256) compreende que as demandas dos movimentos sociais ocorrem em momentos de carências “de ordem econômica, política, social e cultural” (p. 256). A autora ainda expõe que para contemplar o atendimento das carências materiais são necessários investimentos sociais, ampliação de verbas públicas, programas governamentais, entre outros, já a solução das carências simbólicas demandas a criação de leis (Gohn, 2008).

No conjunto das demandas ligadas as reivindicações de ordem material ou estrutural, Louise e Ali destacam a questão da merenda escolar que na escola onde estudavam era insuficiente para os alunos:



Eu lembro que no primeiro ano eu cheguei na escola, vi como o [ocultado o nome da escola] tinha coisas falhas, por exemplo, tinha muito aluno e pouca merenda. Isso foi uma coisa que desde 2015 me chamava atenção, que eu pensava como é que pode uma escola desse tamanho não ter é recurso para tudo isso. Eu lembro que na época os nonos anos a gente tinha tipo até o nono F, era muita criança né, daí em 2016 quando eu entrei no segundo ano, também era muito precária a situação (Louise).

[...] A gente não tinha nem merenda na escola onde a gente estudava, era insuficiente. Essa questão, a da merenda, era bem complicada, difícil, sabe... porque, para a galera do ensino fundamental, nem sempre tinha realmente; quem entrava primeiro na fila conseguia e aí acabava que não sobrava pra todo mundo merendar (Ali).

A qualidade e a quantidade da merenda escolar oferecidas nas instituições de ensino brasileiras, são influenciadas por fatores, como políticas orçamentárias dos governos federal e estadual, gestão escolar e outros aspectos. A insuficiência ou má administração desses recursos pode impactar na oferta

da merenda escolar, ou agravar a situação de insegurança alimentar que, infelizmente, ainda faz parte da realidade brasileira.

De acordo com Costa *et al.* (2012) a contribuição da alimentação saudável na infância é amplamente reconhecida por profissionais e pesquisadores da saúde. Uma alimentação rica em nutrientes e balanceada auxilia na construção de hábitos saudáveis para a vida toda, além de influenciar no crescimento saudável, prevenindo patologias e influenciando positivamente no desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes.

Além da questão da merenda escolar, Louise e Ali, também destacam a demanda pela realização de serviços de jardinagem nas escolas, a manutenção de equipamentos que além de insuficientes, não funcionavam adequadamente e a ampliação de verbas para a compra de livros escolares. Nos depoimentos dessas jovens podemos evidenciar essas demandas:

“

O colégio tinha muito pouco livro, a gente sempre às vezes tinha que tirar de uma turma que tinha menos e levar para outras. A gente não tinha ventiladores nas salas, ou os que tinham precisavam de conserto. O calor assim era insuportável. Às vezes até uma coisa simples como um corte de grama, um mato grande era muito mato porque o colégio era enorme e não tinha verba pra tudo isso (Louise).

A infraestrutura do colégio era precária, a gente não tinha condições de ficar dentro de uma sala de aula, principalmente em dias de calor. Eram muitos alunos, as salas eram lotadas, a gente não tinha ventilador. [...] A gente não tinha apostila, a gente tinha que pegar apostila, devolver apostila pra outros alunos usarem no mesmo dia de aula, sabe; às vezes os professores passavam em sala de aula perguntando: “quem tem uma apostila para emprestar”, então não chegavam materiais até a gente, tanto os materiais de educação física quanto os materiais didáticos (Ali).

A falta de condições materiais adequadas nas escolas, como as relatadas pelas jovens nas entrevistas, é um dos elementos que impactam na qualidade da educação pública ofertada. A combinação de fatores como a ausência de ventiladores, salas de aula lotadas, a escassez de livros e a falta de manutenção no prédio escolar, pode gerar desconforto para alunos e professores, criando um ambiente desfavorável para o ensino e aprendizagem,

podendo impactar na permanência dos alunos na escola e no desenvolvimento de um ensino de excelência.

Além da falta de investimentos na estrutura física, para a compra de materiais e alimentos para a merenda escolar, a qualidade da educação também pode ser impactada quando há falta de professores ou quando esses profissionais trabalham em condições precárias, com jornadas ampliadas e cargas horárias extensivas. Essa realidade, também estava presente nas escolas onde ocorreram as ocupações em Ponta Grossa, conforme menciona Alice:

“

A gente também tinha as nossas pautas, que eram questões de estrutura física, questões de carga horária, de professores que estavam em falta na época, enfim, as demandas do nosso próprio colégio; mas aqui o intuito, a intenção principal, era fortalecer o colégio que já tinha ocupado e também tentar fomentar a ocupação de outros colégios, né (Alice).

A qualidade da educação, não está apartada da “garantia de carga horária para a realização de atividades de planejamento, estudo, reuniões pedagógicas, atendimento aos pais, etc.” (Dourado; Oliveira e Santos, 2007, p. 27). Assim, para que a qualidade se efetive, Dourado; Oliveira e Santos (2007, p. 27) alertam para a necessidade de mapear e avaliar “os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania e, sobretudo, a melhoria do processo ensino-aprendizagem”.

Ao realizarem o mapeamento e uma análise detalhada e abrangente dos elementos que interferem na qualidade da educação, nas diferentes realidades de ensino, as jovens ocupas colocaram em perspectiva o debate sobre essa questão, esclarecendo para toda a sociedade, que os jovens não estão alheios aos problemas da educação pública e que a sua qualidade é uma demanda que permeou todas as pautas (nas diferentes realidades) das ocupações de 2016.

As demandas também expressaram o caráter subjetivo que permeou a luta pelo reconhecimento e desconstrução de preconceitos, estereótipos ou interpretações. De acordo com Gohn (2008) “muitos movimentos sociais lutam não apenas por recursos materiais, mas pela criação ou alteração de significados culturais”. No relato de Madhan e Andressa percebemos elementos que perfazem essa luta:



Quando a gente decidiu fazer as ocupações, eu conversava muito que aquele seria um movimento de protagonismo dos estudantes, das estudantes, dos estudantes LGBTs, negros; então, dentro das ocupações, a ideia era levar a voz das minorias. Teve o pressuposto da PEC, da reforma do Ensino Médio, mas, digamos que, secundariamente, existiram outras pautas, que eram contra o machismo, contra o racismo, a LGBTfobia, opressões de classe, porque a reforma do ensino médio estava muito vinculada às opressões de classe. Então a gente sempre tentava colocar essas pautas em nossas falas, no movimento em si, e isso contribuiu muito para a politização de todo mundo que participou e para as meninas também (Madhan).

A nossa escola vinha de um histórico de ser uma escola violenta, de ser uma escola agressiva, do pessoal entrar lá e, tipo, para brigar, assim, sabe, por ser em vila e tal... A nova diretoria entrou com uma proposta de escola restaurativa, de conversar, que, se o aluno é agressivo, por que ele é agressivo; de entender antes de punir, de identificar. A nossa demanda era acabar com essa fama de violento, porque era uma escola onde os professores eram muito bons, a galera muito legal, mas tinha essa fama de violento (Andressa).

Madhan, explicita que além da oposição à reforma do ensino médio e à PEC 241, a ocupação objetivou dar voz as minorias e suas pautas. A ocupação foi um espaço de visibilidade das lutas e debates sobre as pautas LGBT e demais grupos oprimidos, seja pela condição de raça, sexo ou classe. Andressa relata que a escola onde estudava, situada em região de periferia da cidade, era considerada extremamente violenta. Mesmo tendo passado por um projeto de “escola restaurativa”, a instituição carregava o rótulo de violência. Por isso, a jovem afirmou que uma das demandas das ocupações era mostrar para a sociedade que a indisciplina e a agressividade faziam parte do passado.

Nas ocupações secundaristas em Ponta Grossa houve a interação dinâmica entre a oposição à reforma do ensino médio e as demandas locais de caráter material ou simbólico. As mulheres não permaneceram indiferentes a situação de opressão de classe e ao descaso com a educação pública, e estando à frente das ocupações desafiaram as estruturas objetivas e subjetivas de poder, colocando em relevo a práxis política, consciente e organizada em torno de objetivos bem definidos.

Análise do grupo 2: a práxis política feminina nas ocupações da UEPG

As mulheres entrevistadas que participaram das ocupações da UEPG em 2016 serão tratadas pelos seguintes pseudônimos: Maria, Hortência, Édna e Maria da Glória. Das 04 jovens, 03 na ocasião eram vinculadas a cursos de graduação na universidade e 01 a curso de pós-graduação. Recentemente, Maria da Glória retornou aos bancos da universidade para cursar uma segunda graduação.

Antes das ocupações essas mulheres já militavam em partidos políticos, movimentos sociais e estudantis, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – (MST), Partido Socialismo e Liberdade – (PSOL), União da Juventude Socialista – (UJS), Partido Comunista do Brasil – (PC do B), Partido dos Trabalhadores – (PT), grêmio estudantil, Diretório Central dos Estudantes – (DCE) e coletivos estudantis.

Além de participar dessas entidades representativas, antes das ocupações da UEPG, 03 dessas mulheres, juntamente com outros universitários, formaram uma rede de apoio às ocupações secundaristas, arrecadando doações de alimentos e produtos de limpeza e higiene pessoal ou realizando palestras, aulas públicas ou até mesmo pernoitando nas escolas. Maria da Glória, explicita como ocorreu essa rede de apoio:

“

Como acadêmica de [ocultado o nome do curso para preservar a identidade da entrevistada] e, com alguns outros acadêmicos de artes, geografia, história, a gente fornecia cursos para quem estava ocupando as escolas estaduais. Então havia um sistema de rotatividade entre os acadêmicos; a gente se organizava e montava um calendário semanalmente para ir nas escolas todos os dias, manhã e tarde, oferecer oficinas. Então eu passei pelo Regente Feijó, pelo próprio Meneleu de Almeida Torres, por algumas outras escolas estaduais fornecendo oficinas (Maria da Glória).

A militância em entidades organizativas/políticas da sociedade civil e a convivência com a rotina das ocupações secundaristas nas escolas estaduais, locais onde as jovens universitárias puderam ter contato com a rotina e o funcionamento das comissões, organização e definição de práticas formais, calendários e agendas, foram elementos que contribuíram para a formação

dessas jovens mulheres e para o acúmulo de experiências importantes no processo de ocupações da UEPG.

Maria da Glória relembra os momentos que precederam as ocupações da universidade:

“

[...] nós fizemos o Conselho de Entidades de Base antes de fazer a ocupação para juntar todas as lideranças do movimento estudantil. A gente discutiu como seria feito esse plano de ação; houveram cerca de mais ou menos 5 a 6 reuniões pra gente definir como seria a ocupação. No dia em si, de ocupar, a gente se organizou prédio, colocando como foco o prédio da Reitoria. A gente se organizou no prédio que fica atrás do Caíque, o Centro de Convivências. A gente se organizou no Centro de Convivências, eram cerca de 150 estudantes, mais ou menos isso, e aí a gente fez a caminhada até o prédio da Reitoria, tentando, de uma maneira pacífica, fazer a ocupação do prédio, tentando fazer uma manifestação dentro do prédio (Maria da Glória).

Os eventos que antecederam as ocupações se caracterizaram pelo debate coletivo e pela composição de práticas formais, com a tomada de decisões de forma democrática nas assembleias estudantis. No momento inicial da ocupação da reitoria da universidade estiveram presentes cerca de 150 estudantes. A definição das comissões foi realizada quando a ocupação já havia sido realizada. As jovens entrevistadas exerceram papéis de lideranças, integrando as comissões de imprensa, comunicação, alimentação e segurança.

De acordo com Maria da Glória, as mulheres integraram a maioria das lideranças nas ocupações:

“

[...] a maioria das lideranças ali que organizaram o movimento estudantil na UEPG em 2016 são meninas. São lideranças do PSOL, do PC do B, algumas não são organizadas, [...]. Enfim, o movimento era totalmente organizado por mulheres, a gente tinha a presença de homens, sim..., os anarquistas, os comunistas principalmente, os de História, Geografia e Jornalismo, né. Eram os cursos mais fortes, mas eram as principais as mulheres que tomavam a frente, [...] A [Édna] era uma das lideranças dessa época. Eu acredito que eu passei a ser uma liderança feminina posteriormente (Maria da Glória).

O relato de Maria da Glória explicita que as mulheres que lideraram as ocupações da UEPG, também exerciam papéis de lideranças em outros espaços da sociedade civil. Inseridas na militância política em instâncias, como partidos políticos, coletivos e movimentos sociais, essas mulheres realizaram a direção consciente das ocupações na universidade, compartilhando as experiências acumuladas e as estratégias organizativas para o enfrentamento dos desafios durante a luta.

Lenin (2010) ressalta a importância da formação de lideranças conscientes no processo de lutas. O líder bolchevique afirma que “não pode haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade” (Lenin, 2010, p. 195). Desse modo, “quanto mais extensa for a massa espontaneamente integrada à luta, massa que constitui a base do movimento e nele participa, mais presente será a necessidade de tal organização e mais sólida ela deverá ser” (Lenin, 2010, p. 195)

Nessa perspectiva, o papel de lideranças assumido pelas mulheres ocupas foi essencial para a organização, composição de forças e consolidação de uma consciência política na luta. Édna expõe que a liderança feminina nas ocupações da UEPG, não era centrada apenas em uma figura, mas era compartilhada com outras mulheres:

“

Mas quando você pega o microfone, quando você tem uma fala que dá encaminhamento, digamos assim, você acaba assumindo uma posição assim, voz de comando. Não posso dizer 100% de protagonismo, mas acho que foi disso que foi pego meu nome. [...]. Então, nesse sentido, eu acho que teve várias mulheres que assumiram o papel de protagonistas, seja a partir do trabalho que eu desenvolvi, do trabalho que outras mulheres ali assumiram, é, mas eu acho que foi bem dividido. Eu acho que a ocupação estava assim, tinha bastante mulheres, não posso assim dizer que tinha a maioria, mas eu não consigo lembrar de ter mais homens que mulheres (Édna).

O engajamento e a ampla presença das mulheres da rotina das ocupações da UEPG, foram determinantes para a formação de novas lideranças femininas, conforme apresenta Maria em suas exposições:



Eu lembro como aconteceu esse processo. Foi a primeira ocupação que eu participei, então nós tínhamos assembleias manhã, tarde e noite para decidir questões, e eu estava desde o primeiro dia. Estava acontecendo o processo de conversa, diálogo, enfim, de negociação com a Reitoria, e, daí, em uma assembleia que a gente estava fazendo lá na ocupação — se não me engano, no segundo dia de ocupações — quem estava coordenando os trabalhos da mesa ali era a [Édna], e ela teve que sair no momento porque recebeu uma demanda para cumprir outra tarefa. Enfim, essa comissão que estava fazendo esse diálogo com a Reitoria solicitou que alguém entrasse ali para terminar essa conversa, e aí ninguém se prontificou e eu me prontifiquei, e a partir dali eu comecei a me integrar mais na parte organizativa. [...] Eu avalio que teve um protagonismo feminino: nessa assembleia em que eu estava, eu entro no lugar da [Édna], que também é uma liderança de esquerda na cidade, e além dela tinham outras que estavam presentes desde o início no processo de organização, a [ocultado o nome da aluna para manter o anonimato]. Então, assim, quando eu lembro do movimento de ocupações, eu lembro principalmente desses nomes. São nomes de mulheres, então certamente as mulheres tiveram um papel central na condução do processo (Maria).

Por estar inserida no contexto das ocupações, acompanhando as discussões e imersa na rotina do processo de lutas, Maria se construiu como uma das lideranças femininas dentro do movimento. A jovem afirmou que assumir uma posição de liderança não estava prevista, pois inicialmente ela participou das ocupações porque apoiava a causa e queria estar informada sobre as discussões e decisões a serem tomadas.

Cabe ressaltar que a jovem, na ocasião, compunha quadros de um partido político ligado à classe trabalhadora. Portanto, a liderança de Maria não emergiu de forma desvinculada de uma consciência política que se formou na luta e ganhou força porque a jovem havia acumulado um conjunto de experiências teóricas e práticas, pois conforme afirmava Lenin (2010, p. 95) “sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário”.

Estando a frente da condução do processo de lutas nas ocupações da UEPG, as mulheres, colocaram em discussão questões que eram debatidas nacionalmente, relacionados aos gastos públicos e as políticas educacionais,

como a reforma do ensino e a PEC 241, chamada de PEC do teto dos gastos. Além disso, destacaram-se um conjunto de demandas locais de ordem material, restritas a universidade, como a ampliação de planos de Assistência Estudantil, congelamento dos preços do Restaurante Universitário – (RU), ações efetivas para enfrentar a falta de segurança dentro do campus da universidade, Reformas na Casa do Estudante, Bolsa permanência para alunos e uma linha de ônibus que fizesse a conexão entre o campus central e o campus de Uvaranas da universidade, entre outras.

Nos relatos de Maria e Maria da Glória podemos ver os indicativos dessas demandas:



[...] a MP da reforma do ensino médio daquela época e a PEC do teto dos gastos eram as bandeiras iniciais, principais, vamos dizer assim. Mas, no decorrer do processo de ocupações, a gente iniciou um debate sobre assistência estudantil; então, a gente passou a ler documentos que orientavam a assistência estudantil na UEPG. A partir desses debates, a gente conseguiu falar sobre os problemas que os universitários enfrentavam naquele momento, enfim... sobre questão estrutural, sobre conseguir ter acesso ao RU, o valor que era pago para o RU. O fato de que, naquele momento, os professores também estavam em greve devido ao corte no orçamento; então, a gente também fez esse debate sobre a questão orçamentária [...] (Maria).

Os alunos do campus estavam esquecidos, estava tendo uma onda de assalto muito forte, né; não tinha retorno de investimento público no setor do campus e os alunos morriam de medo de ficar no ponto de ônibus. Tinham que ir embora mais cedo das suas aulas, não tinha uma cantina para poder comer alguma coisa no período da noite. O trajeto da universidade até a Casa do Estudante, quando ele precisava de um segurança, de ter alguém dando um suporte. Uma discussão era um ônibus que fizesse interligação da UEPG central com o campus, que já era uma promessa da Reitoria com a VCG na época. Essa conversa já vinha até há alguns anos e não era feito. A Casa do Estudante, a reforma da Casa do Estudante — na época ela estava deteriorada —, cerca de 3 ou 4 alunos indígenas estavam morando ali apenas, porque a casa deveria comportar pelo menos de 20 a 30 alunos. Na época, só estavam com 3 por causa da estrutura do prédio. Isso era uma coisa que a gente reivindicava. A bolsa permanência, naquela

época, era um valor muito baixo — não tem como ser uma bolsa permanência com 200 reais. Ninguém sobrevive em Ponta Grossa com 200 reais. O valor do RU, o Restaurante Universitário, na época, estava muito caro. O uso do prédio ali atrás do CAIC, que era para ser para os alunos, mas eles nunca deixavam que nós utilizássemos (Maria da Glória).

Assim como ocorreu no movimento secundarista, as ocupações da UEPG deram visibilidade a situação de abandono e descaso com a educação pública. É importante acentuar que, mesmo lutando por uma educação de qualidade e pelo usufruto de melhores condições de estudo e permanência na universidade, a opinião pública teceu várias críticas aos ocupas universitários. Muitas das críticas eram fundamentadas nas imagens divulgadas pela mídia, que mostravam o momento inicial das ocupações, quando os jovens, impedidos pelos funcionários da reitoria de adentrarem ao prédio, realizaram a remoção da porta da entrada principal, recolocando-a no lugar, logo em seguida.

Maria comenta sobre esse episódio:

“

A gente arrombou a porta porque simplesmente o funcionário que estava lá dentro não queria deixar ninguém entrar, ele achou que era o rei da reitoria, o general e que ninguém passaria por cima dele. Só que era um grupo grande de pessoas, a gente precisava ocupar e ocupamos. O balanço que eu faço é como a imprensa, a comunicação de uma forma geral, foi infeliz quando coloca esse ato, de derrubar a porta, como um ato tão ou mais grave do que aquilo que o governo federal e estadual estava propondo. O fato de a gente ter tirado a porta do lugar acabou criando um desvio da atenção que deveria estar sendo voltada para a pauta que a gente estava levantando ali, que era muito mais grave, envolvia muito mais dinheiro, coisas muito mais valiosas do que uma mera porta. Isso acaba não sendo uma surpresa, porque a ação do oprimido se confunde com a violência do opressor. Então acaba-se trocando de lugar, como se nós fôssemos os vilões e o governo fosse a vítima da violência dos estudantes (Maria).

O episódio da porta, serviu como pano de fundo para que a mídia difundisse a imagem de que os ocupas depredaram o prédio da universidade,

causando prejuízos aos cofres públicos. De acordo com Gramsci (2004, p. 85) “os destinos de uma época são manipulados de acordo com pontos de vista estreitos, com finalidades imediatas, com ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos”. Esses grupos, influenciam na formação do consenso, formando a opinião pública que sustenta as estruturas de poder e domínio da hegemonia dominante.

Contudo, os estudantes mostraram que na luta, as armas do opressor podem ser usadas, mas com finalidades diferentes. Ao acessarem os espaços internos da reitoria, os jovens identificaram um conjunto de problemas estruturais decorrentes da falta de manutenção do prédio e realizaram alguns reparos nos espaços da reitoria, como pinturas, limpezas e pequenas reformas em geral, mostrando para a sociedade o cuidado com o patrimônio público.

O cuidado com o patrimônio público foi uma das características que permeou as ocupações em diversas escolas do país. De acordo com Zinet (2016) além de preservarem o patrimônio escolar público, os ocupas realizaram reformas nos prédios e pátios escolares. Na percepção da autora, com tais práticas houve a possibilidade de os estudantes acessarem conhecimentos que ultrapassam o currículo oficial de ensino, pois aprendizado “inclui desde o cuidado com a grama e o espaço físico, até organização de palestras e oficinas” (Zinet, 2016, p. 2). Com isso, os estudantes colocaram em perspectiva uma educação verdadeiramente integral (Zinet, 2016, p. 2).

Além das demandas de caráter materiais, a ocupação da UEPG deu visibilidade as pautas relacionadas aos direitos das mulheres, assédio e representatividade feminina em cargos de gestão, coordenações e diretorias, dentro da universidade. Édna comenta sobre essas demandas:

“

[...] nós tínhamos várias mulheres ali na ocupação, então eu acho que a gente fez a articulação muito decorrente dessa frente que existia na época, que era uma frente que visava essa luta pelos direitos das mulheres, contra o assédio, que sempre foi uma pauta dentro da universidade, mas que a gente chegou a discutir sobre a inserção das mulheres dentro dos espaços institucionais dentro da universidade, que nunca tivemos pró-reitorias mulheres. Essa gestão agora do Miguel talvez seja a que mais tenha, mas também não contempla 100 por cento, nem 20 ou 30 por cento (Édna).

Revisitar, por meio de rodas de conversas, discussões e outras atividades, o debate sobre os problemas socialmente vivenciados pelas mulheres, tocando em questões do preconceito, que alimentadas pelo patriarcado, sustentam a reprodução do ciclo de desigualdades, opressão e dominação do sexo masculino sobre o feminino, é uma estratégia que auxilia na conscientização sobre a importância da desconstrução de papéis sociais baseadas no sexo e em processo pode contribuir para a construção de políticas públicas que contemplem os direitos femininos e a ampliação dos ambientes sociais inclusivos.

Nas reflexões que dão sequência a essa pesquisa, contemplamos discussões sobre os embates relacionados ao gênero, vivenciados no contexto das ocupações secundaristas e da UEPG.

Embates relacionados a gênero nas ocupações secundaristas

Para analisar os embates vivenciados nas ocupações secundaristas, sistematizamos as entrevistas, buscando contemplar discussões relacionadas ao gênero como elemento definidor da divisão de tarefas em comissões e da perpetuação de estereótipos.

A divisão de tarefas em comissões, teve como objetivo garantir o cumprimento das tarefas no cotidiano das ocupações. O coletivo “O Mal Educado”, publicou em 2016 o manual “Como ocupar um colégio”, que inspirado nas ocupações chilenas, compunha um conjunto de orientações para a realização de ocupações em escolas brasileiras. Entre essas orientações, o manual, destaca o sistema de comissões compostas pelos seguintes itens:

- Alimentação: sua função é definir os cardápios, selecionar e preparar as refeições para os alunos que permanecem nas ocupações;
- Segurança: o objetivo é garantir o cuidado do patrimônio escolar e zelar pela segurança dos ocupas. Para isso, algumas tarefas são essenciais: fechamento de portões, janelas e espaços de acesso à escola; realização de rondas noturnas; monitoramento a entrada de pessoas não autorizadas em assembleias estudantis; durante o dia, controlar a entrada e saída de pessoas por meio de uma listagem. Para garantir a integridade e proteção dos ocupas, o manual recomenda evitar a ingestão de álcool, o uso de drogas e armas nas escolas ocupadas.

- Atividades educativas, artísticas, culturais, políticas ou desportivas: devem seguir um cronograma ou uma agenda definida pelos estudantes, sendo oferecidas por alunos, professores ou profissionais de diferentes áreas do conhecimento que apoiem as ocupações.

- Comunicação/informação: visa divulgar “resoluções tomadas pela Assembleia para todos os estudantes, assim como, informes dos meios de comunicação sobre o processo de ocupação” (O Mal Educado, 2016, p. 02).

- Limpeza: visa a conservação da higiene nos espaços internos e externos da escola, como pátios, quadras ou área de lazer. As atividades que compõe essa comissão são de limpar, lavar, varrer, entre outros. De acordo com o Mal educado (2016), tão importante quanto realizar a faxina é zelar pela manutenção da limpeza dentro da escola. O manual ainda aconselha a rotatividade de integrantes nessa comissão.

- Imprensa: objetiva a divulgação das ocupações para “os meios de comunicação, outras escolas ou universidades e para quem se considerar necessário”, divulgando notas, informes e as principais decisões tomadas (O Mal Educado, 2016, p. 02).

Em Ponta Grossa, as ocupações se organizaram com base no sistema de comissões. A escolha de pessoas para realizar as atividades das comissões ocorreu tanto em assembleias estudantis, como também de forma informal e aleatória. Em alguns colégios houve a rotatividade dos membros das comissões, em outros não, o que gerou embates e discordâncias, principalmente no que se refere as comissões da alimentação e limpeza.

As entrevistas revelaram que nas escolas ocupadas onde as mulheres não exerceram posições de liderança, os homens tomaram as decisões quanto a composição das comissões. Nessas instituições, as mulheres foram designadas por homens para compor as comissões da alimentação e limpeza. Já os homens, ficaram responsáveis pela segurança, realizando a ronda, patrulhamento e vigilância. Rosa comenta sobre as experiências vivenciadas nas ocupações da escola em que estudava na ocasião:



Teve bastante **meninas**, elas eram a maioria, mas ficaram **responsáveis** pela parte da **comida, organização, limpeza**. Quem ficava à frente de dividir as tarefas eram os piás do grêmio, eles mandavam a gente fazer as coisas. A gente ficou responsável pela **limpeza de janelas, chão, banheiros, organização das salas e preparar o que foi comprado**, até fazer uma lista do que precisava para fazer as refeições. Os **meninos** ficavam mais lá cuidando da parte da **segurança, da ronda e na portaria**. Era esse o papel deles, ahhh, além de **mandar as meninas** a fazerem as coisas lá... tipo, **eles decidiam** tudo, sabe. Eles usavam a desculpa, sabe, que **mulher é mais delicada**, que **mulher sabe cuidar da casa** e que eles não sabiam (Rosa).

O relato de Rosa, expressa que embora as mulheres representassem a maioria das pessoas nas ocupações, quem exerceu o comando foram os homens. Nas comissões, havia a divisão de tarefas por gêneros, visto que as mulheres ficaram responsáveis pelas tarefas de cozinhar e limpar, enquanto os homens foram incumbidos da realização da ronda e patrulhamento na comissão de segurança. Embora a divisão de tarefas fosse imposta, é importante destacar que essa imposição ocorria de forma muito sutil, pois a justificativa era que a mulher “era mais delicada” e “sabia cuidar da casa”.

Esse pensamento é difundido socialmente, tendo como fundamento as ideologias patriarcais que definem funções e papéis sociais para homens e mulheres. A sugestão de que as mulheres são mais delicadas e que sabem cuidar da casa, desconsidera as capacidades das mulheres na tomada de decisões em diferentes âmbitos da vida social, além de perpetuar a ideia de que a mulher está destinada ao espaço privativo do lar e cuidado da casa e dos filhos e ao homem cabe a tomada de decisões, o espaço público, no âmbito do trabalho e da política (Martinho, 2000, p. 202).

Os relatos de Eloá e Jheny indicam que a realidade vivenciada por Rosa era compartilhada por mulheres ocupas de outras escolas da cidade de Ponta Grossa:



Tinha mais meninas, elas eram muito abraçadas com a causa e toda a parte da organização, quem fazia isso, quem fazia aquilo, quem ia dormir em tal sala, porque eles separavam por sala assim. Toda essa parte da organização foram **meninas** que fizeram, toda a parte da cozinha, que **trabalhavam na cozinha** comigo, eram meninas, quem recebiam as coisas comigo eram meninas. Os **meninos** ficavam tipo com a parte do **trabalho mais pesado**, por exemplo, quando precisava puxar caixa, elas pediam, eles ajudavam, mas **a maioria das coisas eram meninas quem faziam** (Eloá).

As meninas lá do colégio, a gente ficava, na maioria do tempo, lá naquela sala onde ficava as comidas, as cobertas e aí na hora que ia todo mundo dormir, as professoras e as meninas pegavam as coisas e arrumavam a sala e os homens ficavam lá. Na realidade os piás ficavam mais na escola e os homens. Os professores, eles ficavam mais na parte de ficar lá na porta olhando se alguém ia gravar se alguém ia querer entrar. **As mulheres faziam de tudo, elas colocavam o colchão, tiravam o colchão, limpavam, faziam comida** (Jheny).

A divisão sexual do trabalho, exposta nesses relatos, joga luz para o trabalho de cuidado, realizado por essas mulheres nas ocupações. Conforme destacam Kuchemann e Pefeilsticker (2010), esse trabalho se perpetua historicamente, por meio de uma cultura que define funções de acordo com o gênero:



[...] historicamente, coube às mulheres principalmente a responsabilidade sobre as tarefas reprodutivas, enquanto aos homens foram delegadas as tarefas produtivas, pelas quais passaram a receber uma remuneração. As construções culturais transformaram essa divisão sexual do trabalho em uma especialização “natural”. Além disso, o papel de esposa e mãe foi mistificado: o fato de que as mulheres se dedicassem somente ao lar se transformou em um símbolo de status e gerou-se um culto à domesticidade, no qual a família e o domicílio passaram a ser considerados espaços de afeto e criação a cargo delas (Kuchemann; Pefeilsticker, 2010, p. 3-4).

O trabalho de cuidado é extremamente desvalorizado socialmente, é invisibilizado e não remunerado, pois “na maioria das vezes é realizado dentro do lar e de forma gratuita para os integrantes da sua família. Mesmo quando sai de casa, mas presta serviço dentro de outro lar, tal atividade costuma ser pouco reconhecida” (Duarte; Costa, 2020, p. 198).

Além disso:

“

Importante observar que, apesar de invisível, o trabalho reprodutivo da mulher impacta positivamente no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Por outro lado, além de ser apropriado pela sua própria família, também é apropriado pelo Estado, que se desonera de oferecer creches, escolas infantis, asilos, dentre outros centros de convivência e de cuidados, por contar com o trabalho da mulher (Duarte; Costa, 2020, p. 199).

A desvalorização do trabalho de cuidado, muitas vezes ocorre inconscientemente, com a contribuição das próprias mulheres, conforme podemos perceber na fala de Eloá, quando a jovem compreende que o “trabalho mais pesado” era realizado pelos homens, dando a impressão de que lavar, cozinhar, faxinar não são trabalhos pesados ou cansativos.

Eloá que ficou à frente da comissão da alimentação, afirma que sua educação foi orientada para a realização desse tipo de trabalho:

“

Eu sei **cozinhar desde os 7 anos, eu sei pintar, eu sei fazer roupas, sei muita coisa porque a minha vó me ensinou.** Ela sempre quis que eu não dependesse de ninguém, eu cresci sabendo fazer tudo que eu precisava e até um pouco mais. Bom, eu morava com minha vó na época, todo mundo achou loucura no início, mas depois me deu ideias sobre o que fazer, ajudou com as receitas, tanto é que o macarrão com queijo que alimentou uma galera, naquela época, foi ideia dela (Eloá).

A família desempenha um papel importante transmissão de valores, das primeiras noções de comportamentos, normas e funções sociais de acordo com o gênero. As meninas são educadas para a realização de determinadas

tarefas que reproduzem a sociedade patriarcal. Assim, quando as mulheres perpetuam essas normas e comportamentos, elas o fazem sob influência de uma educação que visa preservar a estrutura social e seu sistema de valores.

Para Louise e Khátya:



Infelizmente tem aquele estereótipo de que a mulher que é dona de casa, que faz isso e faz aquilo. Durante a ocupação a gente viu que se mantinha esse mesmo estereótipo, mas sempre foi dado um jeito de que os meninos, mas a gente que sempre tomou a iniciativa. **Se não tivesse uma mulher por trás da refeição, não ia ter**, porque os homens não tinham iniciativa, os homens, por exemplo, se tivessem com fome não partia deles a ideia de “vamos comer um pão”, “vamos fazer um macarrão, um arroz” (Louise).

[...] a pessoa responsável para cozinhar era uma mulher e, daí, tem aquela coisa que é uma opinião minha, que quando a gente pede para os homens fazer alguma coisa, **eles fazem tudo de mal jeito**. Então a gente se indignou. A gente pediu para eles fazerem as coisas e as coisas ficaram todas **sujas, mal organizadas**. Eu lembro que teve um dia que eu fiquei muito estressada e que eu fiz eles irem lá e limpar... ah, eu me estressei demais aquele dia... eu falei: “a gente limpou e vocês foram lá e bagunçaram; a vida não é assim”. Eu lembro que os **banheiros acabavam ficando com as meninas**, tinham homens envolvidos, mas sempre eram **homens gays**, nunca eram os homens denominados héteros e cis... enfim... tinha comissão de segurança e eram homens... só... então teve bastante essa questão (Khátya).

É importante destacar que embora Eloá, Louise e Khátya não tivessem assumido posição de liderança, na escola onde elas jovens participaram das ocupações, esse papel era desempenhado por uma mulher. Em suas falas, as jovens reconhecem que as ocupações reproduziram estereótipos que direcionam as mulheres para o trabalho de cuidado. As jovens afirmam que a realização de atividades nas comissões da alimentação e limpeza, foi uma escolha pessoal e justificam que essa opção foi influenciada pela compreensão de que os homens não possuem habilidades para realizar de forma satisfatória tais tarefas.

De acordo com os autores Georges e Santos (2014, p. 54) a “disposição de cuidar” não está desvinculada de uma cultura que direciona o “cuidado como uma propensão feminina, baseada em sua função reprodutiva” e naturaliza “a construção de papéis de gênero”. Verificamos que essa cultura, influencia, inclusive na definição de normas patriarcais, nas quais as mulheres são responsabilizadas por práticas sexuais, conforme fica evidente na exposição de Helena:



Foi falado muito de violência, de **relações sexuais**, porque não poderia ter nenhum tipo de **vínculo entre meninos e meninas** nas ocupações, nem pegação, beijo, essa coisa de adolescente. A gente tampou todas as câmeras de segurança para trocar de roupa, **não podia nada de roupa curta, decote**, o mesmo de uma escola assim; a gente tinha que tomar esses cuidados para **não ficar se mostrando para os meninos**. Tivemos essa recomendação nos primeiros dias também (Helena).

Na imposição de restrições relacionadas a determinados comportamentos e ao uso de roupas, fica evidente a responsabilização das mulheres pelas relações sexuais. Esse pensamento, negligência o respeito, limita a autonomia feminina e alimenta a perpetuação de uma cultura na qual a interação sexual depende unicamente da mulher. A partir dos relatos das jovens, percebemos que não há nenhum tipo de recomendação para os meninos, ao contrário, são as mulheres que devem comportar-se para não despertar o desejo no sexo oposto.

Por outro lado, as entrevistas mostraram a relação de dialeticidade que compõem a sociedade civil. Nas ocupações onde as mulheres exerceram lideranças, a realidade mostrou-se diferente, conforme podemos observar nas exposições de Madhan, Alice e Lu:



No [ocultado o nome do colégio] foi interessante porque por ser **liderado por uma mulher** e por um **homem gay**, a gente sempre pautou que **lá não seria um local onde iria prevalecer estruturas patriarcais**. Então dentro da ocupação a gente tentou fazer uma **sociedade paralela**. A gente dividia, sim, tinha um **cronograma de atividades**, para a limpeza da cozinha, banheiro, corredor. O [ocultado o nome do colégio] é muito grande, então pra manter limpo era bem difícil, mas gente se dividia e era bem distribuído, não era assim... não era as meninas vão fazer a limpeza e os meninos a segurança, a gente tentava fazer algo diverso. (Madhan). Nós organizamos comissões para organização da ocupação. Nessas comissões as funções **não eram separadas de acordo com o gênero**, tanto que a gente tinha meninos que cozinham né. A pessoa que ficou responsável pela organização da cozinha era um menino e na segurança a gente fazia bastante revezamento. Assim, na verdade todas elas eram revezadas né... mas a segurança a gente tinha meninas também então dentro do colégio [ocultado o nome do colégio]. **As comissões não eram separadas por gênero, mas sim de acordo com a demanda do trabalho ali...** né quem estava disponível no momento para poder fazer, para poder contribuir independentemente se era menino ou menina (Alice). **Não teve nenhuma divisão por gênero**, tanto tinha meninos que gostavam de cozinhar e eles os cozinham tinham ideia sabe, assim como tinha meninas que participaram né. Nas rondas, sabe no caso a noite para fazer a ronda, **tinha meninas que participavam** também então. Eu acredito que ambos participavam, não teve discriminação, todo mundo fez parte de tudo, sabe não tinha algo assim: “hoje as meninas vão ficar responsável pela cozinha” não... no geral a gente dividia por equipes, a gente tinha várias equipes, essas equipes eram minhas compostas tanto por meninas quanto por meninos (Lu).

Os relatos mostram que houve a rotatividade na composição das comissões, ou seja, mulheres e homens não foram os únicos responsáveis pelas comissões da alimentação, limpeza e segurança. As comissões eram mistas e seguiam um cronograma definido de forma democrática, indicando que o gênero não foi o elemento definidor das atividades realizadas. Madhan, esclarece que ao assumir a liderança, juntamente com um homem homossexual,

buscou-se desconstruir qualquer relação baseada na sujeição aos valores patriarcais que porventura pudesse emergir no contexto das ocupações.

Madhan conta que as atividades artísticas, como a produção de cartazes com frases relacionadas ao feminismo eram usados para decorar os espaços das ocupações, havia rodas de conversas e diálogos informais sobre o tema. Essas estratégias foram usadas para refletir e a conscientizar os ocupas sobre as questões ligadas ao gênero:



Na ocupação tinha muitas meninas que tinham habilidades artísticas e faziam **cartaz**. Então tinha um **protagonismo feminino** ou **feminista**, inclusive eu tinha cartazes guardados da época. Tinham desenhos e **frases feministas**, feitos pelas meninas da ocupação. A gente fazia uma decoração da ocupação com os cartazes; a ideia era tornar o espaço acolhedor. [...]. Meio que, no final do dia, a gente fazia uma **roda de conversa**, uma **conversa informal**, e nessas conversas sempre vinha alguma **temática relacionada ao gênero**, porque as meninas que estavam participando se identificavam muito com o **movimento feminista**. Inclusive, hoje essas mulheres continuam sendo **mulheres feministas**. Então, mesmo que a gente não fizesse eventos específicos para isso, essa era uma temática recorrente nas ocupações (Madhan).

Andressa afirma que foram realizadas oficinas que debatiam o gênero. Essas oficinas eram abertas à comunidade, criando assim a possibilidade de levar o debate em relação a essa temática para um número maior de pessoas. A jovem destaca que um dos pontos fortes da oficina foi a percepção de que as mulheres das ocupações, embora fossem diferentes na aparência, visões de mundo, valores culturais, entre outros aspectos, compartilhavam experiências como o assédio e o preconceito, conforme é possível perceber no fragmento da entrevista:



A gente teve algumas **oficinas** no colégio que debatiam o gênero e, daí, elas eram abertas para quem quisesse participar, né, então... **podia ir gente de fora**, não necessariamente alunos. Eu lembro de uma em específico que..., na verdade, que o pessoal se identificou mais, que daí as meninas que estavam dando a oficina abordaram o tema “**o que nos une como mulheres**” e, tipo assim, meninas que não têm nada a ver de perfil, de aparência. Enfim, a gente se ligou que **sofrem as mesmas situações de assédio e preconceito** por serem mulheres e acabam se identificando... essa foi muito legal (Andressa).

Aly observa que o debate sobre gênero na ocupação foi contemplado em palestras sobre o feminicídio, violência contra a mulher e nas reflexões coletivas sobre as desigualdades salariais entre homens e mulheres. A jovem compreende que vivenciar em uma sociedade patriarcal, impede que os homens das gerações mais jovens, tomem consciência sobre a gravidade dessa situação:



Sim, a gente teve muitas **palestras sobre o feminicídio**, inclusive a gente ficou bastante impressionado com os dados que nos foram apresentados na época. Foi falado sobre a questão das **desigualdades salariais entre homens e mulheres**. Então a gente via uma revolta, sabe, dos meninos que estavam ali, principalmente, eu acho, por conta da desinformação; por essa ser uma **sociedade patriarcal**, mais voltada aos homens. Eles não estavam cientes de que a diferença de salário entre homens e mulheres era tão forte. Então essa foi uma coisa que até mudou ali algumas percepções dos meninos sobre as meninas (Aly).

Os relatos mostram que as ocupações secundaristas em Ponta Grossa não ocorreram de forma desvinculada do conflito entre os gêneros que permeia a sociedade patriarcal. Houve situações em que o gênero foi o elemento que definiu a divisão de tarefas, em alguns casos, as próprias mulheres inconscientemente contribuíram para que isso ocorresse, já que a educação e a transmissão de valores familiares e culturais alimentam o patriarcalismo.

Contudo, é importante lembrar que o conflito não ocorreu sem luta ou resistência. Nos espaços onde as mulheres lideraram, havia a rotatividade de membros nas comissões da alimentação, limpeza e segurança e o debate sobre os embates que envolvem o fato de ser mulher em uma sociedade patriarcal foi contemplado buscando conscientizar os ocupas sobre o tema.

Embates relacionados a gênero nas ocupações da UEPG

As ocupações da UEPG foram organizadas no sistema de comissões, que eram definidas em assembleia estudantil. Nessas comissões, havia a rotatividade entre os membros e as tarefas de cozinhar, limpar e realizar a segurança, atribuídas para mulheres e homens na sociedade patriarcal, foram realizadas por ambos os gêneros.

Maria explica sobre como ocorria o funcionamento das comissões:



Explicitamente, não havia **divisão por gênero**. Como era feita a escolha das comissões? Na **assembleia**, a gente previa quais seriam essas comissões — segurança, alimentação, comunicação. Eu lembro que, de fato, na comissão da **alimentação tinham mais mulheres**, né... **tinham homens também**, mas era majoritariamente ocupada por mulheres. Na comissão de **segurança tinham mulheres também**, mas era **majoritariamente ocupada por homens**; quem se colocava à disposição eram homens, meninos. Eu mesma fiquei na comissão da alimentação (Maria).

A fala de Maria indica que o gênero não era um elemento determinante na composição das comissões. Apesar disso, a entrevistada traz indicativos de que a cultura patriarcal, estando pulverizada nos diferentes espaços da sociedade civil e no cotidiano das pessoas, de forma implícita ou explícita, se fazia presente nas ocupações da UEPG. O fato de a cozinha ser ocupada majoritariamente por mulheres e a segurança majoritariamente por homens, indicam que a definição de funções sociais pelo patriarcado é naturalizada, podendo se manifestar nas atividades rotineiras, na tomada de decisões e na organização política.

No relato de Maria da Glória, percebemos elementos para refletir sobre essa questão:



A gente se **dividia em comissões**; havia comissão de segurança, comissão de formação. [...] Então, **eu participava da comissão de segurança**, que fazia a ronda à meia-noite no prédio da Reitoria. **Havia homens e mulheres** na divisão das funções. Lógico que a gente sentia que **os homens direcionavam a gente para fazer comida [...]**

(Maria da Glória).

Tendo participado da comissão de segurança, Maria da Glória, confirma a existência de um esforço dos homens para conduzir as mulheres para a cozinha, confirmando que nas ocupações da universidade também se faziam presentes ideias socialmente instituídas que alimentam a divisão de tarefas baseadas no elemento do gênero.

Hortência que participou da comissão de comunicação traz elementos para pensarmos que os comportamentos que refletem as normas sociais patriarcais, muitas vezes ocorrem quando as mulheres assumem posições de comando. Tais comportamentos, de forma velada, integram o conjunto das estratégias para desqualificar a posição assumida por essas mulheres, conforme podemos observar no trecho da entrevista com a jovem:



Até quando eu entrei para essa **comissão** da comunicação, uma [pessoa ligada à administração da universidade] falou assim: “**eu só vou falar se a** [ocultada a identidade da entrevistada] estiver presente”, se não, eu não falo. Foi uma das falas, mas teve outras, tipo: “eu vou conversar com a [ocultada a identidade da entrevistada] porque ela **é bonitinha**”. Na época, não que eu não tivesse discernimento da questão, mas, sim, no calor do momento, você ali naquela euforia, né... são coisas que eu não percebi. **Eu não tinha tanto essa concepção** assim... **para ser bem sincera, aprendi a partir de lá**. As meninas falavam assim: “você não se sentiu ofendida?” [...] Hoje em dia eu tenho uma concepção diferente, se fosse a [ocultada a identidade da entrevistada] de hoje em dia, sabe (Hortência).

A fala de Hortência denuncia que os comentários sexistas ou baseados na aparência física, eram usados de maneira pejorativa para desmerecer a mulher, ocupa, representante dos estudantes, que na ocasião se apresentava diante do pró-reitor da universidade para dialogar. Esse tipo de comportamento, que, na verdade é disfarçado de elogio, na verdade é uma discriminação com base no gênero, que coloca em xeque a capacidade decisória e competência feminina no âmbito da política. De forma sutil, os comentários, frases e ideias sexistas, muitas vezes ocultam sua natureza preconceituosa e patriarcal, conforme explicitou a própria Hortência, relatando que, inicialmente, não percebeu o cunho dos comentários.

A ideia difundida pela sociedade patriarcal de que a mulher é o sexo frágil é um estereótipo limitante, que entre outros efeitos, pode desmobilizar a iniciativa política feminina, criando barreiras que cerceiam o engajamento de mulheres em diferentes frentes de ação. Na fala de Maria, percebemos esse estereótipo se reproduz ancorando-se na ideia de cuidado, segurança, proteção:

“

Minha família fez uma **recomendação de segurança**, falou para eu ir pra casa. Minha mãe fez essa recomendação... é perigoso, veja bem, **por que você não vai para casa**. Mas foi tranquilo contornar; no fundo, ela sabia que não adiantava ela falar. Eu fiquei o tempo todo nas ocupações, não fui nenhum dia pra casa... Pelo que eu lembro, eu **dormi todas as noites lá** (Maria).

Além disso, a reprodução do estereótipo limitante da fragilidade feminina, reafirma a ideia de que as mulheres precisam da constante proteção do homem, o que em muitos casos, alimenta a submissão, violência e a vivência de relacionamentos abusivos. Hortência compartilha sua experiência com esse tipo de relacionamento no contexto das ocupações:

“

Meu **namorado**, na época, **criticava**, dizia: “**ai, porque você vai ficar posando, vai ficar dando pros outros**”. [...]. Ele fazia **comentários maliciosos**, feios. Ele falava assim: “**vai ficar no meio daquelas gurias que são tudo putas**”. Questões assim pesadas que, na época, **eu meio que relevei**, porque imaginava que ele não sabia do que estava falando (Hortência).

A fala de Hortência retrata a vivência de um relacionamento abusivo, no qual a violência psicológica, que na Lei 11.340/2016 conhecida como Lei Maria da Penha refere-se a “qualquer conduta” que “cause dano emocional”, “diminuição da autoestima” ou que “prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação” (Brasil, 2006, p. 3) era usada para exercer o controle, o poder e a autoridade sobre a mulher, podendo fragilizar inclusive a sua efetiva participação nas ocupações.

O pernoite nas ocupações também não esteve separado das perspectivas que regem as relações sociais patriarcais, conforme percebemos nas exposições de Maria da Glória:



Teve aluna que queria pernoitar, que os pais não deixavam. Elas só **ficavam nas ocupações durante o dia e a noite retornavam para casa.** Apesar dos meus pais serem politicamente organizados, eles são pessoas mais de idade, um pouquinho mais conservadoras neste aspecto, assim de criação. Então **eles disseram: “você pode participar do movimento estudantil, das ocupações, mas você não precisa dormir lá, principalmente, porque vão ter homens”.** Na época, eles não me deixavam nem namorar direito, então foi uma discussão meio complicadinha. **Eu lembro que eu demorei para convencer eles para poder pernoitar lá.** Depois de um tempo eles aceitaram e eu passei a dormir lá, mas eles falavam: **“tem que ficar com as meninas, [...] coloca o colchão no meio delas”, pediam foto para ver onde eu estava dormindo, para ver se de fato eu estava com as meninas e não estava com os meninos** (Maria da Glória).

O relato indica que algumas mulheres não puderam pernoitar nas ocupações, somente pelo fato de serem mulheres. Nesse pensamento, o ser mulher significa manter uma postura de respeito, comportar-se de maneira socialmente adequada e principalmente manter-se longe dos homens. Se por um lado, os homens devem proteção ao “sexo frágil”, por outro, as mulheres devem manter certa distância, sob a pena de serem acusadas de provocar desejos sexuais.

No entanto, a existência de relações fundamentadas na cultura patriarcal, foi determinante para que as ocupações da UEPG, debatessem essas relações, conscientizando as demais ocupas, sobre a necessidade de desconstruir as bases patriarcais na sociedade. Maria cita uma situação em que as mulheres ocupas se organizaram para essa iniciativa:



Sobre gênero, eu lembro que **a gente fez conversas**. Lembrei de uma agora, depois quando a gente mudou. Então a gente saiu da reitoria e a gente ficou lá no centro de convivência da biblioteca, tinha um **menino** que tava lá e que as mulheres tinham informação entre elas de que ele era **acusado de assédio ou abuso sexual**. Tinha essa acusação contra ele.

[...]. Eu lembro que a gente fez uma **reunião só de mulheres**.

Depois de uma assembleia geral, foi chamado uma reunião só de mulheres **pra falar sobre essa situação** e foi tirado o encaminhamento de que ele não poderia mais entrar lá, que a gente não se sentiria segura com ele estando lá. [...]. A gente fez esse anúncio no grupo geral e **ele foi impedido de acessar os espaços da ocupação** (Maria).

Além de realizar conversas e debates que tocavam diretamente na questão do gênero, as mulheres coletivamente não permitiram que um homem acusado de abuso, permanecesse nas ocupações. Essa iniciativa, foi essencial para conscientizar o conjunto das ocupas sobre a importância da organização e da representatividade feminina.

Hortência afirma que as conversas e debates sobre o gênero, foram fundamentais para que ela enxergasse que estava dentro em um relacionamento abusivo:



A gente tinha um **momento de debates, palestra, roda de conversa**. [...]. Eu lembro que o **feminismo era muito falado**, eu lembro que foi aí que eu comecei a ter essa concepção, que **nós e temos uma voz** e que precisamos ter um embasamento. Então assim **comecei a ter essa concepção do domínio das relações patriarcais na sociedade** no meio das ocupações. Eu saí de lá podendo entender que muitas vezes **o preconceito de gênero está entre linhas, que vem de forma disfarçada**. Então eu passei a ter essa concepção eu [ocultada a identidade da entrevistada] como pessoa. Então tudo mudou até porque **eu saí de um relacionamento abusivo que eu também não tinha noção né. Muita coisa mudou para mim em decorrência das ocupações**. Fazia 5 ou 6 anos que eu estava nesse relacionamento, mas **eu não tinha a concepção que eu não era feliz**. Eu ficava tentando, **contornando e situações a culpada que às vezes eu nem era culpada**. Então eu comecei a ter as concepções, tanto que **foi na ocupação que eu terminei**. Então depois das ocupações eu comecei a entender e talvez a [ocultada a identidade da entrevistada] de antes da ocupação, relevasse muita coisa, como eu relevei, **coisas tanto físicas, quanto moral, quanto psicológicas** (Hortência).

Na fala de Hortência é possível perceber a importância de debater nos diferentes espaços da sociedade civil, sobre as ideias que alimentam a sociedade patriarcal, conscientizando mulheres e diferentes faixas etárias que essas ideias agredem, ferem, matam e desmobilizam as mulheres, deixando sequelas morais, físicas e psicológicas. A educação feminista, se faz no debate, no compartilhamento de experiências e na luta para que outra sociedade seja colocada em perspectiva.

Ao debater questões feministas, as ocupações deixaram um legado de organização política, inspirando a inserção de mulheres em instâncias representativas dentro da universidade e na militância em movimentos sociais feministas. Édna e Maria da Glória compreendem que a organização política feminista foi uma das heranças das ocupações. As jovens que estiveram a frente da militância feminista no pós-ocupações, contam que desenvolveram um conjunto de atividades, nas quais as universitárias compartilharam histórias e experiências pessoais envolvendo assédios no cotidiano da vida acadêmica.

As mulheres nas ocupações deram visibilidade para a questão de gênero, trazendo debates como assédio, direitos femininos, desigualdades entre os sexos entre outros. Esses temas que foram contemplados em conversas informais, rodas ou ciclos de debates, contribuíram para que as jovens identificassem as nuances das violências sofridas, os relacionamentos abusivos e, com isso, pudessem buscar medidas efetivas.

Nas próximas considerações, realizamos um balanço geral sobre a participação feminina nas ocupações em Ponta Grossa e as iniciativas para a desconstrução de relações patriarcais e preconceito de gênero.

— Conservação e resistência: relações patriarcais e preconceitos de gênero nas ocupações em Ponta Grossa

O engajamento político das massas nas lutas sociais coletivas, não ocorre de forma espontânea, mas na união da teoria e prática, na formação da consciência de classe e no direcionamento político, pois:



o caráter da filosofia da práxis é sobretudo o de ser uma concepção de massa e de que opera unitariamente, isto é, que tem normas de conduta não só universais em ideia, mas também “generalizadas” na realidade social. E a atividade do filósofo “individual” só pode ser concebida, portanto, em função de tal unidade social, ou seja, também ela como política, como função de direção política (Gramsci, 2001, p. 341).

A filosofia da práxis é a filosofia das massas e para as massas. É uma força política que ao colocar em perspectiva a “passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade” (Gramsci, 2014, p. 203) objetiva a construção de uma sociedade livre da opressão de classe, gênero, raça e de todos os grupos subjugadas e oprimidos no modo de produção capitalista.

A renovação social e a superação do senso comum, são postas em perspectiva quando Gramsci (2014, p. 101) afirma que “a filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente

(ou mundo cultural existente)”. Portanto, a filosofia da práxis, é crítica da cultura dominante e das filosofias que mantêm o pensamento aprisionado e refém do modo de produção capitalista.

De acordo com Gramsci (2014, p. 103) a “filosofia da práxis não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior”. Desse modo, a “filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (Gramsci, 2001, p. 237).

Quando as ideias que fundamentam a filosofia da práxis se tornam generalizadas em toda a sociedade e se incorporam na realidade social, há a elevação das concepções de mundo das massas e a formação de um bloco intelectual e moral, que desafia as estruturas de opressão capitalista, colocando em perspectiva uma sociedade livre de todas as formas de opressão vividas.

A tomada de consciência de que as ideologias dominantes, são meios de propagação do controle social e que, portanto, “devem ser combatidas em sua natureza de instrumento de domínio”, para tornar “os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar outra” (Gramsci, 2014, p. 387), é um processo que caminha com a passagem da consciência econômica, corporativa, para ceder lugar a consciência ético política.

A construção dessa nova visão de mundo está interligada com a organização revolucionária para a transformação da realidade social, nos aspectos políticos, econômicos e ideológicos. Essa perspectiva visa transcender a sociabilidade burguesa e os mecanismos culturais e ideológicos que sustentam as diferentes facetas da exploração e da opressão, buscando uma sociedade livre e emancipada.

No modo de produção capitalista, as explorações e opressões econômicas, de gênero, racial, étnica, geracional, religiosa, alimentam o sistema social hegemônico criando um fosso entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores, pois a conforme aponta Saffiotti (1984, p. 19) a “Opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos”, mas “dimensões específicas de um mesmo processo multidimensional. Desse modo, ainda que a raiz da opressão e da exploração seja de “natureza econômica”, elas apresentam “outras dimensões: política, cultural, social, sexual, etc. [...] Em última instância, ambas estão enraizadas na economia, ainda que a

dimensão opressão se faça revestir de evidentes elementos ideológicos (Saffiotti, 1984, p. 19).

Em sua natureza multidimensional, a opressão e a exploração não são fenômenos isolados, mas partes entrelaçadas da estrutura hegemônica capitalista, que mascaradas por elementos ideológicos, como ideias, crenças e valores, são disseminados na sociedade perpetuando as desigualdades (sociais e entre os sexos). Neste modo de produção, as mulheres trabalhadoras, lésbicas, transexuais, negras, indígenas, refugiadas, jovens, idosas, candomblecistas, entre outras, enfrentam os efeitos das diferentes faces da opressão, pois a exploração econômica, não está apartada da hierarquização entre os sexos e da perpetuação de uma cultura que reafirma a sociedade patriarcal. O capitalismo se beneficia da desigualdade entre os gêneros, na divisão e precarização do trabalho feminino, desvalorização salarial e do trabalho de cuidado.

Benamor (2022, p. 11) indica que “a divisão sexual do trabalho é puramente a divisão social do trabalho que decorre das relações sociais entre os sexos, histórica e socialmente determinada”. Historicamente “o homem está designado à esfera produtiva e à ocupação de cargos com maior valor social, como líderes políticos e religiosos; enquanto a mulher está designada à esfera reprodutiva” (Benamor, 2022, p. 11).

Nesse contexto:



[...] o trabalho reprodutivo tem sido atribuído às mulheres, tanto em seu contexto biológico como social. Mesmo em sociedades patriarcais, nas quais o homem é visto como líder e está no topo da hierarquia familiar, é papel da mulher, além de procriar, criar sucessores e garantir o conforto e vontades de seus companheiros. Nessa principal atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, está a origem da divisão sexual do trabalho. De acordo com essa divisão, a produção tem mais valor do que a reprodução e, portanto, a produção "masculina" vale mais do que a "feminina". Portanto, o movimento feminista tomou como um de seus objetivos demonstrar que o trabalho doméstico, que é hoje naturalmente incumbido às mulheres, é um “trabalho” que gera valor como qualquer outro trabalho considerado produtivo (Benamor, 2022, p. 11).

A divisão sexual do trabalho está embricada na estrutura social, atribuindo papéis e valores distintos ao trabalho realizado por homens e

mulheres. Na esteira dessa reflexão, Benamor (2022, p. 35) afirma que a dinâmica familiar mononuclear, na qual o “marido provedor e da esposa dona de casa, que cuida dos afazeres domésticos e do bem-estar familiar e é economicamente dependente do homem” é fundamental para a reprodução do “capitalismo por representar uma unidade de consumo, garantir a reprodução sem custos para o mercado e gerar uma quantidade considerável de valor não remunerado, permitindo a reprodução do capital humano sem a necessidade de investimentos capitalistas”.

Lenin (1956) alerta que no regime capitalista, as mulheres sofrem uma dupla opressão: na fábrica e no âmbito doméstico:



No regime capitalista, de fato, a metade do gênero humano, constituída pelas mulheres, sofre dupla opressão. A operária e a camponesa são oprimidas pelo capital e, além do mais, mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, persiste, em primeiro lugar, a desigualdade jurídica, porque a lei não lhes concede igualdade com os homens e, em segundo lugar — e essa é a questão essencial — elas sofrem a escravidão doméstica, são escravas domésticas, sufocadas pelo trabalho mais mesquinho, mais humilhante, mais duro, mais degradante, o trabalho da cozinha e da casa, que as relega ao âmbito estreito da própria casa e da própria família (Lenin, 1956, p. 193-194).

Por isso, a superação das distintas formas de exploração e opressão requer a superação da sociabilidade capitalista. A organização política feminina e a resistência unificada contra as opressões da mulher são alternativas para confrontar as construções sociais do sistema social hegemônico, construindo uma verdadeira representação política democrática e abrangente, pois “não é possível atrair as massas para a política se não se atraem as mulheres” (Lenin, 1956, p. 194).

É preciso ampliar a representação política feminina, não apenas em instituições políticas formais, no âmbito do poder executivo, legislativo ou judiciário, mas também nos diferentes espaços da sociedade civil, em movimentos sociais, entidades organizativas ou espaços públicos e comunitários, de modo, que elas exerçam o poder de influência, liderança, decisão e formação de uma consciência crítica, democrática e inclusiva.

Nessa pesquisa, o engajamento e construção de lideranças femininas no movimento de ocupações secundaristas e da UEPG na cidade de Ponta Grossa, não ocorreu de forma isenta do conflito, pois espelhou as concepções de mundo que alimentam o patriarcado na sociabilidade capitalista. As entrevistas revelaram que as ocupações nas realidades investigadas, foram majoritariamente realizadas por mulheres, que exerciam ou não cargos em entidades representativas da sociedade civil, como movimentos estudantis e partidos políticos.

Uma parcela das secundaristas entrevistadas compunha cargos de presidência em grêmios estudantis e de diretoria na UMESP. O exercício das posições de lideranças nessas entidades, foi importante para que essas mulheres, nas ocupações, tomassem a linha de frente do movimento em suas escolas, representando politicamente os e as estudantes da classe trabalhadora, que representam a maioria dos alunos das escolas públicas no Brasil.

Nas escolas onde as lideranças constituídas eram femininas, houve o exercício da democracia, as decisões eram tomadas coletivamente e as questões de gênero eram colocadas em discussão de forma coletiva e dialógica. As pautas eram tanto de caráter objetivo ou material como também subjetivo, contemplando relações culturais, políticas e ideológicas que envolvem o ser mulher na sociedade. Já nas escolas lideradas por homens, houve a imposição das tarefas de limpar e cozinhar para as mulheres e a segurança, o patrulhamento e a ronda eram delegados para pessoas do sexo masculino.

Essa situação reflete a divisão sexual do trabalho presente na sociedade de classes. Isso ocorre as relações culturais e ideológicas que sustentam o patriarcado são socialmente construídas e difundidas desde a tenra idade, moldando comportamentos, concepções de mundo e expectativas, tanto de homens como de mulheres, mudando os destinos individuais e coletivos.

É importante destacar que, nas ocupações o preconceito de gênero e a hierarquia entre os sexos, por vezes não fez presente de forma explícita, mas de forma velada, pois em alguns casos, as próprias mulheres se colocaram como responsáveis para assumir determinadas funções, consideradas femininas na sociedade, como a cozinhar e faxinar, usando a justificativa que as mulheres realizam essas tarefas com eficiência, que são mais delicadas e que os homens não sabem cozinhar ou limpar.

Essas mulheres espelham em suas ações uma educação patriarcal, baseada no gênero, na qual:



O papel da mãe ainda remete ao cuidado dos filhos, enquanto o papel do pai, além de prover o sustento, envolve questões de disciplina e de autoridade. A responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos é predominantemente feminina, trabalho (re)produtivo ocultado, negligenciado e desvalorizado pelo contexto social. Embora a participação dos homens nas famílias pobres seja precária, persiste o modelo do homem como provedor financeiro e de autoridade (Narval; Koller, 2006, p. 52).

Socialmente, o papel de cuidado dos filhos é atribuído à mãe e o papel de proteção, autoridade e prover o sustento é atribuído ao pai. Essa perspectiva reflete a hierarquização dos gêneros e é amplamente difundida por meio da educação realizada de maneira informal por muitas famílias. Na UEPG, embora as entrevistas tivessem indicado que o gênero não foi um elemento definidor para a composição das comissões, as mulheres constituíam a maioria nas comissões da cozinha e limpeza, assim como os homens eram a maioria na segurança. Portanto, a hierarquização entre os sexos esteve presente naquele espaço, mesmo que de forma indireta.

A educação patriarcal exerce papel fundamental na perpetuação de estereótipos de gênero, de forma que o patriarcado e suas ideias fundamentais, muitas vezes são reproduzidos com a contribuição das próprias mulheres. Isso ocorre porque:



Os meninos recebem brinquedos mais relacionados ao raciocínio lógico, como carrinhos e jogos de montar, brincam mais ao ar livre e tem mais acesso à tecnologia. Já as opções de lazer para as meninas estão relacionadas a tarefas da beleza e do cuidado, como bonecas e mini-objetos de limpar a casa. Até as atividades físicas destinadas às meninas tem a ver com a paciência e a graciosidade – enquanto as meninas dançam, os meninos jogam bola e lutam (Vitória; Faria; Moreno, 2016, p. 21).

As normas de gênero são construídas socialmente e difundidas desde a infância, criando uma desigualdade entre os sexos reproduzida “pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (Saffioti, 2015, p. 75).

De acordo com Osterne e Silveira (2012, p. 105) o gênero é composto pelos seguintes elementos:



- Os símbolos culturais, já que existe uma visão simbólica do que é ser homem e do que é ser mulher (forte/frágil luz/escuridão), bem como representações simbólicas muitas vezes contraditórias (como é o caso de Maria e Eva como símbolos de mulher);
- As normas, que estabelecem o que um homem e uma mulher devem e podem ser socialmente (oposição binária entre o masculino e o feminino, advinda de conceitos embutidos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, etc.);
- As instituições, que garantem a coerção social suficiente para que as normas sejam cumpridas, o que reproduz e aprofunda as assimetrias de gênero;
- A identidade subjetiva, uma vez que homens e mulheres são educados para incorporar as identidades de gênero que lhes são atribuídas social e culturalmente (Osterne; Silveira, 2012, p. 105).

Os quatro elementos operam de forma articulada e interagem de maneira complexa, moldando a compreensão social sobre as identidades, comportamentos e as formas de ser pensar e agir. Sob essa base ideológica, os comportamentos que legitimam o patriarcado, muitas vezes entram em ação para desqualificar mulheres que assumem posições de comando ou lideranças. Na ocupação da UEPG, comentários sexistas, baseados na aparência física, sob a forma de estereótipos limitantes, foram estratégicos para fragilizar a representação feminina no movimento estudantil, conforme revelou a pesquisa.

Para Narvaz e Koller (2006, p. 52) os estereótipos baseados no sexo, “preconceitos e discriminações contra as mulheres ferem o princípio constitucional da isonomia assegurada pela lei e são, portanto, uma forma de

violação dos direitos humanos das mulheres”. O simbolismo de gênero, enraizado na estrutura social patriarcal, atuou fortemente na sustentação do domínio e opressão masculina, pois:



[...] o simbolismo de gênero com sua poderosa estereotipia e carga estigmatizante. Este simbolismo (enraizado nas estruturas) que homens e mulheres, no entanto, reproduzem apresenta a polaridade de valores culturais e históricos como se fossem diferenças naturais (biologicamente determinadas) e as pessoas do sexo feminino como membros de um gênero subordinado, na medida em que determinadas qualidades, bem como o acesso a certos papéis e esferas (da Política, da Economia e da Justiça, por exemplo) são percebidos como naturalmente ligados a um sexo biológico e não ao outro. De tal maneira que a mulher é construída como (não) sujeito do gênero feminino (Andrade, 2005, p. 85).

O efetivo envolvimento das mulheres nas ocupações secundaristas e da UEPG em Ponta Grossa não esteve apartado do “mecanismo de controle dirigido às mulheres, como operadoras de papéis femininos na esfera privada” no qual há um “controle informal materializado na Família (pais, padrastos, maridos)” (Andrade, 2005, p. 88). Podemos indicar a existência desse controle, quando as entrevistadas relataram que muitas mulheres foram impedidas pela família de pernoitar nas ocupações e outras conseguiram pernoitar somente após recomendações da família.

As recomendações referiam-se a comportamentos ou atitudes que as mulheres deveriam evitar, principalmente quando estivessem na presença de homens. Essa forma de pensar mais uma vez reflete uma educação patriarcal, na qual a sexualidade da mulher é limitada e socialmente controlada. De acordo com Oliveira (2020, p. 100), “historicamente, os corpos femininos foram alvos de controle e moralidades que não foram percebidas de igual forma nos corpos masculinos”. Para a autora, esse fato:



[...] evidencia a reprodução de papéis de gênero, principalmente na dicotomia entre masculino (livre) e feminino (controlado). Este fator se perpetuou na evolução histórica da sociedade, porém sendo percebido de diferentes formas. Neste sentido, vê-se ainda hoje no Brasil claras limitações ao corpo feminino, como, por exemplo, na criminalização do aborto, pois, apesar das ferrenhas bandeiras como uma defesa do direito à vida, é, antes de tudo, uma clara restrição imposta ao corpo feminino e uma questão de saúde pública. De igual forma, casos de crimes sexuais cometidos contra mulheres evidenciam uma opinião pública majoritária de que as vítimas é que devem ser responsáveis por protegerem os seus corpos e que a vida sexual - pregressa - da mulher é um fator determinante para que o crime sexual seja ou não imputado ao agente. Logo, a análise destes delitos, numa sociedade machista e sexista como o Brasil, preocupa-se mais com o comportamento da própria vítima do que com as ações ilícitas do criminoso (Oliveira, 2020, p. 100).

O controle dos corpos femininos se perpetuou historicamente, restringindo comportamentos e legitimando atitudes machistas. A opinião pública é alimentada por essas ideias e não são raros os casos de que em situações de violência contra a mulher, a própria vítima é culpabilizada, seja pela roupa que está usando, comportamento ou ambiente que frequenta.

As entrevistas revelaram que, embora as violências sexuais e assédios não tenham sido cometidos no ambiente das ocupações, consideramos importante trazer para o debate essas questões, pois uma das funções da pesquisa acadêmica é dar voz para grupos ou pessoas oprimidas e fazer essa voz ecoar mais longe.

O preconceito, a reprodução de estereótipos e da cultura patriarcal que se fez presente em alguns ambientes das ocupações não ocorreu sem resistência das mulheres. Elas, exerceram a práxis política feminina nas ocupações trazendo para a cena de debates o feminismo, as relações pessoais abusivas, o preconceito de gênero sofrido em diferentes ambientes, as desigualdades vividas, entre outras temáticas. Com isso, enfrentaram a cultura machista e levaram uma educação feminista contra hegemônica, para jovens que participaram das ocupações, criando um ambiente democrático e inclusivo.

As ocupas plantaram a semente para modificar as relações hierárquicas de gênero que de forma direta ou indireta se faziam presentes no ambiente das ocupações. Essa semente floresceu na atuação política dessas mulheres em outros espaços, como, por exemplo, na ocupação de cargos em partidos políticos e na militância em movimentos sociais ou coletivos. Elas mostraram que é possível confrontar o poder político, alimentado por uma ideologia patriarcal, que domina, explora e oprime. Essa ideologia, estando enraizada na cultura e pulverizada na sociedade civil e política, restringe a liberdade da mulher ser, pensar e agir.

As ocupas resistiram, mas os desafios persistem, pois é importante avançar em relação às pautas subjetivas. Concordamos com Vitória; Faria e Moreno (2016, p. 35) quando as autoras explicitam que se as pautas das mulheres são centradas em “prioritariamente em políticas de reconhecimento, reforçando apenas a dimensão cultural e individual, ocultam-se as dinâmicas materiais que estruturam e reproduzem o patriarcado e o racismo no capitalismo”. É necessário questionar “o controle do mercado e dos homens sobre nossos corpos e nossas vidas, de modo a enfrentar os privilégios sociais para além do discurso e das aparências” (Vitória; Faria e Moreno, 2016, p. 35).

Nesse sentido, a auto-organização feminina “é uma estratégia central na construção do sujeito político coletivo do feminismo. A força das mulheres organizadas é capaz de questionar os determinantes das dinâmicas da exploração e dominação”, pois na “luta social, as mulheres ampliam sua consciência e capacidade de romper com os padrões e dinâmicas de opressão que marcam a vida de cada uma e de todas” (Vitória; Faria e Moreno, 2016, p. 35).

Considerações finais

No movimento de ocupações de 2016, as mulheres tomaram a frente dos protestos, confrontando as políticas educacionais vigentes, organizando o movimento e conduzindo o processo de lutas em diferentes cidades do país. Nas escolas ocupadas, a pauta da educação foi articulada com o debate sobre as diferentes faces da violência e opressões de gênero sofridas, tanto socialmente como em ambientes escolares. Podemos afirmar que o movimento das ocupações, conforme apontaram Groppo e Silveira (2019) foi diversificado, liderado por jovens, principalmente do sexo feminino, vinculadas às classes populares.

Ao pensarmos a realidade local da cidade de Ponta Grossa, não podemos deixar de considerar a relação de forças que se faz presente na sociedade civil e política. Com traços notadamente conservadores, nos quais os valores tradicionais, normas sociais e a resistência a mudanças radicais, são preservadas, Ponta Grossa surpreendeu-se com a dimensão tomada pelas ocupações secundaristas e da UEPG.

Nas ocupações em Ponta Grossa, foi possível identificar uma conjunção de perspectivas que visava a conservação e a superação das relações sociais hegemônicas. A mídia alimentava a opinião pública cotidianamente com notícias ou editoriais com declarações negativas que objetivavam depreciar o movimento estudantil. Por outro lado, os jovens resistiram e buscaram transformar a dinâmica e a cultura da escola e da universidade em direção a uma abordagem mais democrática, participativa e emancipadora.

Embora as ocupações secundaristas e da UEPG tenham confrontado o conservadorismo ponta-grossense, é importante considerar a dialeticidade presente em torno da categoria relação forças. Nesse sentido, as perspectivas que visam a conservação das relações sociais hegemônicas podem ser fazer presente de forma implícita ou explícita inclusive no ambiente das ocupações.

Desse modo, não descartando a possibilidade de as relações patriarcais, culturalmente incrustadas em Ponta Grossa, estarem presentes nas ocupações de Ponta Grossa, a pesquisa buscou desvelar como foi constituída a práxis política e o engajamento feminino nas ocupações secundaristas e da UEPG em 2016 na cidade de Ponta Grossa, PR. Para tanto, houve um esforço

de investigar qual foi o espaço dado a participação e engajamento em bases e lideranças femininas no movimento de ocupações, contextualizar o feminismo em diferentes conjunturas e identificar pautas ligadas ao feminismo no movimento estudantil e nas ocupações de 2016.

Retomando as análises da pesquisa, percebemos que as ideias que alimentam as relações patriarcais não estão desvinculadas da economia. O patriarcado, possui uma base material, é determinado socialmente e alimenta-se de uma cultura que estabelece papéis sociais para homens e mulheres, desde a infância. Ao se perpetuar historicamente, o patriarcado, legitima a opressão masculina sobre o feminino e limita o pensamento e a ação feminina, submetendo as mulheres ao controle do sistema social e hegemônico (que é notadamente masculino).

O feminismo, enquanto movimento social, teoria e postura diante da vida, desafia os padrões socialmente impostos que alimentam o patriarcado, confrontando as desigualdades de gênero, a opressão e a hierarquização dos sexos. No entanto, é importante destacar que as pautas do feminismo são dialéticas, ou seja, permeadas por relações de forças que se reconfiguram de acordo com a conjuntura social, política e econômica.

Por isso, é preciso reafirmar a potencialidade da organização política das mulheres e a importância da articulação da luta feminista por uma nova alternativa social hegemônica, pois a superação da opressão de gênero não está apartada da opressão e exploração que se faz no âmbito do trabalho. Quando as mulheres se tornam conscientes que o patriarcado é parte do mecanismo de opressão capitalista, elas criam uma base para a organização política (antirracista, antifascista, antineoliberal, antipatriarcal) na luta por direitos em uma sociedade humana e emancipada.

O capitalismo sobre diferentes nuances e estratégias, oprime os corpos, principalmente os corpos femininos, reforçando estereótipos de gênero e ao dividir o trabalho de acordo com o gênero limita as oportunidades e coloca a mulher em posição de desigualdade em relação ao homem. É impossível pensar a realidade social de forma apartada desses elementos, pois há é uma relação dialética entre a estrutura e superestrutura, interagindo e moldando a sociedade.

Diante disso, é essencial que os grupos subalternizados em suas diversidades de pautas, e aqui estão incluídas as mulheres em sua diversidade de raça, orientação sexual, origem, faixa etária, etc.; incluam em suas reivindicações a superação do modo de produção capitalista, criando um legado de

luta política por uma sociedade livre e igual, pois a classe é o componente que identifica todos os sujeitos socialmente explorados pelo capital.

A superação das bases culturais patriarcais e das diferentes facetas das opressões na vida social, econômica, política e cultural, caminha com uma educação para a emancipação humana. A educação emancipadora, situa-se para além da educação escolar, pois seu objetivo não é a produção de mão de obra para o mercado, mas a formação do pensamento crítico e o desenvolvimento das distintas potencialidades humanas. Nessa perspectiva educacional, o florescer do pensamento crítico é a sua base, pois há o aprendizado político na teoria e na prática.

A militância de jovens em movimentos estudantis, como nos grêmios estudantis e nas entidades representativas dos estudantes, tanto a nível local como nacional, possibilita o desenvolvimento de uma consciência política e a compreensão crítica de questões sociais, que ultrapassam os currículos formais de ensino. O aprendizado e a organização política tornam-se um instrumento de luta para o confronto das relações econômicas, políticas e culturais instituídas.

O movimento estudantil é composto por juventudes diversas, quanto a origem social, faixa etária, raças, gênero, perspectivas culturais, entre outros. Historicamente a juventude organizada em movimentos estudantis defendeu a pauta de uma educação pública e de qualidade e se posicionou em favor dos direitos e políticas sociais para grupos oprimidos socialmente, confrontando estereótipos e preconceitos de qualquer natureza. Contudo, ao analisarmos a participação feminina no âmbito da política, no segundo capítulo, verificamos que no movimento estudantil, os cargos de presidência nas principais entidades representativas, UNE e UBES, vêm sendo ocupados majoritariamente por homens. Pensamos que essa situação reflete a realidade social, na qual a participação efetiva de mulheres na política é desestimulada, escassa e fragilizada, o que compromete a representatividade feminina e fragiliza o processo democrático.

Considerando que a participação política “é a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar no processo político” (OAB, 2020, p. 05), que “continua sendo o principal fundamento da vida democrática, e o instrumento por excelência para a ampliação dos direitos de cidadania” (OAB, 2020, p. 05), quanto mais mulheres estiverem participando do processo político, mais seus direitos serão preservados e moldados de acordo com suas convicções, e não conforme os ideais do gênero masculino.

Ampliar a representatividade feminina no âmbito da política e nos espaços decisórios requer ações contínuas para desconstruir os papéis sociais impostos aos gêneros e com isso, romper a cultura dominante, centrada nos estereótipos limitantes que desencorajam as mulheres a ocuparem espaços representativos na sociedade civil e política.

A investigação sobre a práxis política das mulheres que participaram das ocupações secundaristas e da UEPG, indicou que a pauta por uma educação de qualidade, foi combinada com a demanda pela igualdade de direitos políticos, inclusão e superação dos papéis sociais impostos aos gêneros. As ocupações deram visibilidade para as pautas de grupos oprimidos, seja pela condição de raça, sexo ou classe, havendo, a interação dinâmica entre a oposição à reforma do ensino médio e as demandas locais de caráter material ou simbólico.

A práxis política feminina foi constituída de maneira democrática, pois as mulheres não apenas exerceram papéis de liderança, mas desafiaram as estruturas objetivas e subjetivas de poder, buscando criar um ambiente igualitário e inclusivo, no qual não prevaleciam relações patriarcais de mando ou submissão e todos os estudantes tinham voz e poder de decisão.

Em Ponta Grossa, a liderança feminina foi construída mesmo antes do movimento, pois a maioria das entrevistadas, possuía histórico de ocupação de postos de comando dentro do movimento estudantil ou já haviam participado de movimentos sociais, coletivos estudantis e partidos políticos. Essa experiência, foi essencial não apenas para socializar debates sobre as políticas educacionais em pauta ou sobre os problemas particulares a cada instituição de ensino, mas também para a condução e organização do movimento, por meio de reuniões, debates, atos e assembleias para a tomada de decisões.

No entanto, a constituição de lideranças femininas não se deu isenta do conflito. Em alguns espaços os homens tentaram direcionar para as mulheres as tarefas socialmente consideradas femininas e em outros, as próprias mulheres se colocaram como responsáveis por essas tarefas, justificando que elas são mais “jeitosas” ou que cozinham ou limpam com mais “eficiência”. Esse fato explicita que a divisão do trabalho por gênero está enraizada socialmente, pois faz parte de uma base cultural reproduzida pela educação, pela mídia e pelo senso comum e, sendo assim, inconscientemente as próprias mulheres reafirmam os pressupostos que alimentam o patriarcado.

A existência dessas relações foi determinante para que no seio das ocupações houvesse a conscientização sobre a necessidade de desconstruir as bases patriarcais na sociedade. As mulheres mostraram que outra realidade é possível, pois se o patriarcado é uma construção cultural, ele pode ser superado. Para tanto, as mulheres ocupas organizaram debates, aulas públicas, oficinas e rodas de conversas sobre sexualidade, raça, trabalho, violência, preconceito e desigualdade, problematizando o patriarcado e dando visibilidade para os embates que envolvem ser mulher em uma sociedade machista e capitalista.

Um dos legados das ocupações em Ponta Grossa foi a conscientização sobre os abusos, preconceitos e violências vivenciadas tanto no âmbito da vida privada como na vida pública. No que se refere as violências sofridas na vida privada, destaca-se que uma das mulheres entrevistadas relatou que a partir dos debates realizados nas ocupações, ela conseguiu identificar que estava vivendo um relacionamento abusivo. Já em relação às violências sofridas na vida pública, as jovens pontuaram um conjunto de situações, nas quais o assédio e o preconceito de gênero se fizeram presente.

A vivência na pele do machismo e do preconceito de gênero, foi determinante para que as mulheres debatessem as diferentes nuances da violência e se organizassem politicamente em instâncias representativas das mulheres e dos estudantes. Ao colocarem em debate essas questões as ocupas se constituíram como sujeitos políticos, compondo forças e conscientizando todas as mulheres de que a organização feminista é uma estratégia para romper a lógica patriarcal da sociedade.

Essa lógica, por vezes naturaliza a violência e a opressão. Muitas vezes não conseguimos identificar o preconceito, pois ele vem disfarçado de elogio, conforme ficou evidente na entrevista de Hortência, quando a jovem que participou da comissão de comunicação na ocupação da UEPG, comentou que uma pessoa da administração da universidade afirmou que só falaria com ela, pois ela era “bonitinha”. Essa fala, baseada na aparência física, é uma discriminação com base no gênero, que coloca em xeque a capacidade decisória e competência da mulher ocupa, cuja função era estabelecer um diálogo sério com um representante da universidade.

A reprodução de estereótipos limitantes, se fez inclusive quando algumas famílias, impediram as filhas, mesmo sendo maiores de idade, de pernoitar nas ocupações. Outras, após a recomendação dadas pelas famílias de que as filhas adotassem uma postura de respeito, evitando vestir-se de ma-

neira provocativa, manter-se longe dos homens familiares, conseguiram o aval familiar para pernoitar nas ocupações.

Tal fato, explicita que a educação patriarcal exerce papel fundamental na perpetuação de estereótipos de gênero e que as ocupações em Ponta Grossa revisitaram as concepções de mundo, elementos ideológicos, crenças e valores, que alimentam o patriarcado na sociabilidade capitalista. Desconstruir as bases culturais patriarcais requer, além de uma educação feminista, o incentivo e a participação ativa de mulheres na política, nas diferentes instâncias representativas da sociedade civil e política.

A práxis política feminina nas ocupações secundaristas e da UEPG, na cidade de Ponta Grossa, faz parte do legado das lutas de todas as mulheres que cotidianamente confrontam as relações opressivas, abusivas e preconceituosas com que se defrontam no âmbito público e privado. Essa práxis foi pedagógica, pois ensinou as jovens gerações que é possível romper a lógica patriarcal na escola, na universidade e na sociedade e que esse rompimento não ocorre sem conscientização, engajamento coletivo e luta.

Referências

A REDE. Disponível em: https://arede.info/?d=1. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. **Pela segunda vez na história, alunos ocupam a reitoria em sinal de protesto.** Ponta Grossa, 2016. Disponível em: https://arede.info/ponta-grossa/115938/pela-segunda-vez-na-historia-alunos-ocupam-reitoria-em-sinal-de-protesto?d=1(https://www.google.com/search?q=https://arede.info/ponta-grossa/115938/pela-segunda-vez-na-historia-alunos-ocupam-reitoria-em-sinal-de-protesto%3Fd%3D1). Acesso em: 20 ago. 2023.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANDRADE, V. R. P de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Sequência**: Estudos jurídicos e políticos. Florianópolis, n. 50, p. 71-102, jul. 2005.

ANTUNES, R. As lutas sociais e o socialismo na América Latina no século 21. In: GALVÃO, A.; AMORIN, E.; SOUZA, J. G e.; GALASTRI, L. (org.). **Capitalismo**: crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 165-184.

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARRETO, M. do P. S. L. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, n. 1, p. 132-167, 2004.

BENAMOR, L. G. N. P. **Relação entre o capitalismo e o valor do trabalho feminino**. 2022. 75 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Uma posição desigual: mulheres, divisão sexual do trabalho e democracia. In: **Blog da Boitempo**. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/06/uma-posicao-desigual-mulheres-divisao-sexual-do-trabalho-e-democracia/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

BOGO, A. Identidade e luta de classes. São Paulo: Expressão popular, 2010.

BORGES, L. R.; FIUSA, A. F. Mulheres na universidade: a presença feminina no movimento estudantil paranaense (1964-85). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1733-1757, out./dez. 2020.

BORGES, V. P. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOTTOMORE, T. (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BOUTIN, A. C. B. D. A participação feminina na União Nacional dos Estudantes – (UNE). **Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 27, n. 1, p. 01-14, 2022.

_____. **A relação de forças entre a Unesco e o Movimento Estudantil e sua materialização na reforma do Ensino Médio, através da Lei nº 13.415/2017**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S de F. A manipulação da opinião pública sobre as ocupações escolares no Paraná. **Debates em Educação**. Maceió, v. 13, n. 31, 2021.

BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho e Educação**, v. 16, n. 02, p. 104-245, jul./dez, 2007.

BRASIL. **Lei 13.415/17**. Brasília: Presidência da República, subchefia da casa civil, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 12 ago. 2023.

_____. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**: cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União. Brasília, 8 ago. 2006.

CAETANO, I. F. **O feminismo brasileiro**: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. 2017. 24 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gênero e Direito) – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

CAVALCANTI, V. R. S. Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX. **Proj. História**, São Paulo, v. 30, p. 243-264, jun. 2005.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CLASEN, A. J.; FERNANDES, A. Primaveras de luta: as lutas feministas como aspecto protagonista das resistências contemporâneas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero. [Anais...]. Florianópolis, 2021, p. 01-12.

COELHO, M. **A evolução do feminismo**: subsídios para sua história. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

CORA CORALINA. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. São Paulo: Global Editora, 1997, p. 145.

CORRÊA, A. E. C.; SANTOS, L. S. A questão de gênero nas ocupações estudantis secundaristas: entre diálogos e escrachos. **Revista Angelus novus**, ano XII, n. 17, p. 01-31, 2021.

COSTA, A. A. A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H. P de; *et al.* **Olhares Feministas**. Brasília: UNESCO, 2009. v. 10, p. 51-81. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183200>. Acesso em: 10 mai. 2019.

COSTA, M. G. F. A.; NUNES, M. M. J. C.; DUARTE, J. C.; PEREIRA, A. M. S. Conhecimento dos pais sobre alimentação: construção e validação de um questionário de alimentação infantil. **Revista de Enfermagem Referência**, III Série, n. 6, p. 55-68, mar./abr. 2012.

DALTRO, L. Requerimento à Câmara dos Deputados, 22 dez. 1916. In: MARQUES, T. C. de N. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. p. 184-186.

DEL ROIO. **Gramsci** e as ideologias subalternas. In: DEL ROIO (Org.). Gramsci: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 41-65.

DIAS, E. Como pode o subalterno falar. In: DEL ROIO (Org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 65-89.

DIAS, E. O possível e o necessário: estratégias da esquerda. **Outubro em Revista**, v. 05, n. 02, p. 79-98, set./out, 1999.

DIAS, V. D.; SAMPAIO, J. A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica. **Estudos eleitorais**, v. 06, n. 03, p. 55-91, set./dez. 2011.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C de A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília: INEP, 2007.

DRUMOND, D. R. **A quarta onda do movimento feminista no jornalismo brasileiro e português**: um estudo sobre as coberturas jornalísticas da Folha de São Paulo e do Público (2013-2018). 2020. 320 f. Tese (Doutorado em ciência política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DUARTE, D. M.; COSTA, F. M da. A divisão sexual do trabalho e o desprestígio ao trabalho da mulher. In: MIRÁGLIA, L. M. M; *et al* (Orgs.). **Feminismo, trabalho e literatura**: reflexões sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 195-210.

DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres**: a antiguidade. Porto: Afrontamento, 1990.

ENGELS, F. Prefácio à 3ª edição alemã de O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 21-22.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala Educacional, 2009.

ESMERALDO, G. G. S. L. Diálogos de uma feminista com a obra de Rosa Luxemburgo: contribuições as lutas sociais de mulheres rurais. **Historiae**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 39-57, 2019.

EXAME. **Sensação de impunidade e medo afastam mulheres de denúncia de assédio**. São Paulo: Exame, 2022. Disponível em: https://exame.com/bussola/sensacao-de-impunidade-e-medo-afastam-mulheres-de-denuncias-de-assedio/. Acesso em: 08 jan. 2024.

FARIA, N.; MORENO, R.; VITÓRIA, C.; COELHO, S. **Feminismo e autonomia das mulheres**: caminhos para o enfrentamento à violência. São Paulo: Sof, 2018.

FERREIRA, M. I. C. Sub-representação política de mulheres Reflexões a respeito das eleições à vereança no Recôncavo da Bahia. **RIL Brasília**, v. 58, n. 229, p. 79-10, jan./mar. 2021.

FIOR, L.; SILVA, T. T. Design e Ativismo Feminista no Brasil. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **[Anais. ..]**. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 4 a 9/10/2021.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, H. B de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

G1. **Alunos ocupam o prédio da reitoria da UEPG**. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/estudantes-quebram-portas-de-predio-da-reitoria-durante-ocupacao-na-uepg.html. Acesso em: 19 ago. 2023.

_____. **Ocupações, atos e polêmicas:** veja histórico da reorganização escolar. Globo. com. São Paulo: 2015. Disponível em: [[\(https://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/ocupacoes-atos-e-polemicas-veja-historico-da-reorganizacao-escolar.html#:~:text=Ocupa%C3%A7%C3%B5es%2C%20protestos%20de%20rua%20e,a%20reestrutura%C3%A7%C3%A3o%20da%20rede%20escolar\)](https://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/ocupacoes-atos-e-polemicas-veja-historico-da-reorganizacao-escolar.html#:~:text=Ocupa%C3%A7%C3%B5es%2C%20protestos%20de%20rua%20e,a%20reestrutura%C3%A7%C3%A3o%20da%20rede%20escolar)](<https://www.google.com/search?q=https://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/ocupacoes-atos-e-polemicas-veja-historico-da-reorganizacao-escolar.html%23:~:text%3DOcpa%25C3%25A7%25C3%25B5es%252C%2520protestos%2520de%2520rua%2520ea%2520reestrutura%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520da%2520rede%2520escolar>). Acesso em: 09 ago. 2023.

GANDHI, A. **Sobre correntes filosóficas dentro do movimento feminista.** São Paulo: Nova cultura, 2018.

GARCIA, C. P. F da. As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960. **[Anais...]**. I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.PriscilaGarcia.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

GEORGES, I. P. H.; SANTOS, Y. G. Olhares cruzados: relações de cuidado, classe e gênero. **Tempo Social:** revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 47-60, nov. 2014.

GOHN, M. da G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOUGES, O. Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã. In: Bibliothèque Jeanne Hersch. **Textes fondateurs.** Disponível em: «[http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.htm](http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.htm)». Acesso em: 11 fev. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Cadernos do cárcere**, vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**, vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Escritos políticos**, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GROPPO, L. A. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João, 2018. p. 85-117.

GROPPO, L.; SALLAS, A. L. Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: sujeitos e trajetórias. **Revista Brasileira e educação**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 38-56, 2022.

GUTIÉRREZ, F. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

HAYDEEE da S. P. Entrevista. In: SUDREÉ, L. **Louca, burra, prostituta: pesquisa escancara machismo contra Dilma**. Brasil de Fato. São Paulo, 06 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/06/louca-burra-prostituta-pesquisa-escancara-machismo-contra-dilma>. Acesso em: 05 ago. 2023.

_____. De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff. 2019. 321 f. Tese (doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas Sociais**. São Paulo: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 13 ago. 2023.

_____. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE). **Quantidade de homens e mulheres**. IBGE, 2023. Disponível em:

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-dehomens-emulheres.html#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20%C3%A9%20composta,existe%20maior%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20homens>. Acesso em: 05 ago. 2023.

IZAL, R. **“Calma, não precisa ficar nervosa” e outras frases que as mulheres não deveriam mais ouvir na CPI da Covid**. São Paulo: O Globo, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/noticia/2021/07/calma-nao-precisa-ficar-nervosa-outras-frases-que-as-mulheres-nao-deveriam-mais-ouvir-na-cpi-da-covid-25111156.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2023.

KOTVISKI, B. M.; BARBOLA, I. de F. Aspectos espaciais do escorpionismo em Ponta Grossa, PR. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 29, p. 1843-1858, set, 2013.

KOLLONTAI, A. **Comunismo e a Família**. Marxists Internet Archive, 2002, n. 2, 1920.

KUCHEMANN, B. A.; PFEILSTICKER, Z. V. S. Cuidado com os idosos e as idosas: um trabalho feminino e precário. In: IV SEMINÁRIO DE TRABALHO E GÊNERO, 2010, Universidade Federal de Goiás, 2010. **[Anais...]**. Goiás, 2010. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/Astrid_Zilda.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/Astrid_Zilda.pdf). Acesso em: 21 jan. 2024.

LENIN, V. I. **O socialismo e a emancipação da mulher**. [sl]: Editorial Vitória, 1956.

_____. **Que Fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENTE QUENTE. **Além de uma porta**: ocupação da reitoria da UEPG. Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mj7Rwj7NV-8>. Acesso em: 19 ago. 2023.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, P.; PORTELA, R. **Mulheres na política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder**. Senado Federal, Brasília, 2022. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 15. out. 2012.

LOSURDO, D. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MANEIA, K da S. **Cartilha ilustrada sobre o feminismo**. 2017. 81 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em tecnologia em design gráfico) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MANTOUX, P. **A Revolução Industrial no século XVIII**. São Paulo: Editora da UNESP, [s/d].

MARQUES, E. H de F. **Movimentos sociais estudantis no Brasil em fins de 2016**: uma análise das ocupações escolares em Ituiutaba - MG. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MARQUES, T. C. de N. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MARTINEZ, F. J. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 17-43, 2021.

MARTINHO, F. C. P. **Resistência ao capitalismo**: plebeus, operários e mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, M. A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **[Anais...]**. Caxambu, 2014. Paper apresentado... Caxambu: ANPOCS, v. 38, 2014.

_____. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 47-68, 2010.

MATOS, M.; RAMALHO, I. **Mais Mulheres no Poder: contribuição à Formação Política das Mulheres**. Brasília: Secretaria de Política para Mulheres, 2010.

MÉNDEZ, N. P. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre** (1975-1982). 2004. 170 f. Mestrado em História (Dissertação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

_____. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Revista Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 02, n. 5, p. 234-254, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, L. F. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, L. F. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 25, p. 112-134, set./dez. 2017.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, E. **Lobby do Batom: marco histórico no combate as discriminações**. Senado Notícias. Agência senado. 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes (https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes). Acesso em: 06 ago. 2023.

MORESCO, M. C. **Primavera secundarista feminista**: corporalidades, gênero e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares do Paraná. 2020. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2020.

NARVAL, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa a subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan./abr. 2006.

NASCIMENTO, E. **Espaço e desigualdades**: mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR). 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em geografia gestão e território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

NASCIMENTO, E.; MATHIAS, L. F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa: PR. **Raega**, Curitiba, n. 23, p. 65-97, 2011.

NASCIMENTO, F. E. de M.; SILVA, E. C. de A. Patriarcado, capitalismo e opressão de gênero: notas sobre travestis privados de liberdade no Ceará. **[Anais...]**. VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Maranhão, agosto de 2015. Disponível em: em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/patriarcado-capitalismo-e-opressao-de-genero-notas-sobre-travestis-privados-de-liberdade-no-ceara.pdf (https://www.google.com/search?q=http://www.

joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/patriarcado-capitalismo-eopressao-de-genero-notas-sobre-travestis-privados-de-liberdade-no-ceara.pdf). Acesso em: 15 out. 2022.

O MAL-EDUCADO. **Manual como ocupar um colégio**. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colic3a9gio.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

OABR/PR. Ordem dos Advogados do Brasil. **Participação das mulheres na política**. OAB: Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/docs/participacao-feminina-na-politica-1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

OCUPA PARANÁ. 2026. **Nosso maior número foi**. Disponível em: <http://ocupaparaná.org/>. Acesso em: 28 fev. 2016.

OLIVEIRA, L de. A sexualidade feminina no Brasil: controle do corpo, vergonha e má reputação. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 99-117, jun./dez. 2020.

OLIVEIRA. P. P de. A quarta onda do feminismo na literatura norte americana. **Palimpsesto**, v. 18, n. 30, p. 67-84, 2019.

ORTELLADO, P. A primeira flor de junho. In: CAMPOS, A. M; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de lutas**. São Paulo: Veneta, 2016. p. 12-18.

OSTERNE, M do S. F.; SILVEIRA, C. M. H. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O público e o privado**, n. 19, p. 101-121, jan./jun. 2012.

OSTERNE, M do S. F. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: Eduece, 2008.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PINTO, C. R. de. **Uma história de feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. **Uma nova questão de gênero**. São Paulo: Carlos Chagas, 1991, p. 132.

PORTAL COMUNITÁRIO. **Ocupação encerrou, mas a resistência apenas começou**. Ponta Grossa, 2016. Disponível em:

[<https://memoria.apps.uepg.br/portalcomunitario/index.php/movimento-estudantil/4757-ocupacao-encerrou-mas-a-resistencia-apenas-comecou.html>](<https://www.google.com/search?q=https://memoria.apps.uepg.br/portalcomunitario/index.php/movimento-estudantil/4757-ocupacao-encerrou-mas-a-resistencia-apenas-comecou.html>).

Acesso em: 15 ago. 2023.

PORTO, W. C. **O voto no Brasil**: da colônia à 6ª República. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

PRIORE, M. D. **A mulher na história do brasil**. São Paulo: Contexto, 1994

.PRIORE, M. L. M. D. **Brasil Colonial**: Um caso de famílias no feminino plural. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p. 69-75, 1994.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S. I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de ciências humanas e sociais**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 02, p. 40-92, maio/ago. 2017.

RODRIGUES, G. G.; BICALHO, R. O sujeito histórico e a filosófica da práxis: a contribuição da filosofia da práxis para o processo revolucionário. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 14, n. 1, p. 635-645, abr. 2022.

RODRIGUES, K de O. Juventude e feminismo: diálogos sobre rupturas políticas e geracionais. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero. [Anais. ..]. Florianópolis, p. 01-20, 2017.

ROMÃO, C. O de. **Do protagonismo à liderança**: trajetórias de jovens mulheres em tempos de democracia e de golpe. 2021. 268 f. Tese (doutorado em educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2021.

RUBIN, G. C.; MARQUES, D. J. C. A influência do patriarcalismo na prática do homicídio qualificado pelo feminicídio. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. A. **Mulher brasileira**: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, A. P dos.; MIRANDA, C. M. Lute como uma menina: questões de gênero nas ocupações das escolas de São Paulo em 2016. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 6, p. 417, 2017.

SANTOS, C. Ocupação: Substantivo Feminino. **Revista Elas por elas**, São Paulo, v. 01, p. 30-37, 2017.

SANTOS, R. P dos. Nascem as rosas entre os espinhos: a participação da mulher no movimento operário do Brasil e da Argentina. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 253-271, jan./jun. 2015.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 12, p. 35-52, mai./ago. 2004.

SEMERARO, G. A práxis “integral” de Gramsci frente ao atual processo de desintegração. **O Social em Questão**, v. 12, n. 45, p. 349-366, set./dez. 2019.

_____. **Gramsci e o novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias e letras, 2006.

SHIMANSKI, E. F. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?**. 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa- Ponta Grossa, 2007.

SILVA, C. S. M. da.; CAMURÇA, S. **Feminismo e movimentos de mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2013.

SILVA, E. R. Feminismo radical: pensamento e movimento. **Revista Travessias**, São Paulo, v. 03, n. 02, p. 01-17, 2000.

SILVA, T. O. G.; FERREIRA, G. de S. F. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, dez., 2017.

SILVEIRA, I.; GROPPPO, L. A. As ocupas e as ocupações secundaristas: feminismo, política e interseccionalidade. **Revista Educação e linguagens**, Campo Mourão, v. 08, n. 14, p. 24-48, jan./jun. 2019.

SINDUEPG – Sindicato dos docentes da UEPG. **Ocupação do Colégio Frei Doroteu de Pádua, Ponta Grossa** – PR. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ZI_99AbQPF4](https://www.youtube.com/watch?v=ZI_99AbQPF4). Acesso em: 19 ago. 2023.

SOARES, A. C. R.; MEZZARINO, J.M. Feminismo de internet: como as redes sociais contribuem para o desenvolvimento da quarta onda feminista no Brasil. **Contratexto**, v. 12, n. 36, p. 261-286, dez. 2021.

SOIHET, R. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7, Letras, 2013.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Secretaria Municipal de Cultura/Brasiliense, 2011.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **TSE Mulheres**. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/> . Data de acesso: 05 de ago. de 2023.

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. **UBES divulga a lista das escolas ocupadas e pauta das mobilizações**. 11 out. 2016. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>. Acesso em: 28 out. 2018.

UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **UEPG pede reintegração de posse do prédio da reitoria**. Disponível em: <https://portal.uepg.br/noticias.php?id=9894>. Acesso em: 19 ago. 2023.

UNE. União Nacional dos Estudantes. **Presidentes**. UNE: Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.une.org.br/presidentes/clara-araujo>. Acesso em: 23 set. 2023.

_____. **Encontro Nacional de Mulheres** – (EME). UNE: Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.une.org.br/dicionario-do-me/eme-encontro-de-mulheres-estudantes-da-une/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

UOL. **Treze frases de Bolsonaro de natureza sexual e machista.** Congresso em foco: São Paulo, 2019. Disponível em: [<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/treze-frases-de-bolsonaro-de-natureza-sexual-e-machista/>](<https://www.google.com/search?q=https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/treze-frases-de-bolsonaro-de-natureza-sexual-e-machista/>). Acesso em: 13 ago. 2023.

VIEIRA, L. C. Rosa Luxemburgo: um encontro entre o feminismo e o marxismo. **Revista Textos Graduados**, v. 08, n. 1, p. 135-150, jan. de 2022.

VITÓRIA, C.; FARIA, N.; MORENO, T. **Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho.** São Paulo: Publicação da SOF, 2016.

ZINET, C. **Centro de referências em educação integral. Escolas ocupadas mostram que outra educação é possível e necessária.** Disponível em:

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/escolas-ocupadas-mostram-que-outra-educacao-e-possivel-e-necessaria/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. Enciclopédia mulheres na filosofia. **Blog Unicamp.** São Paulo: Unicamp. Disponível em:

<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. **Mulheres na filosofia.** Campinas, v. 07, n. 2, p. 10-31, 2021.

Sobre as autoras

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin é professora e pesquisadora, natural de Porto Amazonas, PR. Sua trajetória acadêmica se construiu a partir de uma inquietação constante diante dos desafios da educação e suas conexões com o Estado, as políticas públicas e a vida em sociedade. Formada em História e Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), encontrou nessas duas áreas uma base interdisciplinar que lhe permitiu enxergar a educação como um fenômeno complexo, atravessado por dimensões históricas, sociais, culturais e políticas. Cada etapa de sua formação foi marcada por perguntas que não se limitavam ao espaço acadêmico, mas que dialogavam com as contradições do cotidiano escolar e com as tensões mais amplas da sociedade.

Essa busca por compreender e transformar a realidade educacional a levou ao Mestrado em Educação na UEPG, concluído em 2016. Em sua dissertação, investigou como os grêmios estudantis, em escolas da periferia de Ponta Grossa, podiam atuar como espaços de resistência e de aprendizado democrático, contribuindo para processos de emancipação. Mais do que um estudo sobre organização estudantil, sua pesquisa revelou como os grêmios estudantis, muitas vezes invisibilizados, constroem caminhos de participação e criam brechas de transformação no interior de estruturas marcadas por desigualdades.

No Doutorado, finalizado em 2020, ampliou o horizonte de suas reflexões ao se debruçar sobre o movimento estudantil em diálogo com as orientações da UNESCO e sua materialização no Novo Ensino Médio. Essa investigação não apenas evidenciou as disputas de força entre organismos internacionais, políticas nacionais e reivindicações juvenis, mas também trouxe à tona questionamentos sobre autonomia, democracia e o lugar do estudante como sujeito ativo na construção da escola e da sociedade.

Como pesquisadora, Aldimara Boutin é membro do Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais (GPCATE), vinculado à UEPG. Sua produção científica e atuação profissional, que inclui experiência como pedagoga na Secretaria de Educação e Esporte do Paraná, concentrando-se em temas como a educação e a influência de organismos

internacionais nas políticas educacionais brasileiras, políticas educacionais e movimento estudantil.

Simone de Fátima Flach é docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Sua trajetória profissional iniciou-se na Rede Municipal de Educação de Ponta Grossa, em 1986, quando ingressou como professora. Ao longo de 25 anos de atuação na Secretaria Municipal de Educação, exercendo funções como professora, pedagoga e técnica, manteve como eixo central de sua prática a reflexão crítica sobre a política educacional, o que a conduziu à busca de formação acadêmica diversificada e aprofundada: graduação em Direito (1991), graduação em Pedagogia (1997), Mestrado em Educação (2004) e Doutorado em Educação (2010). Em sua tese de doutoramento, desenvolveu investigação acerca das contradições presentes na política educacional contemporânea. No estágio pós-doutoral (2016-2017), voltou-se ao estudo das políticas educacionais no estado do Paraná, com ênfase nos Sistemas Municipais de Ensino. Ingressou como docente efetiva da UEPG em 2008, concentrando suas atividades de ensino e pesquisa nas áreas de gestão e política educacional. Desde então, tem orientado pesquisas em diferentes níveis de formação acadêmica - Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado - que abordam aspectos variados da educação em âmbitos local, estadual e nacional.

Sua trajetória acadêmica e profissional é marcada pela constante preocupação com a Educação Básica, compreendida como espaço estratégico para a formação dos cidadãos em sociedades desiguais. Nesse sentido, reconhece que a oferta desse nível de ensino, quando estruturada em uma perspectiva crítica, pode contribuir para que os sujeitos se tornem agentes ativos na construção de uma sociedade justa, igualitária e emancipada, possibilitando-lhes condições de viver plenamente e não apenas sobreviver.

Como docente, destaca-se tanto por sua atuação na Educação Básica municipal quanto pela contribuição na formação de professores em diferentes cursos de licenciatura da UEPG. Como pesquisadora, integra o Programa de Pós-Graduação em Educação, lidera o Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais (GPCATE/UEPG) e é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Suas investigações e orientações concentram-se nos seguintes eixos: direito à educação, financiamento da educação, gestão educacional e escolar, e políticas para a Educação Básica.

MENINAS DE LUTA:

CONSERVAÇÃO E RESISTÊNCIA
NA **PRÁXIS POLÍTICA FEMININA**

“

Meninas de Luta: conservação e resistência na práxis política feminina" de Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin e Simone de Fátima Flach, explora a atuação das mulheres secundaristas em Ponta Grossa, Paraná, durante as ocupações estudantis de 2016. A obra analisa a luta feminista contra a ideologia patriarcal, a desvalorização do trabalho feminino no capitalismo e a sub-representação política das mulheres, dialogando com o marxismo. O livro destaca a importância da educação emancipadora e da organização feminina para a transformação social, apresentando entrevistas com as estudantes que lideraram o movimento.

”